



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE

Mestrado Profissional Educação e Docência – PROMESTRE

Linha de Pesquisa: Educação Tecnológica e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Maria dos Santos Jorge

Mestrando: Danilo Ornelas de Souza

TECNOLOGIA SOCIAL: Um estudo sobre a escola como rede de convergência para o enfrentamento ao uso de drogas

Danilo Ornelas de Souza

TECNOLOGIA SOCIAL: Um estudo sobre a escola como rede de convergência para o enfrentamento ao uso de drogas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Mestrado Profissional em Educação e Docência (Promestre) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação Tecnológica e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Maria dos Santos Jorge

Belo Horizonte/MG

2023

S729t
T

Souza, Danilo Ornelas De, 1981-

Tecnologia social [manuscrito] : um estudo sobre a escola como rede de convergência para o enfrentamento ao uso de drogas / Danilo Ornelas de Souza. -- Belo Horizonte, 2023.

126 f. : enc., il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

[Inclui apêndice (f. 89-126) com recurso educacional com o título: "Tecnologias sociais na prevenção ao uso de drogas na sala de aula. -- Danilo Ornelas De Souza. 38 p. il. color."].

Orientadora: Gláucia Maria dos Santos Jorge.

Bibliografia: f. 68-71.

Apêndices: f. 71-126.

1. Educação -- Teses. 2. Drogas -- Abuso -- Estudo e ensino (Ensino médio) -- Teses. 3. Drogas -- Prevenção -- Estudo e ensino (Ensino médio) -- Teses. 4. Promoção da saúde -- Estudo e ensino (Ensino médio) -- Teses. 5. Saúde pública -- Aspectos educacionais -- Teses. 6. Tecnologia educacional -- Teses. 7. Ensino auxiliado por computador -- Teses.

I. Título. II. Jorge, Gláucia Maria dos Santos, 1967-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 362.29386

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UFMG

ATA DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO DO ALUNO DANILO ORNELAS DE SOUZA

Realizou-se, no dia 13 de junho de 2022, às 15:30 horas, por videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do exame de qualificação do aluno **DANILO ORNELAS DE SOUZA**, número de registro 2020665608, intitulado *TECNOLOGIA SOCIAL: Um estudo sobre a escola e a rede de convergência para o enfrentamento ao uso de drogas*, perante a Comissão Examinadora composta pelos professores: Prof(a). Gláucia Maria dos Santos Jorge - Orientador (UFOP), Prof(a). Breyner Ricardo de Oliveira (UFOP), Prof(a). Inajara de Salles Viana Neves (UFOP), Prof(a). Renata Schettino Canelas (UEMG). Terminada a apresentação, foi considerado:

aprovado reprovado

e, para constar, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 13 de junho de 2022.

Prof(a). Gláucia Maria dos Santos Jorge (Doutora)

Prof(a). Breyner Ricardo de Oliveira (Doutor)

Prof(a). Inajara de Salles Viana Neves (Doutora)

Prof(a). Renata Schettino Canelas (Doutora)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos familiares de mais de 699.000 (seiscentos mil) mortos desde o início da pandemia no Brasil. Ao todo, 699.006 (seiscentos e noventa e nove mil e seis) pessoas perderam a vida no país, vítimas da pandemia da COVID-19, novo coronavírus. Minha singela homenagem.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom de viver e pela oportunidade de estudar na FaE - Faculdade de Educação da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.

Minha esposa Patrícia Ornelas Oliveira, pelo apoio incondicional e incentivo constante.

Minha família, em especial à minha mãe, Professora Cida e aos meus irmãos, Caio e Iule que muito me encorajaram.

Minha orientadora, a Professora Dra. Gláucia Maria dos Santos Jorge, pela sapiência, apoio, incentivo, paciência, ensinamentos e contribuições, sem os quais este trabalho não seria possível.

Gratidão pela credibilidade depositada em mim desde o princípio, desde a primeira etapa do processo seletivo, banca examinadora, por acreditar em mim. Quando eu estava em ruína, foi a sua sensibilidade que me fortaleceu. As muitas “angústias” nesses três anos de Mestrado, se tornaram agradecimento por tudo que me ensinou e proporcionou. Obrigado por tornar um sonho impossível em possível.

UFMG, por proporcionar tanta possibilidade de crescimento. Todos da FaE - Faculdade de Educação, em especial aos colegas de Mestrado, professores e equipe gestora/administrativa por estarem comigo nesta jornada.

Bancas de qualificação e Defesa, Prof^a Dra. Inajara de Salles Viana Neves, Prof^a Dra. Renata Schettino Canelas, Prof^a Dra Suzana Santos Gomes, Prof. Dr. Breyner Ricardo de Oliveira, Prof^a Dra. Liliae dos Santos Jorge e Prof. Dr. Haroldo Luiz Bertolo pelas contribuições sugestionáveis e sensíveis nos exames.

Prof. Dr. Carlos Versiani dos Santos, revisor textual que desempenhou trabalho incrível.

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais pela autorização de pesquisa e coleta de dados.

Pelos afastamentos, quando se fizeram necessários.

Colegas de trabalho da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e todos os educadores envolvidos.

A todos participantes diretos ou indiretos envolvidos em cada detalhe do trabalho.

TECNOLOGIA SOCIAL: Um estudo sobre a escola como rede de convergência para o enfrentamento ao uso de drogas

RESUMO

SOUZA, Danilo Ornelas. *Um estudo sobre a escola e a rede de convergência para o enfrentamento ao uso de drogas*. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade do Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

O presente trabalho propõe o estudo contextualizado das Tecnologias Sociais (TS) de prevenção ao uso de drogas entre crianças, adolescentes e jovens nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. Para tanto, encontramos apoio em estudos de Bruno Latour e desdobramentos da teoria ator-rede, nas ações propostas pelos grupos de atores envolvidos com a comunidade escolar, passando pela formação dos professores/as e estudantes, chegando às práticas sociais e pedagógicas constituintes do universo escolar. A pesquisa objetiva analisar e compreender a função social da escola, como um espaço de convergência de TS voltadas para ações educativas de prevenção e, ao final, proceder à elaboração de insumos teóricos para a formação de professores que irão trabalhar com o material educativo de prevenção e combate ao uso de drogas. Tomamos como referencial teórico-metodológico a abordagem autobiográfica, desenvolvida por meio de pesquisa-ação com diretores e professores de escolas da rede pública estadual de ensino. Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa emprega uma abordagem metodológica qualitativa/quantitativa, com viés do estudo de caso. Para triangulação das informações e análise dos dados coletados foram utilizados questionários, respondidos por gestores escolares colaboradores desta investigação. Autores como Oliveira (2020); Bertoldo & Mill (2018); Gomide e Neves (2018); Soffner (2007); Bauman (2001); Dagnino, Brandão e Novaes, (2004); Brandão (2001); Bunge (1980) colaboram com o aporte teórico a respeito das tecnologias sociais na construção do conhecimento. Já o fundamento de tecnologias sociais em relação à rede sociotécnica alicerça-se em Latour (1994); Oliveira e Porto (2016); Schlithler (2003). No delineamento da Tecnologia como ferramenta de apoio à prática pedagógica e sua relevância contamos com Bittar (2018); Freire (1987;1993); Brandão (2002). No processo de coleta de dados, foi constatado que a iniciação ao uso de drogas pelos alunos das escolas públicas é cada vez mais precoce, que é crescente a descoberta de novos tipos de drogas e a velocidade de sua difusão entre os estudantes. Uma realidade que pode ser usada, portanto, como parâmetro para outras pesquisas sobre a utilização das tecnologias sociais como instrumentos educativos. Sendo assim, esperamos que a proposta de investigação sirva também de referência para estudos futuros, uma vez que a temática sobre as tecnologias sociais é pioneira nesta linha de pesquisa, ainda pouco difundida em espaços escolares, quanto à implementação de práticas pedagógicas específicas, voltadas para ações educativas de prevenção e combate ao uso de drogas. Certificamos, por meio dos relatos dos gestores e professores participantes, quanto às ferramentas de tecnologias sociais, que são meios poderosos de aproximação dos alunos e expansão do espaço da aula, como forma de complementar a aprendizagem e transformar a realidade do estudante, de consumidor em construtor do conhecimento. Constatamos, como resultados do trabalho, que a utilização de Tecnologias Sociais no contexto do ensino é relevante para a construção do conhecimento e prevenção ao uso de drogas, mas também é desafiador, devido à precária infraestrutura disponível em boa parte das escolas públicas brasileiras, o que inclui a escassez de equipamentos tecnológicos.

Palavras-chave: Tecnologia Social; escola; rede; prevenção; drogas.

ABSTRACT

The present work proposes a contextualized study of the Social Technologies (TS) for the prevention of drug use among children, adolescents and young people in public schools in the state of Minas Gerais. For that, we find support in studies by Bruno Latour and developments of the actor-network theory, in the actions proposed by the groups of actors involved with the school community, passing through the training of teachers and students, reaching the social and pedagogical practices that constitute the universe school. The research aims to analyze and understand the social function of the school, as a space for ST convergence aimed at educational prevention actions and, in the end, to proceed with the elaboration of theoretical inputs for the training of teachers who will work with the educational material of prevention and combating drug use. We take the autobiographical approach as a theoretical-methodological reference, developed through action research with directors and teachers of schools in the state public education network. To meet the proposed objectives, the research employs a qualitative/quantitative methodological approach, with a case study bias. For triangulation of information and analysis of collected data, questionnaires were used, answered by school managers collaborating in this investigation. Authors such as Oliveira (2020); Bertoldo & Mill (2018); Gomide and Neves (2018); Soffner (2007); Bauman (2001); Dagnino, Brandão and Novaes, (2004); Brandão (2001); Bunge (1980) collaborate with the theoretical contribution regarding social technologies in the construction of knowledge. The foundation of social technologies in relation to the sociotechnical network is based on Latour (1994); Oliveira and Porto (2016); Schlithler (2003). In delineating Technology as a tool to support pedagogical practice and its relevance, we rely on Bittar (2018); Freire (1987;1993); Brandão (2002). In the data collection process, it was found that the initiation to drug use by public school students is increasingly precocious, that the discovery of new types of drugs and the speed of their diffusion among students is increasing. A reality that can be used, therefore, as a parameter for further research on the use of social technologies as educational instruments. Therefore, we hope that the investigation proposal will also serve as a reference for future studies, since the theme of social technologies is a pioneer in this line of research, still little widespread in school spaces, regarding the implementation of specific pedagogical practices, aimed at educational actions to prevent and combat drug use. We certify, through the reports of the participating managers and teachers, regarding the tools of social technologies, which are powerful means of bringing students closer together and expanding the classroom space, as a way of complementing learning and transforming the student's reality, from consumer into knowledge builder. We found, as a result of the work, that the use of Social Technologies in the context of teaching is relevant for the construction of knowledge and prevention of drug use, but it is also challenging, due to the precarious infrastructure available in most of the Brazilian public schools, the which includes the shortage of technological equipment.

Keywords: Social Technology; school; network theory, drugs, prevention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Índice de Vulnerabilidade da Saúde (IVS)	42
Figura 2 - Mapa de regionais do Estado de Minas Gerais.....	43
Figura 3 – Ranking IDH dos 12 municípios selecionados para a pesquisa.....	44
Figura 4 – Ranking IDH dos municípios, com número de escolas de cada município.....	45
Figura 5 – Posição do IDH de Belo Horizonte em relação a cidades de Minas Gerais.....	46
Figura 6 - Gráfico – Evolução do IDH de Belo Horizonte, entre 1991 e 2010.....	47
Questão 1 – Caracterização da Escola.....	49
Questão 2 – Modalidades de ensino	50
Questão 3 – Número de alunos atendidos nas escolas.....	50
Questão 4 – A prevenção ao uso de drogas no Projeto Político Pedagógico da Escola.....	51
Questão 5 – Projetos de autoria própria da escola relativos à prevenção ao uso de drogas.....	51

Projetos de autoria própria da escola relativos à prevenção ao uso de drogas

Figura 6 - Capa do recurso educacional	63
---	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ABUSO DE DROGAS NO BRASIL E A FUNÇÃO DA ESCOLA: UMA BREVE DISCUSSÃO.	24
2.1 TECNOLOGIAS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE TÉCNICA, TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E REDE	24
2.1.1 Definindo técnica e tecnologia - aprofundando olhares	25
2.1.2 Surgimento e conceituação da Tecnologia Social - Contexto histórico-cultural	28
2.2 A ESCOLA E OS ATORES EM REDE	31
2.2.1 O espaço de convergência entre escola e atores em rede no combate e prevenção às drogas	32
2.3 EDUCAÇÃO LIBERTADORA E TECNOLOGIA SOCIAL	34
3 PERCURSO METODOLÓGICO	36
3.1 O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	38
3.2 DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS	39
3.3 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA E COLETA DE DADOS	40
3.2.1 Municípios e escolas participantes da pesquisa	41
3.2.2 Elaboração e aplicação do questionário	47
3.2.3 Coleta e Análise de dados	48
4 PROPOSTA DE RECURSO EDUCACIONAL (INSUMO TEÓRICO/EDUCATIVO)	62
4.1 AS ESCOLAS COMO PORTAS DE ENTRADA DOS PROJETOS DE PREVENÇÃO	63
4.2 LIVRETO EDUCATIVO - PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	63
5 CONSIDERAÇÕES	64
6 REFERÊNCIAS	67
APÊNDICES	70
APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	70
APÊNDICE 2: TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR	72
APÊNDICE 3: QUESTIONÁRIO	72
APÊNDICE 4: RECURSO EDUCACIONAL	88

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar e compreender a função social da escola pública, compreendida como um espaço de convergência de **tecnologias sociais** voltadas para ações educativas de prevenção e combate ao uso de drogas.

Para Júnior e Pereira (2004), as Tecnologias Sociais (TS) podem ser definidas, sucintamente, como sendo procedimentos metodológicos, técnicas e materiais criados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionar problemas, considerando aí as realidades locais e suas formas de organização coletiva, no intuito de alcançar a inclusão social e melhoria da qualidade de vida. (JÚNIOR & PEREIRA, 2004).

Assim, as TS estão voltadas a demandas e carências concretas, na área da educação, alimentação, saúde, meio ambiente, dentre outras, sendo práticas efetivas e reaplicáveis que podem propiciar o desenvolvimento social em larga escala. Nesta introdução, iremos discorrer sobre aspectos que fundamentam o nosso objeto de estudo e o caminho percorrido na escrita desta dissertação.

O uso e abuso de drogas no Brasil é um problema complexo que preocupa e mobiliza diversos setores da sociedade. Essa mobilização se dá por conta da incidência precoce das primeiras experiências de crianças, adolescentes e jovens com substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. Experiências iniciadas comumente por substâncias como álcool, fumo, maconha, que podem levar ao uso de outras mais nocivas e potentes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não possui dados estatísticos específicos sobre a quantidade de usuários de drogas existentes no Brasil. Porém, o Ministério da Saúde estima que existam cerca de 2,2 milhões de usuários em todo o país. Destes, haveria a predominância de jovens, de baixo nível socioeconômico e com escolaridade reduzida, embora os dados indiquem que os jovens de nível socioeconômico alto também são afetados pelo problema de uso e abuso de drogas. A maioria dos usuários de drogas é do sexo masculino e reside nas grandes cidades, onde as condições de vida são mais precárias, e a maioria é do sexo masculino, tendendo a serem jovens desempregados e que vivem em condições de vulnerabilidade social. Muitos também podem sofrer de problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e transtorno pelo uso de substâncias tóxicas. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2018)

O estudo "Drogas e Usuários: Estudo Comparativo Brasil-EUA" (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020) também aborda o perfil dos usuários de drogas no Brasil. O estudo mostra que os usuários de drogas brasileiros apresentam características diferentes dos usuários nos Estados Unidos, reafirmando serem predominantemente jovens, com menor escolaridade, a maioria desempregada e vivendo em áreas urbanas. O livro também mostra que as mulheres costumam consumir mais remédios controlados e que a maioria dos usuários de drogas usa mais de uma substância para se drogarem.

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde brasileiro, o uso de drogas entre jovens de classes sociais mais abastadas tem aumentado significativamente nos últimos anos. Enquanto as drogas tradicionalmente associadas às classes mais baixas são vistas como um problema grave para o país, o uso entre a classe média e alta tem sido menos abordado, ou mais tolerado, mas nem por isso se configura como menos preocupante.

É necessário compreender a magnitude do problema e as causas que estão na sua origem para que possam ser tomadas medidas eficazes para abordar essa questão. A classe média brasileira é a parcela da população que mais tem acesso ao uso de drogas ilícitas e sem correr os mesmos riscos de exposição à violência que os jovens das classes menos abastadas, sendo que a maioria dos usuários são igualmente jovens, entre 15 e 24 anos. Esta faixa etária é conhecida por ser a mais vulnerável aos efeitos das drogas, pois são pessoas ainda estão em desenvolvimento físico, o que faz com que o uso possa ter efeitos ainda mais nocivos.

Compreendemos que a escola, por seu potencial de convergir diferentes atores e instituições que lidam com essas questões, acaba por assumir um protagonismo nas ações educativas de prevenção e enfrentamento ao uso de drogas. Nesse sentido, torna-se necessário sempre buscar um alinhamento da escola com outras instituições sociais, para que se possa, inclusive, evitar o início do processo de uso de drogas e de dependência dessas substâncias. Mas quais instituições seriam essas? Quais seriam as instituições que efetivamente se fazem ou podem se fazer parceiras da escola? Essas perguntas foram bastante provocadoras quando iniciamos o processo de pesquisa.

A escola é a instituição que promove o encontro de todos esses jovens. É por excelência um espaço para educar. Seria, então, o local privilegiado para educar os jovens para a prevenção ao uso de drogas. Nossa pesquisa enfoca a escola pública e por isso é a ela que estaremos referindo quando fizemos alusão à escola de maneira mais geral.

A escola pública brasileira tem um papel importante na prevenção e combate ao uso de drogas. O ensino de qualidade e a oferta de atividades extracurriculares que incentivem o desenvolvimento de habilidades para ocupar o tempo livre são fundamentais para assegurar que os jovens não caiam na tentação de recorrer às drogas. A escola também pode contribuir para que os jovens desenvolvam uma visão mais informada sobre as drogas e os seus efeitos, sendo um local seguro e confiável para que jovens que estejam passando por problemas relacionados às drogas possam procurar ajuda.

Enfim, a escola tem um papel fundamental na prevenção e combate ao uso de drogas, seja por meio de programas educativos, campanhas informativas e a oferta de atividades extracurriculares, contribuindo para que os jovens tenham acesso a informações corretas, para que possam tomar decisões conscientes sobre o uso de drogas.

Todavia, a escola pública não consegue atuar sozinha nas ações de prevenção e educação relativas ao uso e abuso de drogas, ela não tem os recursos necessários para desenvolver essas ações e a maioria dos professores não têm formação suficiente para tratar desse assunto. Além disso, a

educação sobre o uso e abuso de drogas é uma questão complexa que envolve muitos fatores, como a saúde mental, a saúde física, a segurança, a economia e outros. A escola precisaria contar com o apoio de outras instituições para desenvolver programas educativos eficazes nessa área. Assim, trabalhamos com a ideia de rede, territórios e territorialização propostas por Latour¹ (2001) e que serão discutidas de maneira detida mais adiante. Compreendemos que a escola se insere numa rede mais ou menos articulada com outras instituições que, juntas, podem ou poderiam atuar com mais potência nessa complexidade que é o enfrentamento do uso e abuso de drogas.

Para Latour (1994), a tecnologia tem um papel importante na criação e desenvolvimento de normas e padrões sociais. Ele argumenta que à medida que as tecnologias se tornam mais sofisticadas e capazes de conectar pessoas e organizações cada vez mais distantes, elas criam novas possibilidades de interação e criação de padrões. Assim, ao permitir que as pessoas se comuniquem e troquem ideias com facilidade, as tecnologias ajudam a moldar a forma como as pessoas interagem e, portanto, como as normas e padrões sociais são criados e desenvolvidos. Para o filósofo, a tecnologia é usada para impor uma hierarquia social (o *status quo*) e manter o controle. A tecnologia moderna tem, por exemplo, dado aos governos e outras organizações o poder de controlar o comportamento das pessoas. Ela também pode ser usada para aumentar a desigualdade, pois permite aos mais poderosos impor suas próprias regras e evitar mudanças nos sistemas estabelecidos. Por fim, a tecnologia também permite às elites manter seu poder e influência, pela vantagem que lhes dá sobre aqueles que não têm acesso a ela.

Latour (1994) propõe a relação sujeito-objeto na educação utilizando o conceito de rede sociotécnica, ou seja, considerando que a vida social é concebida em parte nas ciências e equipamentos técnicos e em parte na natureza sociocultural humana, de forma interligada. A sociotécnica é entendida como um campo de estudo que visa compreender como a tecnologia influencia a cultura, o direito, a economia, o meio ambiente e outros aspectos da vida das pessoas. Trata-se de uma abordagem que visa compreender o relacionamento entre grupos humanos e tecnologia. A sociotécnica pode ser usada para explicar como as pessoas e as tecnologias se relacionam e como essas relações afetam a sociedade.

No campo educacional, Bruno Latour (2001) considera a sala de aula presencial ou virtual como um laboratório que pode ser observado através de objetos técnicos e científicos híbridos: “quase-sujeitos”, “quase-objetos”, que agem na sociedade à medida que são fabricados. Ou seja, Para Latour (2001, p. 213) “os não humanos nos refogem duas vezes às estruturas da objetividade: não são nem objetos conhecidos por um sujeito nem objetos manipulados por um senhor.”

As ideias de Bruno Latour são apoiadas por Oliveira e Porto (2016), quando demonstram que a Teoria Ator-Rede é muito importante para os processos de ensino e aprendizagem na Cibercultura,

¹ Bruno Latour é um dos filósofos franceses mais influentes da atualidade. Nascido em 1947 na cidade de Beaune, na França, é antropólogo, sociólogo e filósofo da ciência, conhecido pela sua teoria do Ator em Rede (TAR).

afirmando ser preciso “considerar e discutir a importância dos objetos técnicos na construção das relações sociais, principalmente as efetivadas dentro da sala de aula, em contextos educativos” (OLIVEIRA & PORTO, 2016, p. 9).

Schlithler (2003), por sua vez, emprega a expressão “coletivos híbridos”, utilizada por Latour, para dizer da constituição de redes sociotécnicas no meio educacional, formadas por uma interconexão de seres humanos, possíveis de serem alcançadas pelas tecnologias que decorrem das relações sociais entre os indivíduos. Para esse autor, pensar e agir em rede é sempre desafiante. Pois provoca, entre outras coisas, o questionamento de nossas matrizes de aprendizagem, convidando-nos a aprender algo novo, ou seja, a mudar.

Bruno Latour (1994), ao discorrer sobre a teoria ator-rede, propõe a relação sujeito-objeto ou o ponto de articulação entre humanos e não-humanos utilizando, então, esse conceito de “rede sociotécnica”. A relação sujeito-objeto, proposta por Bruno Latour, é um modelo que visa explicar a relação entre os seres humanos e as coisas do mundo físico. Para Latour, essa relação não é de natureza hierárquica, como na visão tradicional de que os seres humanos estão sobrepostos socialmente em hierarquias de poder e influência. Em vez disso, ele argumenta que existe uma interdependência entre os seres humanos e objetos que os rodeiam, formando uma rede em que ambos, seres e objetos, podem condicionar a ação ou função, um do outro. Podemos mencionar, como exemplo, o ambiente escolar de uma sala de aula com seus objetos: quadros, carteiras, livros, canetas, computadores etc. Eles, ocasionalmente, dão forma e condicionam as ações de professores e estudantes naquele espaço. (LATOUR, 1994 p.7)

Atores humanos e não-humanos para Latour (2012) são igualmente importantes. O autor defende que todos os atores, humanos e não-humanos, têm uma influência sobre os resultados das ações e decisões nas sociedades. Ele acredita que as relações entre os humanos e os não-humanos, como animais, plantas, objetos, energia, materiais, etc., são muito importantes na configuração das condições sociais. Assim, são igualmente importantes para se entender o funcionamento das sociedades.

Enfim, para Latour (2012), a Teoria Ator-Rede (TAR) seria um meio de investigar e compreender como as coisas são feitas na sociedade. Trata-se de uma abordagem interdisciplinar que se concentra na interação entre atores humanos e não-humanos, e na maneira como essas interações são organizadas em redes. O autor demonstra a importância da interação humano e não humano para provocar e motivar outros atores, na rede, a executar, modificar, auxiliar e/ou mediar uma ação. Um sinal sonoro de entrada ou saída de alunos para a sala de aula deixa de ser um simples barulho e contribui para demais ações dos atores envolvidos. A ação sonora deste objeto tecnológico também possui um significado moral, que é o de indicar início ou término das aulas para os estudantes e professores e mais, um significado de atenção implícito, pois, se não houver ruído da sirene, é porque não houve ainda o sinal para o início ou fim da ação (OLIVEIRA E PORTO, 2016).

Em suma, para Latour (2001) os atores não humanos não são inertes. Eles interferem e

influenciam comportamentos. Por atores não humanos compreendemos as tecnologias (todas elas) que, por meio da ação dos humanos constroem as relações sociais. “Os sujeitos e objetos não são seres opostos, mas ubíquos”, afirma Latour (2001, pág. 213). Isso significa que eles se relacionam e se influenciam mutuamente, em toda a parte. Ele acredita que é impossível separar completamente o sujeito do objeto e que eles existem em conjunto. Defende que os objetos têm sua própria agência e têm o poder de alterar o curso do mundo. Ele também argumenta que muitas vezes é difícil distinguir quem é o sujeito e quem é o objeto. Dessa forma, os dois se entrelaçam e se relacionam para produzir os “resultados finais”.

A escola, por exemplo, em relação a ações educativas e preventivas, se apresenta como importante espaço de convergência de atores que, embora pertençam a diferentes instituições sociais, têm o mesmo objetivo de desenvolver e formar cada indivíduo em seus aspectos social, cultural e cognitivo (GARCIA, 2014). A escola pode ser considerada, portanto, um espaço para onde convergem diferentes visões de mundo, um espaço de tensões e aproximações de ideias e valores, ora conservadores, ora progressistas. “A gestão de sistemas educacionais é o que se chama em Direito um *hard case* (caso difícil), considerando sua complexidade” (CHRISPINO, 2016, p. 101).

Para tratar da questão das drogas, a rede de convergência da escola inclui ações do Estado (caso mais comum é o PROERD da PMMG), Organizações não Governamentais (ONG), Organizações da Sociedade Civil (OSC) e entidades religiosas. Essas instituições têm em comum o discurso de prevenção e combate ao uso de drogas. O público-alvo das suas ações são as crianças, adolescentes e jovens em idade escolar que frequentam as escolas públicas. Dessa forma, em tese, a escola se apresenta como um espaço privilegiado para esse combate e prevenção ao uso e abuso de drogas. Entretanto, uma questão que emerge é saber qual a razão de as instituições elegerem a escola como palco da sua atuação nessa área.

Estabelecemos, assim, como **objetivo geral** deste trabalho, analisar e compreender a função social da escola, como um espaço de convergência de tecnologias sociais voltadas para ações educativas de prevenção e combate ao uso de drogas. Os objetivos específicos foram três: identificar atores que atuam na prevenção ao uso de drogas nas escolas públicas da regional metropolitana norte de Belo Horizonte; analisar e compreender como as instituições que atuam na educação, prevenção e combate ao uso de drogas concebem a escola pública; elaborar insumo teórico para a formação de professores que irão trabalhar com o material educativo de prevenção e combate ao uso de drogas.

Questões problemáticas relativas às instituições que lidam com o combate e prevenção ao uso de drogas: Embora comunguem de objetivos “comuns”, a forma como abordam a prevenção se assemelha? As razões pelas quais elegem as escolas e a comunidade escolar são as mesmas? As respostas para esses questionamentos podem ajudar a compreender toda a complexidade que envolve as ações de educação, combate e prevenção em relação ao uso de drogas.

Miguel Darcy de Oliveira (1999) indica que no final dos anos 80 e início dos anos 90 verificou-se uma progressiva mudança no sentido de um crescente diálogo entre as ONGs e as

organizações governamentais, sendo que a partir da década de 90 ocorreu outro fenômeno em rede, que foi a multiplicação das Organizações Não Governamentais (ONG) ou Organizações da Sociedade Civil (OSC). Trata-se de instituições que se pautam pelo caráter filantrópico ou voluntário e que possibilitaram a constituição de inúmeras parcerias no âmbito da política de Assistência Social, visando a uma rede de proteção social e suporte às ações governamentais.

Na esfera estadual, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) foi criada pelo Estado de Minas Gerais com competências para planejar, formular, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais relativas à coordenação da política de assistência social. A SEDESE, por sua vez, deu competências à Subsecretaria de Assistência Social (SUBAS) para coordenar a formulação e a implementação da Política Estadual de Assistência Social, conforme prevê o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando à redução da vulnerabilidade social e a promoção da autonomia e do exercício da cidadania das famílias e indivíduos (SEDESE, 2019).

A atual política da Assistência Social foi instituída pela Constituição Federal de 1988 (artigos 194 e 204), compondo, com a Saúde e Previdência, o conjunto da Seguridade Social. Segundo Sposati² (2007), a partir daquele momento a Assistência Social passa a ser acessível a toda população, retirando seu caráter meramente compensatório aos trabalhadores registrados.

A Constituição brasileira de 1988 prevê a política de assistência social como um direito social e um dever do Estado. Esta política visa garantir que todos os brasileiros possam usufruir de condições de vida digna, sociais e econômicas, como acesso a serviços de saúde, educação, previdência, transporte, habitação, alimentação e lazer. Ela estabelece que o Estado deve garantir a proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade, como idosos, crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e populações indígenas. Para isso, o Estado deve assegurar acesso a serviços de saúde, previdência, educação, segurança pública, transporte, habitação, alimentação e lazer. Além disso, a Constituição também prevê que o Estado deve garantir recursos financeiros para a execução destas políticas, como benefícios sociais, transferências de renda, programas e serviços sociais. Estas medidas visam garantir a proteção social das pessoas mais vulneráveis e assegurar que elas tenham condições de vida digna e de realização de seus direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 é considerada um marco para os movimentos de descentralização e democratização das políticas sociais. Segundo Degenszajn (2008), ela foi capaz de impulsionar uma nova relação entre Estado e sociedade civil, "fortalecendo demandas populares e o reconhecimento de novos interlocutores políticos" (DEGENSZAIN, 2008, p. 209).

Discutir a escola enquanto uma rede de convergência, integrada às tecnologias sociais, requer que discutamos, nesta investigação, os conceitos relacionados à TS e a convergência de sujeitos que atuam nessa área do enfrentamento ao uso de drogas no ambiente escolar e na

² Professora titular da PUC/SP de Pós-graduação em Serviço Social. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP – NEPSAS. Coordenadora do CEDEST – Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais (INPE-PUC/SP). Secretária Municipal de Assistência Social de São Paulo (2002/2004).

comunidade em seu entorno.

Nas últimas décadas, as inovações tecnológicas têm cada vez mais ocupado um espaço relevante no campo educacional brasileiro. Esta tendência tem contribuído de forma significativa para a transformação da educação no país, aproximando professores, alunos e outros profissionais envolvidos na área. A tecnologia tem permitido a criação de um ambiente educacional mais dinâmico, inovador e com maior acesso às informações. Por meio de aplicativos, plataformas online, ferramentas de ensino, entre outros recursos, é possível proporcionar uma experiência de aprendizagem mais próxima e interativa. Os recursos tecnológicos também têm contribuído para a melhora da qualidade dos processos educacionais, permitindo o acompanhamento e otimização de resultados em tempo real.

A tecnologia, dessa forma, tem desempenhado um importante papel na democratização do acesso à educação. Por meio de plataformas online, os alunos das escolas públicas adquirem, inclusive, acesso a conteúdos, ferramentas e recursos educacionais de forma gratuita e à distância. Esta tendência tem propiciado a redução dos índices de abandono e desigualdades educacionais no Brasil. (SILVA e GUIMARÃES, 2013; SILVA e MEDEIROS, 2013).

Muitas inovações tecnológicas adentraram no meio educacional mundial nos idos de 1970 e cerca de dez anos depois no Brasil, transformando muitas práticas educativas. A educação tem utilizado as inovações tecnológicas ao longo desse tempo, de diversas maneiras, com diferentes objetivos. No entanto, ainda carecemos de pesquisas que abordem as tecnologias sociais na área da prevenção e combate ao uso de drogas no ambiente educacional. Acreditamos que a sociedade precisa cada vez mais, não apenas compreender a forma como crianças e jovens têm o primeiro contato com as drogas, como também criar estratégias de prevenção para que esse contato e uso não aconteçam. Entendemos que as transformações que ocorrem no mundo, e conseqüentemente no comportamento das gerações, exigem que fiquemos atentos sobre como crianças e jovens se percebem e se comportam quando expostas ao contato com as drogas, seja esse contato direto ou mesmo por meio de filmes, séries e outras mídias.

O consumo de drogas no Brasil é um problema social complexo por diversos fatores. Em primeiro lugar, apontamos a desigualdade social e econômica que existe no país, que faz com que muitos brasileiros fiquem socialmente vulneráveis ao uso de drogas. Em segundo lugar, existe um grande número de drogas ilegais disponíveis no país, que atraem os jovens. Além disso, a dificuldade de acesso a tratamentos adequados e o alto custo desses tratamentos contribuem para o aumento da dependência química. Por fim, há a falta de políticas públicas eficazes para controlar o consumo, bem como a ação de grupos criminosos que lucram com o comércio de drogas.

De acordo com o último Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD), realizado em 2019 pelo Ministério da Saúde, 5,3% dos adolescentes brasileiros de 15 a 17 anos declararam ter usado alguma droga ilícita nos últimos 12 meses. Destes, 2,4% disseram ter usado maconha, 1,4% disseram ter usado crack e 1,5% alguma outra droga. Além disso, os números mostram que 4,7%

dos adolescentes brasileiros de 15 a 17 anos declararam ter consumido bebida alcoólica nos últimos 30 dias, sendo que destes, 3,9% disseram ter consumido nos últimos 7 dias.

Nesse cenário, as escolas, todas elas, e no caso específico da nossa pesquisa, as públicas estaduais, pelo seu potencial de convergir diferentes atores e instituições que lidam com essas questões, acabam por assumir um protagonismo nas ações educativas de prevenção e combate ao uso de drogas. Para o sucesso dessas ações, é necessário sempre buscar um alinhamento da escola com as famílias dos alunos, para que se possa, inclusive, evitar o início do processo de dependência. A escola possui, muitas vezes, maior influência sobre as crianças e jovens do que a família. E é justamente na idade escolar que costumam ocorrer os primeiros contatos com as drogas. De acordo com Ávila (1998):

(...) a iniciação do consumo de drogas está em torno dos 12 anos, e que a escola tem certa vulnerabilidade em relação a isso, já que a escola faz uma ligação entre família, sociedade, cultura e profissão; e o tráfico encontra em suas proximidades sua melhor clientela; por se tratar de jovens e crianças desinformadas, cheios de sonhos, ideais, sempre cobrados e afetivamente carentes e instáveis, tornando-se alvos fáceis de certo tipo de conversa amigável e sedutora (ÁVILA, 1998, p.152).

Já para Machado (2021), os sintomas que revelam ser uma criança potencial consumidora de drogas podem ser percebidos pela escola antes, ou paralelamente à família. Normalmente, o rendimento escolar da criança e do jovem cai, há problemas de concentração e memória e a frequência escolar fica comprometida. Para este mesmo autor, o combate ao uso de drogas é necessário porque:

Além dos malefícios físicos e psíquicos ao usuário, as drogas ilícitas podem ser consideradas uma das principais causas de violência doméstica. Ao lado do Estado, a família possui um papel fundamental na prevenção e no combate às drogas ilícitas (MACHADO, 202, p.1).

Nessa perspectiva, é de fundamental importância que a escola esteja preparada para trabalhar com a prevenção ao uso e abuso de drogas, contribuindo, assim, para o fomento de uma educação contemporânea que provoque a construção do pensamento crítico por parte dos alunos. Por isso, para que estudantes estejam aptos a entenderem a nocividade das drogas e ter um pensamento mais crítico sobre o tema, é necessário que a escola elabore e estabeleça condições de práticas didáticas compatíveis com o mundo atual, em que tanto o formato analógico quanto o digital têm sido amplamente utilizados como tecnologias de prevenção.

Todavia, precisamos pensar na escola e naquilo que constitui o seu universo. Ele é formado pelas bases legais que organizam o espaço escolar (legislações, normas, currículos), mas também pelos atores que estão envolvidos no desenvolvimento dessas bases, que constituem a comunidade de dentro e de fora da escola. Indo mais além, a escola é uma microestrutura situada em outra, macro, que é a sociedade em que vivemos. Na escola se refletem os problemas que atingem essa sociedade e

esperar que ela resolva todos os problemas que ali eclodem é um pouco ingênuo. Nesse sentido, pensamos a escola em sua potencialidade de convergir outros atores de outras microestruturas que possam com ela dialogar e, juntos, formarem redes e parcerias que auxiliem e protejam as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade com relação ao uso e abuso de drogas.

Conforme afirmamos, os estudos de Bruno Latour (1994) e a sua teoria do ator-rede nos ajudam a compreender a escola como um espaço de convergência de outros atores que têm como objetivo combater o consumo de drogas. Precisamos compreender esse processo associado a um outro, que é o de proliferação de redes que tem ocorrido no campo das políticas públicas e sociais. Compreendemos que as políticas públicas são aquelas sob responsabilidade direta do Estado, cuja implementação e manutenção ocorrem a partir da tomada de decisões que envolvem órgãos públicos municipais, estaduais e federais (GOBERT; MULLER, 1987). Já as políticas sociais, também públicas, são aquelas que visam o bem-estar geral da população, e que no Brasil surgiram historicamente como conquistas no âmbito da assistência social.

Em 1942, durante a chamada “Era Vargas”, foi criada no Brasil a Legião Brasileira de Assistência, a LBA, primeira instituição voltada para a assistência social no Brasil. A LBA atuava na perspectiva da caridade e não do direito. Em 1988, com a constituição Federal, a assistência é inserida na Seguridade Social e passa a ser entendida como um direito. Mas é apenas em 1993, no governo Itamar Franco, que a Lei 8742 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é aprovada. Havia, à época, uma grande campanha pelo direito universal de todos à saúde, desde o que ficou previsto na Constituição de 1988, que em seu artigo 196 estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988). Assim, foi instituído o Sistema Único de Saúde, fazendo valer os princípios constitucionais de universalidade, integralidade e igualdade.

A Lei 8742/93 (LOAS) foi promulgada alguns anos depois, com o objetivo de garantir a todos os brasileiros e brasileiras acesso aos serviços, programas e benefícios sociais oferecidos pelo Estado. Dentre esses benefícios, hoje podemos destacar o Bolsa Família, o seguro-desemprego, o abono salarial, além de outros programas assistenciais. Além disso, a lei estabelece diretrizes para que os serviços e programas sejam realizados de forma eficiente e contribuam para o desenvolvimento econômico e social do país.

Em 1995, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), é lançado o Programa Comunidade Solidária. Esse programa não alterava muito do que já se realizava antes da constituição de 1988. O governo FHC atribuiu para a sociedade civil uma responsabilidade que era, efetivamente, do poder público (do Estado). Esse foi considerado um período de muito atraso no que tange à assistência social no país.

Posteriormente, na era Lula, tivemos uma série de avanços normativos e estruturantes em relação à política de Assistência Social, que seguiriam as mesmas as diretrizes do SUS, único sistema de saúde brasileiro que oferece assistência médica gratuita para todos os cidadãos, além de garantir o acesso às principais especialidades médicas, exames, medicamentos e procedimentos cirúrgicos.

Por meio do SUS, o governo federal desenvolve programas de prevenção e promoção da saúde pública, que ajudam a prevenir doenças e reduzir o impacto de epidemias já existentes.

Assim, em 2004, no primeiro governo Lula, foi instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a partir da qual se deu a criação, em 2005, do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). O SUAS é o sistema que reúne todas as políticas e serviços sociais prestados pelo Estado, com o objetivo de garantir a proteção social e a promoção dos direitos fundamentais das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Com o Sistema Único de Assistência Social é possível acolher, prevenir e atender às necessidades básicas da população brasileira, garantindo maior segurança e melhores condições de vida, especialmente para as pessoas mais necessitadas.

Em 2006 é aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/SUAS. Ela determinou que os trabalhadores do SUAS deveriam ser concursados, entre outras normativas. Finalmente, em 2009, já no segundo governo Lula, temos a Tipificação Socioassistencial dos serviços dentro do SUAS, considerada um grande avanço e conquista, dada a extensão territorial do Brasil, pois era preciso uniformizar os serviços oferecidos pela Assistência Social (previstos na tipificação) e que estão presentes, por exemplo, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Já na era Dilma, sucessora de Lula, tivemos uma atualização da Norma Operacional Básica do SUAS, com mudanças na sua gestão e financiamento.

Enfim, conforme foi afirmado por Schetino (2022), todas essas “redes” se pautavam pelo princípio da territorialização, com a função de articularem os serviços nas várias regiões, para atenderem às demandas, tão diversas, da população.

Um exemplo é o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo decreto presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, como proposição de uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino básico público. Um programa que tinha, entre os seus objetivos, ações de promoção da Saúde e prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas.

Doriana Daroit (2017) explora o conceito de intersetorialidade na gestão pública, definindo-a como o trabalho conjunto entre diferentes áreas para a solução de problemas, um processo de cooperação entre diversos setores que busca implementar ações para melhorar a qualidade de vida da população. O objetivo seria buscar soluções inovadoras para problemas complexos, levando em conta as diferentes visões dos setores envolvidos.

Ainda de acordo com Daroit (2017), os estudos de intersetorialidade na gestão pública começaram a ser tratados de uma forma temática, como ocorreu com as questões de gênero ou segurança. Mas a pesquisadora afirma, ainda, que as demandas relativas às políticas públicas precisam ser compreendidas na sua multisetorialidade, citando o exemplo da pobreza. A pobreza não envolveria apenas uma questão de renda, mas de trabalho, saúde, educação, condições ambientais, moradia. Enfim, não poderíamos dividir o conceito da pobreza em diferentes setores porque eles atuam conjuntamente, exatamente para melhor caracterizá-la (DAROIT, 2017).

Nessa mesma perspectiva reside nossa dificuldade e desafio em abordar a questão das drogas nesta pesquisa. O abuso das drogas não é apenas uma questão do sujeito. O abuso de drogas está profundamente ligado a problemas sociais. É um problema que tem raízes sociais e influências familiares, comunitárias e culturais. Consideramos que os fatores sociais podem contribuir para a criação de um ambiente em que o consumo de drogas se torne mais provável ou até mesmo inevitável. A questão do abuso de drogas apresenta demandas ligadas à educação, cultura, distribuição justa de renda e moradia, por exemplo.

A escola, pelas razões já apresentadas e reafirmadas, se apresenta como um espaço rico para compreendermos a convergência de tecnologias sociais voltadas para ações educativas de prevenção e combate ao uso de drogas. Nossa expectativa não é a de que a escola consiga resolver sozinha esse ou outros problemas. Nossa intenção, após as leituras realizadas para a pesquisa e tentativas de compreender a complexidade do fenômeno estudado, foi a de lançar luzes sobre a forma como a escola participa dessa rede que vai sendo tecida pelos atores que dela participam.

Para Paiva, Pupol e Barboza (2006), as escolas são territórios privilegiados para a agregação de conhecimentos sobre saúde e para o fomento de práticas e atitudes saudáveis, assim como para transformar o atual quadro de vulnerabilidade social, incluindo o uso abusivo de álcool e outras drogas. Isso porque a escola é uma instituição social que permite abordagens multidisciplinares, de diferentes segmentos, em todas as áreas de conhecimento. Para as autoras, as escolas podem ser locais estratégicos para promover a educação em saúde e criar condições para a prevenção de doenças nas comunidades. As escolas públicas oferecem, ainda, um ambiente onde os alunos podem obter informações e fazer parte de atividades educativas na área da saúde. Para a escola convergem ações do Estado, organizações não governamentais e instituições religiosas, com o discurso de prevenção e combate ao uso de drogas. O público-alvo das ações dessas instituições são as crianças e jovens em idade escolar que frequentam as escolas públicas. Dessa forma, em tese, a escola se apresenta como um espaço privilegiado para esse combate e prevenção.

Enfim, as ações educativas, preventivas e combativas precisam sempre caminhar juntas, para que obtenham sucesso. Nesse sentido, a escola se apresenta como importante espaço de convergência de atores que, embora pertençam a diferentes instituições sociais, possuem o mesmo objetivo social. As leituras realizadas para aprofundamento do tema reforçaram a certeza de que a educação, prevenção e combate quanto ao uso de drogas têm na escola um espaço propício para sua realização. Todavia, essas ações geralmente ficam a cargo de entidades outras, que não as vinculadas às secretarias estaduais ou municipais de educação. Nesse sentido, problematizamos o porquê dessa ausência de ações educativas por iniciativa dos órgãos responsáveis diretamente pela educação escolar pública.

No caso de Minas Gerais, constatamos, ao final do ano de 2019, em uma consulta feita à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), que esta Secretaria não possuía

programa **próprio** de educação para prevenção ao uso e abuso de drogas. Em outras palavras, o sistema educacional não possui uma política pública própria para atuar com ações educativas na prevenção e combate às drogas. Na ocasião, consultamos a Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C, responsável por 488 escolas, localizadas em 12 municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista o Índice de Vulnerabilidade da Saúde (IVS) elevado ou muito elevado e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado médio ou baixo desses municípios.

Problematizamos, ainda, como as instituições que atuam nas escolas compreendem este espaço de atuação e os sujeitos que nela estão. Para Oliveira (2016), os maiores responsáveis pela implementação dessas ações nas escolas devem ser os professores que nelas estão. A questão por trás da sua implementação, nessa perspectiva, é ver como essas políticas públicas articulam esses sujeitos que vivenciam o próprio ambiente escolar. É preciso descrever, então, como esse processo se dá, pelo menos do ponto de vista dos desenhos institucionais, e como os indivíduos interpretam as regras, tomam decisões e agem.

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas 2021, divulgado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)³, cerca de 275 milhões de pessoas usaram drogas no mundo e mais de 36 milhões sofreram de transtornos associados ao consumo de drogas, sendo avaliado que a pandemia potencializou riscos de dependência. Dados do relatório apontam que, durante os últimos 24 anos, a potência das drogas aumentou em até quatro vezes em algumas partes do mundo e persistem evidências de que o uso prolongado está associado a uma variedade de danos à saúde (UNODC, 2021).

De acordo com os dados científicos deste relatório, da população entre 15 e 64 anos, cerca de 5,5% já usou drogas pelo menos uma vez no ano anterior ao relatório, enquanto 36,3 milhões de pessoas, ou seja, 13% do número total de pessoas que usaram drogas, sofreram de transtornos associados a este uso. O relatório informa ainda que, até 2019, aumentou em 22% o número de pessoas que usam drogas, em parte devido ao crescimento da população jovem no mundo. Com isso, as projeções atuais, com base apenas nas mudanças demográficas, sugerem um aumento, até 2030, de 11% no número de pessoas que fazem uso de drogas no globo terrestre. (UNODC, 2021).

No Brasil, o VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras

³ O UNODC (Programa das Nações Unidas para o Controle de Drogas e Prevenção do Crime) tem uma série de programas e ações voltadas para o Brasil. Dentre elas destacamos: 1. Ajudar o Brasil a implementar políticas de combate à criminalidade relacionada às drogas, para reduzir a oferta e a demanda; 2. Estimular a cooperação internacional para a prevenção e o combate às drogas, à lavagem de dinheiro e ao terrorismo; 3. Auxiliar o Brasil a melhorar a capacidade de prevenção de crimes relacionados às drogas, à proteção das fronteiras e à segurança; 4. Fornecer ao Brasil o acesso a tecnologia e conhecimento para a prevenção de crimes relacionados às drogas

(2010), apontou que a idade da primeira experiência com as drogas, seja pelo consumo ou exposição dos estudantes às drogas, em geral acontece muito cedo, ocorrendo mesmo em idades inferiores a 10 anos. Uma situação mais grave do que foi apontado pelo levantamento nacional anterior, realizado em 2004, que revelou que o consumo precoce de drogas inicia no Brasil com idade mínima de 10 anos. Neste levantamento, 22,6% dos estudantes entrevistados relataram ter feito uso de alguma substância psicoativa, das quais o álcool foi mencionado como a mais frequentemente consumida (GALDURÓZ et al., 2004).

Em outro trabalho, Carlini et al (2007) confirmaram essa estatística, relatando que “(...) 22,8% da população acima de 12 anos de idade já fizeram uso ilícito e experimental de pelo menos uma substância psicoativa”, número que corresponderia à época a cerca de 12 milhões de pessoas. Já no relatório final produzido em 2012 pelo II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD), sobre os padrões no “uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas na população brasileira com mais de 14 anos”, os resultados mostraram que a substância ilícita com maior prevalência de uso é a *cannabis sativa*.

De acordo com o Ministério da Saúde (2019), o uso de drogas entre jovens brasileiros é preocupante, pois afeta diretamente a saúde geral do país, já que aumenta o risco de desenvolvimento de doenças crônicas, como câncer, doenças cardiovasculares, doenças infecciosas, aids, entre outras. Um estudo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)⁴, de julho de 2020, mostra que o número de mortes relacionadas ao uso de drogas entre jovens brasileiros aumentou 67% entre 2015 e 2019. Este estudo buscou investigar as taxas de mortalidade relacionadas ao uso de drogas entre jovens na região metropolitana de São Paulo. Utilizando dados secundários de fontes oficiais e questionários para coletar informações sobre o uso de drogas, fatores de risco e fatores protetores, este estudo efetuou uma análise estatística para identificar associações entre o uso de drogas e mortalidade. Os dados secundários incluíam estatísticas de mortalidade de registros de óbito e dados de questionários anonimizados de usuários de drogas da região metropolitana de São Paulo. Estes questionários incluíam informações sobre o uso de drogas, fatores de risco e fatores protetores.

Pesquisa epidemiológica sobre drogas realizada em Belo Horizonte, no ano de 2015, revelou que as drogas mais utilizadas na cidade são álcool, cigarro e maconha. O uso de álcool foi mais comum entre jovens de 15 a 24 anos, sendo a maconha a droga mais consumida nesta faixa etária, enquanto o uso de cigarro foi mais incidente entre pessoas acima de 25 anos. A pesquisa também mostrou que o consumo de drogas foi mais comum entre os homens do que entre as mulheres. De modo geral, os resultados indicam que o uso de drogas é um problema comum em Belo Horizonte, e que as pessoas jovens são particularmente vulneráveis ao uso de álcool, cigarro e maconha.

⁴ Estudo epidemiológico sobre mortes relacionadas ao uso de drogas entre jovens na região metropolitana de São Paulo (UNIFESP 2022).

(FERREIRA & TAVARES, 2003)

A Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Centro Regional de Referência em Drogas (CRR), juntamente com a prefeitura de Belo Horizonte, pesquisou e mapeou em 2013 o consumo de drogas na cidade. A pesquisa “Conhecer e Cuidar”, coordenada pelo professor Frederico Garcia, da UFMG, teve como objetivo investigar a relação entre o conhecimento e o cuidado na área da saúde. Propôs compreender as formas pelas quais as práticas de cuidado são fundamentadas na produção de conhecimento sobre o corpo e a saúde. Para isso, reuniu profissionais de saúde de diferentes áreas, a fim de debater e compartilhar experiências e formas de compreender e praticar o cuidado. Além disso, buscou desenvolver e aplicar métodos de pesquisa participativa, visando promover um diálogo entre a prática clínica e as abordagens teóricas sobre o cuidado em saúde (GARCIA, 2014).

Estudos epidemiológicos da Organização Mundial de Saúde (OMS) também apontam que no Brasil o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas vem ocorrendo em idade cada vez mais precoce. O uso e abuso de álcool e outras drogas apresentam enormes impactos físicos, mentais e sociais, sendo considerado atualmente pela OMS um problema de saúde pública. Associados ao consumo das drogas estão os problemas relacionados ao tráfico, trazendo sérias consequências não só para a saúde pública, mas para a estrutura social e familiar, atingindo todas as nações nas esferas econômica, social e política (OMS, 2021).

Com grande impacto no Brasil, o consumo de álcool e drogas ilícitas entre jovens representa um grave problema de Saúde Pública. O uso e abuso de substâncias entorpecentes provocam efeitos físicos e mentais em longo prazo ou de reações imediatas, estando comumente associados a comportamentos violentos, evasão escolar, inserção no tráfico, criminalidade, entre outras repercussões indesejáveis. Reconhecendo este cenário, o presente trabalho propõe diretrizes para implementação de ações de prevenção ao uso/abuso de drogas entre adolescentes e jovens da rede estadual de ensino, na região norte de Belo Horizonte.

Quanto às políticas educacionais, Oliveira (2016) discrimina os diversos atores que atuam na esfera pública além do Estado: ONGS, Sindicatos, Projetos e Programas particulares, de movimentos sociais e empresas privadas etc. Referendamos os posicionamentos do autor, quando diz que são as políticas educacionais e públicas que dão sentido ao Estado, que as políticas educacionais também são o Estado em ação, que as políticas educacionais materializam a ação pública. No entanto, frisa o autor, a ação pública não está circunscrita à ação estatal.

Oliveira (2016) enfatiza que “a escola é uma referência territorial”, em que os avaliadores de políticas educacionais estão preocupados com as partes visíveis dos programas e das ações: as avaliações de impacto, de custo-benefício e de efetividade, chamando a atenção para a parte que está em “camadas abaixo”. Ou seja, é preciso saber como os indivíduos que são os verdadeiros

implementadores das políticas decidem, como eles pensam e agem. Para o autor, esses indivíduos são aqueles que estão no chão das escolas: os professores.

Diante do exposto até aqui, reforçamos a escolha da escola como espaço privilegiado da nossa pesquisa por entendermos que ela é um espaço de convergência de tecnologias sociais voltadas para ações educativas de prevenção ao uso e abuso de drogas. É importante esclarecer que a abordagem pelo viés da “tecnologia social” tem grande importância nesta dissertação. É a primeira vez que a linha de pesquisa Educação Tecnológica e Sociedade da UFMG assume o risco de um trabalho dessa natureza. Dizemos “risco” pela novidade do tema e dos desafios impostos por essa novidade para os pesquisadores. Dessa forma assumimos, juntos, o risco do “começar”, sabendo que esta poderá ser a primeira de outras muitas pesquisas que poderão ser desenvolvidas, nesta área específica, no programa de Mestrado Profissional Educação e Docência (PROMESTRE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

2 ABUSO DE DROGAS NO BRASIL E A FUNÇÃO DA ESCOLA: UMA BREVE DISCUSSÃO.

Conforme apontado anteriormente, em consulta feita à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), no final do ano de 2019, verificamos que esta não possuía programa **próprio** de educação para prevenção ao uso e abuso de drogas. Em outras palavras, a rede estadual do ensino de Minas Gerais não possui uma política pública própria para atuar com ações educativas na prevenção e combate às drogas e para o desenvolvimento social dos estudantes. Nessa área, as escolas públicas de MG são alvos de projetos e programas de outras instituições como a Polícia Militar (PROERD), instituições religiosas, organizações não governamentais e organização da sociedade civil.

Não negando a importância da atuação de todas essas entidades, em projetos e programas realizados nas escolas, acreditamos que a escola pode se envolver também de forma autônoma, com iniciativas próprias, partindo de quem atua diretamente com o público estudantil, que são os professores. Buscando sempre, como já dissemos, práticas didáticas que absorvam as linguagens e formatos que as tecnologias oferecem, para que os alunos possam se alinhar criticamente, com os recursos da modernidade, ao combate e prevenção ao uso de drogas.

2.1 TECNOLOGIAS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE TÉCNICA, TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E REDE

Abordaremos, neste tópico, questões sobre técnica, tecnologia e tecnologia social e sua

relação com as escolas. Abordaremos, também, a rede de convergência entre a escola e os atores responsáveis pelo enfrentamento e prevenção ao uso de substâncias psicoativas pelos estudantes.

Conceituar tecnologia é tarefa complexa, porque a palavra tem vários significados diferentes. Pode ser usada para se referir a uma ciência ou arte específicas, ou a um conjunto de conhecimentos práticos aplicáveis ao desenvolvimento de ferramentas, máquinas, equipamentos, processos, sistemas ou métodos de organização. Além disso, o conceito de tecnologia evolui constantemente e é influenciado por fatores sociais, culturais e econômicos. Usamos como referência o *Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação à distância*, de Daniel Mill (2018), para abordarmos a epistemologia e conceitualização dos termos “técnica”, “tecnologia” e “tecnologia social”.

2.1.1 Definindo técnica e tecnologia - aprofundando olhares

A palavra **técnica** vem originalmente do grego *techné*, que foi traduzido para o latim como *ars* (arte), algo feito com técnica e esmero, podendo também a ela ser atribuído o significado originário de “tratado ou dissertação sobre a arte, exposição das regras de uma arte” (MILL & BERTOLDO, 2018, p. 598). Já a palavra **tecnologia** se compôs etimologicamente, do grego, pela junção dos termos *techné e logos*, que traz o significado de estudo, conhecimento racional de algo. Portanto, a tecnologia pode ser definida etimologicamente como o estudo de algo que é feito com arte, ou seja, com técnica, com esmero, em benefício do desenvolvimento da capacidade humana e da transformação do mundo natural (BERTOLDO & MILL, 2018, p.598).

Em outras palavras, **tecnologia** seria o uso da ciência para a concepção, construção e uso de ferramentas, máquinas e sistemas para servir às necessidades humanas. Ou, ainda, o conjunto de habilidades, conhecimentos e métodos utilizados para produzir bens e serviços para satisfazer desejos e necessidades humanas. Enfim, o uso consciente da tecnologia é visto como um meio de melhorar a qualidade de vida e ajudar a alcançar os objetivos dos seres humanos - concepção assumida nesta dissertação.

Em concordância com Bertoldo & Mill (2018), Oliveira (2020) entende, como tecnológicas, as habilidades que possibilitam o conhecimento suficiente para permitir que a humanidade transforme o ambiente em que vive. Nessa mesma direção, Soffner (2007) compreende que a tecnologia é o uso de conhecimentos científicos, habilidades práticas e materiais para criar produtos ou serviços úteis para a sociedade, para satisfazer as necessidades humanas e melhorar a qualidade de vida. Entre as várias utilidades e funções da tecnologia, estão o desenvolvimento de novos produtos e serviços, o aumento da eficácia e redução de custos operacionais nos processos de produção, a melhoria dos serviços de saúde, a redução da poluição, o aprimoramento

didático/pedagógico do sistema educacional.

Já Bunge (1980), apondo o termo social à palavra tecnologia, afirma que “um corpo de conhecimentos só é uma tecnologia se, e somente se, é empregado para controlar, transformar ou criar coisas ou processos, naturais ou sociais” (BUNGE, 1980, p. 186). Para o autor, a tecnologia inclui a ciência e a engenharia, bem como a organização dos processos produtivos. Em suma, uma forma de conhecimento aplicado ao uso prático (BUNGE, 1992).

Zygmunt Bauman (2001), ao abordar a “modernidade líquida”, também trata do conceito de tecnologia. O livro *Modernidade Líquida* explora como a tecnologia afeta a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos com o mundo. Para o filósofo polonês, a tecnologia é um meio de conectar as pessoas e promover a colaboração, ao mesmo tempo em que proporciona novas capacidades e habilidades. Ele argumenta que a tecnologia é uma força poderosa que não deve ser ignorada, mas sim usada para o bem comum, ajudando as pessoas a se comunicarem e interagirem entre si.

De acordo com o que foi apresentado até aqui, concluímos que desde o início do processo de civilização a educação e a tecnologia acompanham o homem, em toda a sua evolução, até as formas educativas e tecnológicas mais atuais. Mas em meio a visões tão amplas, é necessário apontar, mais especificamente, os conceitos de Tecnologia e Tecnologia Social que aqui serão adotados, quando aplicados à Educação.

Para além da origem etimológica, já exposta aqui pela definição de Bertoldo & Mill (2018), estes mesmos autores detalham como o conceito de tecnologia pode ser definido de uma forma restrita e de uma forma ampla, ângulos de visão essenciais para uma melhor compreensão da tecnologia na atualidade. Na definição restrita, Bertoldo & Mill, 2018 consideram a tecnologia como “habilidade, conhecimento e objetivos (meios e procedimentos racionais) que ampliam a capacidade do homem de manipular e transformar o mundo em que vive”, apontando ainda que:

[...] tecnologia é destreza, astúcia e habilidade prática racional, possibilitada pelo conhecimento que permite ao homem criar objetos (meios e ferramentas, procedimentos, sistemas e artefatos) necessários à organização, à manipulação e à transformação de matéria, energia e informação segundo sua intenção e seu objetivo” (BERTOLDO & MILL, 2018, p. 596).

De uma maneira resumida, tecnologia seria então uma forma ou o conjunto de conhecimentos necessários para tornar algo mais prático e fácil, com o intuito de alcançar um objetivo ou obter sucesso em algum empreendimento. Mas o conceito, segundo os autores, guarda ainda um sentido mais amplo:

[...] como aquilo que põe a realidade (humana ou não humana) em movimento, trazendo ou levando a produzir continuamente o que não existia por meio de informação, procedimentos, processos, regras, matéria energia, informação, forma, estrutura, leis, procedimentos, regras, disposição, intenção, conhecimento, projeto etc. Tomando assim, o mundo humano (artificial, dependente da mente e convencional) é um processo tecnológico a mais da realidade quando comparado ao não humano (natural, independente da mente e factual), igualmente ininterrupto, aberto, modal e resistente à definição. Embora com poder causal aparentemente distinto, essas realidades interagem e se conciliam. Por isso, dicotomias como natural/artificial e material/imaterial, muitas vezes utilizadas para ilustrar o significado de tecnologia, oculta o fato de o homem ser naturalmente um ser tecnológico, bem como dificulta a percepção de que ele é também fabricante de bens imateriais como número, método, informação e projeto (forma ou modelo pensado) (BERTOLDO & MILL, 2018, p. 596).

Na primeira definição, temos tecnologia como habilidade que nos permite criar meios para transformar o ambiente em que vivemos por meio de artefatos, sistemas, ferramentas e procedimentos. Já na segunda definição, constatamos que o ser humano é, por natureza, um ser tecnológico, que pode mudar a realidade do mundo em que vive. As criações ou invenções se distinguem em artificiais ou naturais, materiais ou imateriais, que são guiadas pelo conhecimento. Tecnologia é conhecimento, direcionado às ações de produzir e fabricar para suprimir demandas da humanidade.

As tecnologias podem produzir objetos por meio de ferramentas, artefatos, sistemas, procedimentos, para se chegar a um ou mais objetivos. Paulo Freire, em 1968, com a *Pedagogia do Oprimido*, apresentou ao mundo a defesa filosófica da práxis pedagógica de educar e ser educado. E especificamente quanto às tecnologias, sempre acreditou que nenhuma delas é, em princípio, boa ou má, pois é a utilização e a manipulação das mesmas pelas sociedades e pelos indivíduos que realmente as caracterizarão. Como consequência disto, tecnologia e técnica, se bem utilizadas, seriam fundamentais para a prática educativa, como grandes expressões da criatividade humana (FREIRE, 1986).

Para o autor, a tecnologia é expressão do processo de engajamento do homem ao mundo, para sua transformação, sendo ainda, como prática humana, meio de afirmação política de uma sociedade. Certamente é influenciada por ideologias, podendo servir a interesses múltiplos: ela não é, portanto, neutra – segue a visão de mundo da sociedade que a produz e a utiliza. (FREIRE, 1986)

Soffner (2013, p. 7), referindo-se a diálogo entre Paulo Freire e Seymour Papert, menciona que para se usar devidamente as tecnologias “é necessário que se identifiquem as bases das práticas tecnológicas, em busca das reais justificativas para seu emprego”. Nesse sentido, dentro da proposta freireana, o emprego da tecnologia na educação deve ter o caráter de “práxis tecnológica”, já que a sua aplicação é baseada em concepções do homem e de mundo imaginado por determinada ideologia, com reflexo nas questões educacionais. O autor acredita que a tecnologia a ser utilizada deve ser

sempre contextualizada, mostrando-se a ideologia, interesses e vantagens com que são apresentadas. Ao expressar essa compreensão, menciona Paulo Freire, para quem “não é possível que a tecnologia seja utilizada sem a compreensão do real motivo de seu uso, já que a possibilidade de manipulação política e ideológica permeia também os ambientes e meios tecnológicos” (SOFFNER, 2013, p. 6).

Soffner (2013) lembra que Freire foi um grande defensor da tecnologia quando Secretário de Educação do Município de São Paulo (1989-1991). Batalhava então pelo pleno entendimento da práxis tecnológica, e seu potencial de humanizar os homens e torná-los aptos a transformar o mundo em que vivem. Uma humanização cujo processo se inicia na própria práxis educativa, no ensino e aprendizagem dos conhecimentos científicos e culturais dados pela relação entre educadores e educandos (FREIRE, 1978).

Para demonstrar como a tecnologia pode ter um impacto positivo na educação e ajudar na tarefa de melhorar a forma de ensinar, podemos citar a entrevista de Lúcia Dellagnelo (diretora-presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira), intitulada “A tecnologia como aliada da educação”, sobre as interações na implementação das políticas educacionais. Entrevistada por Humberto Dantas, Dellagnelo (2016) afirma que a “Educação sempre esteve ‘aquém’ daquilo que a sociedade desejou” e que a tecnologia não é a salvadora da educação, mas pode transformar a forma de ensinar e aprender, desde que produza muita inovação na gestão pública, na implementação das políticas educacionais.

Dellagnelo (2016) explica que as mudanças na área da educação sempre foram muito lentas. Para ela, é mais simples inovar com as tecnologias, ao contrário do que se possa imaginar. Pois a educação deixou de ser referência a algo que acontecia apenas num determinado período da nossa vida, ou seja, que teria início e fim.. Hoje existe uma perspectiva maior da educação continuada, de um engajamento educacional constante, objetivando o aprendizado e a criação de novas competências e habilidades, incluindo aí o uso das tecnologias.

Cabe-nos, portanto, diante de tudo que foi apresentado, questionar os conceitos de tecnologia conforme a área em que serão aplicados no nosso trabalho, cujo tema refere-se exatamente à construção social do conhecimento através da ação educacional. Assim, os diversos autores e autoras pesquisados nos ajudam a analisar a relação entre educação e tecnologia, refletindo sobre as possibilidades de transformação dos processos educacionais e do desenvolvimento social.

2.1.2 Surgimento e conceituação da Tecnologia Social - Contexto histórico-cultural

De acordo com Dagnino, Brandão e Novaes (2004), a formulação conceitual da **Tecnologia Social (TS)** surgiu pela primeira vez ainda no final do século XIX, definida pelo líder pacifista indiano Mohandas Karamchand Gandhi, através da categoria de Tecnologia Apropriada (TA), aplicada ao desenvolvimento de programas que visavam a popularização e apropriação popular de equipamentos

tecnológicos, como forma de lutar contra as injustiças sociais que perpetuavam na Índia, pela dominação do colonizador (DAGNINO, BRANDÃO & NOVAES).

No ano de 1924, Gandhi concebeu a expressão tecnologia social, compreendendo-a como aquela que usa o conhecimento, o trabalho e o capital para atender às necessidades humanas comuns de maneira sustentável. Ele acreditava que o progresso tecnológico não deveria apenas buscar o crescimento econômico, mas também melhorar a qualidade de vida das pessoas. Que a tecnologia social implicava no uso comum de técnicas acessíveis, como a agricultura orgânica, para ajudar as pessoas a produzirem seus próprios alimentos. Ele também acreditava que a tecnologia social poderia ajudar a promover a conscientização social, contribuindo para transformar as condições sociais e políticas na Índia. (DAGNINO, 2007 e 2008)

Brandão (2001) encampa as ideias propostas por Gandhi, pressupondo uma contínua melhoria dos processos e técnicas tradicionais, com a necessária adaptação das tecnologias modernas (TM) à realidade local, aos requisitos de segurança e saúde das pessoas e à preservação do meio ambiente, o que significaria um estímulo ao uso das pesquisas e experimentos científicos para a solução dos problemas mais importantes e imediatos (BRANDÃO, F., 2001).

O trabalho de Gandhi despertou a consciência política de milhões de indianos, mostrando-lhes a necessidade de autodeterminação das comunidades e, também, da implementação de um processo de desenvolvimento que privilegiasse o saber social, popular e as soluções nativas – em vez do conhecimento importado, sempre distante da realidade cotidiana dos cidadãos e, por vezes, contrário a essa realidade (DAGNINO, BRANDÃO & NOVAES, 2004).

As ideias de Gandhi, pouco a pouco, começaram a influenciar as comunidades excluídas de países próximos à Índia, como por exemplo, a China. E posteriormente, atravessaram os continentes, fundamentando também a criação do conceito de tecnologia social no Brasil, vista como estratégia eficaz para gerar a autodeterminação e sustentabilidade das comunidades excluídas do processo de desenvolvimento nacional.

Em concordância com o pensamento de Gandhi, Gomide e Neves (2018) evidenciam as TS como ações transformadoras, por meio de técnicas ou procedimentos reaplicáveis, realizados com a participação da comunidade, para chegar a soluções efetivas quanto aos problemas sociais. As tecnologias sociais podem, então, ser compreendidas como técnicas, produtos, processos e metodologias (participativas e transformadoras) desenvolvidas por uma comunidade ou por instituições (acadêmicas ou não) em produtos, por meio de técnicas ou procedimentos aplicáveis, realizados no processo de interação com grupos de pessoas e/ou comunidades e que apresentem de forma concreta soluções efetivas para a transformação social (GOMIDE & NEVES, 2018).

Enfim, nesta dissertação defendemos o princípio de que Tecnologia Social é um campo interdisciplinar, no qual “desenvolvedores de tecnologia” e os especialistas em assuntos sociais

colaboram para criar produtos, serviços e processos que melhorem a qualidade de vida das pessoas. Esclarecemos que o conceito de tecnologia social não se refere apenas às tecnologias digitais. Pelo contrário, ele abrange todas as áreas de desenvolvimento, desde as soluções para problemas sociais e o investimento em infraestrutura, o que inclui as tecnologias tradicionais, como serviço de água potável, saneamento básico e energia. Inclui, ainda, as iniciativas de cunho social, como o empoderamento das comunidades e a defesa dos direitos humanos.

Para analisarmos a função social da escola, como um espaço de convergência de tecnologias voltadas para ações educativas de prevenção e combate ao uso de drogas, tomamos como base o pensamento de Bruno Latour, um pensador francês conhecido por suas contribuições às ciências sociais e às tecnologias sociais. Ele tem se dedicado ao estudo das relações entre a tecnologia e a sociedade, bem como seu papel na construção de novas formas de organização política, social e cultural. Latour (1994) argumenta que a tecnologia é um elemento fundamental para a compreensão da natureza dos processos sociais, que não podem ser compreendidos sem ela. O autor explora o modo como a tecnologia influencia o processo de criação e desenvolvimento de normas e padrões sociais, bem como a forma como a tecnologia é usada para criar e manter o *status quo*, trabalhando também em temas relacionados às políticas tecnológicas.

Segundo Júnior e Pereira (2004), as Tecnologias Sociais (TS) podem ser definidas, sucintamente, como sendo procedimentos metodológicos, técnicas e materiais criados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionar problemas, considerando aí as realidades locais e suas formas de organização coletiva, no intuito de alcançar a inclusão social e melhoria da qualidade de vida. (JÚNIOR & PEREIRA, 2004). As TS estão voltadas, portanto, a demandas e carências concretas, na área da educação, alimentação, saúde, meio ambiente, dentre outras, sendo práticas efetivas e reaplicáveis que podem propiciar o desenvolvimento social em larga escala.

As autoras consideram ainda que as Tecnologias Sociais (TS) se diferenciam das Tecnologias Convencionais (TC) pelas suas formas de aplicação, objetivos e pela caracterização dos grupos de favorecidos. Afirmam ser a TS:

[...] reaplicada facilmente com base em conjuntos de saberes, informações e conhecimentos disponíveis. Imprime como característica essencial a investigação por alternativas tecnológicas de baixo custo e de fácil e de fácil aplicabilidade, que possibilitam a inclusão social, o cuidado com o meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida.” (GOMIDE & NEVES, 2018, p. 614)

Já a Tecnologia Convencional, segundo as mesmas autoras, “parece estar cada vez mais atrelada aos objetivos de maximização do lucro privado, limitando o alcance e o transbordamento de seus benefícios para toda a população”. Reforçariam, portanto, a desigualdade social, além de impulsionarem “lógicas de produção que degradam o meio ambiente” (GOMIDE & NEVES, 2018, p. 614).

O Instituto de Tecnologia Social do Brasil (2004, p. 26) conceitua TS como o “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. Ao responder à pergunta “O que é Tecnologia Social?”, o ITS afirma que “não é um modelo pronto”. É uma metodologia em transformação, onde as pessoas que precisam das soluções são parte delas, assumindo o processo da mudança” (ITS, 2004, p. 15).

O Instituto sustenta, então, que as comunidades assumem o protagonismo dos processos para se apropriarem das tecnologias desenvolvidas. A experiência do ITS ensina que à medida em que há articulação entre pessoas e instituições, torna-se possível construir um diálogo permanente entre comunidades organizadas e pesquisadores científicos, lideranças populares e universidades. Assim, “é na atitude dialógica do saber acadêmico com o saber popular que os diferentes atores sociais aprendem a ser, a conhecer e a fazer, enfrentando os desafios da realidade” (ITS, 2007, p. 9).

Para o desenvolvimento de ações voltadas para a inclusão social no Brasil, usando as tecnologias como ferramentas necessárias, o ITS (2004, p. 24) explica que “o diálogo entre os saberes populares e acadêmicos se tornam imprescindíveis. As dimensões humana e social estão em primeiro plano. O conhecimento existente na comunidade necessita ser valorizado”. Nas suas ações, o ITS ressalta ainda que a “Tecnologia Social é a ferramenta que agrega informação e conhecimento para mudar a realidade. Por isso dizemos que ela é a ponte entre as necessidades, os problemas e as soluções que a gente encontra” (ITS, 2004 p. 23).

Corroborando a direção que apresentamos até aqui, quanto ao conceito de tecnologia social, Pedro Demo (2000) assim aborda a relação entre sociedade e tecnologia:

A habilidade ou inabilidade das sociedades de manejar a tecnologia e particularmente aquelas que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, formata vastamente seu destino a ponto de podermos dizer que, enquanto a tecnologia per se não determina a evolução histórica e a mudança histórica, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade das sociedades de se transformarem a si mesmas, bem como de decidir, sempre um processo conflitivo, os usos de seu potencial tecnológico”. (DEMO, 2000, p. 71)

Assim, compreendemos que Tecnologias Sociais (TS), como também o afirmam Júnior e Pedreira (2004), são aquelas técnicas, materiais e procedimentos metodológicos testados, validados e com impacto social comprovado, criados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionar um problema social. Uma tecnologia social sempre considera as realidades sociais locais e está, de forma geral, associada a formas de organização coletiva, representando soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida. As tecnologias sociais podem aliar, portanto, conhecimento técnico-científico, organização social e o saber popular. Importante é que sejam práticas efetivas e reaplicáveis, que possam propiciar o desenvolvimento social em escala.

2.2 A ESCOLA E OS ATORES EM REDE

Bruno Latour é um dos filósofos franceses mais influentes da atualidade. Nascido em 1947 na cidade de Beaune, na França, é antropólogo, sociólogo e filósofo da ciência, conhecido pela sua teoria do Ator em Rede (TAR). Latour (1994) propõe a relação sujeito-objeto na Educação utilizando o conceito de rede sociotécnica, ou seja, considerando que parte da vida social é concebida nas ciências e nas técnicas e parte da é concebida nas relações socioculturais, mas de forma integrada. Os trabalhos de Latour também são identificados como “antropologia das ciências e das técnicas”, mas estão inseridos nos estudos sociais.

Bruno Latour definiu, na década de 1980, a Teoria Ator Rede a partir de um campo de pesquisas denominado Estudos da Ciência e Tecnologia, que investigava a utilização de artefatos tecnológicos em que humanos e não humanos eram analisados com o mesmo grau de importância. Para Latour, o social não se refere só às relações entre seres humanos, mas também deles com os objetos que atuam no mundo. Ele desconstruiu e reconstruiu um novo conceito do social, no qual podemos incluir a cibercultura. Para a TAR, de acordo com Latour e Woolgar (1997, p. 266) “as diferenças entre objeto e sujeito e entre fatos e artefatos não deveriam ser o ponto de partida do estudo da atividade científica”, mas as suas interações.

No campo educacional, Bruno Latour (2001) considera a sala de aula presencial ou virtual como um laboratório que pode ser observado através de objetos técnicos e científicos híbridos: “quase-sujeitos”, “quase-objetos”, que agem na sociedade à medida que são fabricados. Ou seja, Para Latour (2001, p. 213) “os não humanos nos refogem duas vezes às estruturas da objetividade: não são nem objetos conhecidos por um sujeito nem objetos manipulados por um senhor.” Seguindo a linha iniciada por Latour e outros autores, Oliveira e Porto (2016, p. 9) consideram a educação e o processo educativo como “fenômenos multifacetados formados pelas simbioses e mediações de sujeitos e objetos técnicos, de humanos e não humanos, compondo uma mesma rede sociotécnica, onde o ensino e a aprendizagem são o foco central”.

Oliveira e Porto (2016), concordam que a Teoria Ator-Rede é muito importante para os processos de ensino e aprendizagem, já que objetos e sujeitos não são opostos. Afirmam ser preciso “considerar e discutir a importância dos objetos técnicos na construção das relações sociais, principalmente as efetivadas dentro da sala de aula, em contextos educativos” (OLIVEIRA E PORTO, 2016, p. 9).

Na obra *Cultura tecnológica e redes sociotécnicas: um estudo sobre o portal da rede municipal de ensino de São Paulo*, Medeiros e Ventura (2008) definem a estrutura das redes sociotécnicas, em que o ser humano seria mais um nó numa estrutura não-linear, sempre aberta a novos componentes. Sugerem-nos um modelo de redes como um espaço fértil para viabilizar a produção e a circulação de conhecimento e as novas configurações sociais que emergem na atualidade, na mesma linha do que já havia delineado Latour (1994).

O crescimento do uso e abuso de drogas entre crianças e adolescentes no mundo é demonstrado por diversos estudos, que apontam que esta problemática se tornou um fenômeno de extrema complexidade e que seus efeitos colaterais, como a questão da violência e o tráfico de drogas, constituem graves problemas sociais. A prevenção em casa, nas escolas, as abordagens éticas e jurídicas como ações de enfrentamento dessa situação, requerem programas de prevenção e de combate articulados com a sociedade, que necessitam estar muito bem estruturados com os vários segmentos sociais.

Considerando o ambiente escolar como um território potente e desafiante de prevenção, pelo exercício de construção de vínculos com a comunidade, tomamos a escola como foco de análise, visando conhecer, mapear e diagnosticar a realidade local e as problemáticas que envolvem o uso e abuso de entorpecentes, o tráfico de drogas e a violência, numa perspectiva não individualista, mas comunitária.

Sendo um ponto fundamental dentro desse contexto a ideia de territorialidade, como entende o Programa Saúde na Escola (BRASIL, 2011, p. 9), “a escola é um espaço privilegiado para práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos à saúde e de doenças”. Sobre a articulação entre escola e os vários setores e territórios das comunidades, assim expressa o Programa:

É fundamental a articulação com os diversos setores da sociedade como: educação, cultura, lazer, esporte, transporte, planejamento urbano, a sociedade civil, setores não-governamentais e setor privado, entre outros, para o desenvolvimento de estratégias que contemplem a dimensão da vida. O território é o espaço de produção da vida e, portanto, da saúde, sendo este construído e constituído coletivamente. A saúde é uma produção social, portanto, é fundamental a garantia de espaços de trocas de experiências e de construção coletiva de saberes. A partir da participação ativa dos sujeitos em práticas cotidianas é possível vislumbrar uma escola que forma cidadãos críticos e informados, com habilidades para agir em defesa da vida (BRASIL, PSE, 2007).

O território deve ser tomado como base para política municipal de prevenção. A territorialidade torna-se uma variável relevante no desenho e na implementação de programas governamentais, devendo ser avaliada como uma dimensão significativa na concepção de uma intervenção que busque romper com a segmentação existente entre as políticas sociais e urbanas, produzindo resultados mais efetivos e duradouros.

A territorialidade é elemento fundamental e catalisador de potenciais e de reinvenção da cidadania. As intervenções com foco no território, com ações dirigidas e gestão por proximidade, levam-nos a perceber a força do estabelecimento de vínculos sociais entre os agentes da política e os beneficiários da mesma. No caso da pauta da violência urbana, por exemplo, há uma demanda grave e urgente, pela emergência com que dever ser tratada a luta pela preservação da vida.

A articulação intersetorial das redes públicas de saúde e de educação e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do PSE implica mais

do que ofertas de serviços num mesmo território, pois deve propiciar a sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de corresponsabilidade (BRASIL, 2011 p. 9).

Entendemos que um dos fatores que podem ajudar a explicar a problemática do uso e abuso de drogas entre crianças e adolescentes é a desestruturação da instituição familiar. Pois essa desestrutura acaba levando as crianças a conviverem a maior parte do tempo fora do ambiente familiar, na companhia de pessoas envolvidas com drogas e outros vícios, que muitas vezes crescem com nenhuma ou pouca referência de valores e conceitos morais. As crianças, adolescentes e jovens acabam por não desenvolver autoestima, conhecimento e autoconhecimento necessários para resistir às pressões do ambiente degenerado em que estão inseridos, sendo levados, então, a se envolverem no mundo das drogas.

No modelo proposto por Neide A. Zanelatto e Raquel Zanelatto (2004), “a família e a escola são ressaltadas como os dois estruturadores básicos da identidade do jovem, sendo locais ideais para iniciar ações preventivas”. Para elas, programas de intervenção baseados no amedrontamento não são efetivos. Já os que combinam modelos baseados na estimulação da inteligência emocional, como o conhecimento científico, a educação para a saúde, a capacitação de professores, a educação afetiva, têm tido êxito no combate e prevenção ao uso de drogas (ZANELATTO & ZANELATTO, 2004).

As autoras também discutem a falta de continuidade dos programas preventivos das escolas brasileiras ou até mesmo a falta de um programa de prevenção escolar de segmento nacional, o que impede os próprios alunos de assumirem o papel de orientadores, ou multiplicadores sociais, após passarem pelos programas. (ZANELATTO & ZANELATTO, 2004). Outra evidência de falha nas tentativas de diminuição do consumo das drogas são os métodos repressivos aplicados por diversas instituições às crianças e adolescentes que ali cursam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Um exemplo, mas não o único, é o que acontece em muitas instituições socioeducativas, quanto ao tratamento dado aos menores dito infratores.

2.3 EDUCAÇÃO LIBERTADORA E TECNOLOGIA SOCIAL

O Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância, Marisa Bittar (2018) define educação como “uma prática que coincide com a origem da própria humanidade”, aquilo que é ensinado e aprendido pelos seres humanos “em suas práticas sociais, uns com os outros, já que em sociedade não existe ‘eu’ desprovido de ‘nós’”. A autora acredita que a educação está “enraizada em nossa existência”, constituindo um conceito amplo, “que envolve tanto a formação humana realizada na escola quanto a que se realiza fora dela” (BITTAR, 2018, p. 195).

Reconhecendo a diversidade e complexidade do conceito, Paulo Freire (1978) defende que educação prima, essencialmente, por se constituir um processo de humanização, prática para a

liberdade e a dialogicidade. Para Freire (1987;1993), a educação é um processo transformador que busca promover a consciência crítica e a emancipação dos indivíduos. Ele acredita que o ensino deva ser orientado para o bem-estar e a liberdade dos alunos e que o conhecimento possa ser adquirido por meio da prática e da reflexão, não de forma passiva - o que permite que as pessoas adquiram consciência crítica e controlem a própria realidade, para que possam intervir de forma ativa no mundo.

Assim, Freire (1978) reflete sobre a contraposição do que chama de educação bancária e o que entende como a concepção libertadora de educação. O conceito de “Educação Bancária” alinha-se mais ao vocábulo “educare”, que segundo Bittar (2018) significa instruir, formar, criar. Já o conceito de Educação Libertadora, proposto por Freire, seria mais associado ao termo “educere”, que tem o significado etimológico de “conduzir para fora de” (BITTAR, 2018). Assim, conforme Freire (1978), a “Educação Bancária”, no pretense exercício de educar, oprime, aliena, desumaniza os seres humanos participantes do processo educacional. Enquanto a “Educação Libertadora” constituindo-se mediante processos interativos, dialógicos, relacionais, prima pela conscientização, pela autonomia, pela humanização dos educandos.

Nesse sentido, afirmamos a necessidade do diálogo com os jovens. Para Freire (1993), um dos principais princípios da educação é o diálogo. A humanização dos educandos requer o estímulo ao diálogo entre eles. Para Freire (1969), humanizar significa fazer com que as pessoas se tornem mais conscientes de sua capacidade de transformar a realidade em que vivem. A humanização pode ser feita através de um processo educativo que privilegia o diálogo, a troca de conhecimentos, reflexões e experiências.

Paulo Freire (1996) nos dá o testemunho de que o ser humano é um ser inacabado e, consciente disso, aspira “ser mais”. E por ser inconcluso, busca seu aprimoramento através da educação, no entendimento de que “educar é substancialmente formar”. Assim, na obra *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1978) aponta a educação como um processo de humanização de oprimidos e de opressores, que tem início durante a própria práxis educativa, com base na dialogicidade dialética teoria x prática, que caracteriza tanto o ensino como a aprendizagem de conhecimentos científicos e culturais, na relação estabelecida entre educadores e educandos:

Desta maneira, educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os ‘argumentos de autoridade’ já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1978, p. 78-79)

Por conseguinte, superando a antiga dicotomia do processo educativo (o educador, como representante do ensino e o educando como representante da aprendizagem), ambos humanizam-se reciprocamente, o que possibilita a sua própria emancipação como seres humanos. É o que aponta o pensamento pedagógico freireano, quando reflete sobre a educação humanizadora:

Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens são seres inacabados e têm consciência de sua inconclusão. As raízes da educação se encontram como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. (FREIRE, 1987)

Para Brandão (2002), “cabe, também, à educação a responsabilidade de abrir as portas da mente e do coração e de apontar horizontes de construção partilhada de sociedades humanas mais humanizadas”. Nesse diálogo propositivo entre Freire e Brandão, percebemos que os dois apostam também na tecnologia aplicada à educação, como forma de construção comunitária para uma sociedade mais humanizada, e defendem a presença do mediador como fator social na aprendizagem.

O papel do “educador” é fundamental nessa perspectiva. O educador atua (ou deveria atuar) como um agente de transformação, ensinando aos alunos a pensar criticamente e a usar o conhecimento adquirido para mudar a realidade e as estruturas sociais. Ele auxilia os alunos no desenvolvimento da consciência crítica e sua capacidade de tomar decisões autônomas. Freire (1993) pensa o educador como um membro ativo da comunidade em que está inserido, e através da qual media a formação do educando, transformando-o em um agente crítico e autônomo, para benefício da sua própria vida e da coletividade. Da mesma forma, Brandão acredita que a educação é fundamental para a construção compartilhada do conhecimento e para a humanização da sociedade. E nesse processo, certamente está o uso da tecnologia, também como instrumento para transformação e humanização social, através da educação.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Apresentamos, neste capítulo, o percurso metodológico da pesquisa, elucidando os caminhos percorridos para cumprir esse objetivo, até a geração e análise dos dados. Realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, um processo de investigação científica que busca entender o significado social, comportamental e cultural das pessoas e sua relação com o contexto. É um método de pesquisa que usa observação, entrevistas em profundidade, estudos de caso, análise de conteúdo e outras técnicas para ajudar os pesquisadores a explorar problemas, entender as motivações dos participantes e desenvolver melhores soluções (BOGDAN & BILKLEN, 1982).

Nesta pesquisa, realizamos um estudo de caso, que Bogdan e Billen (1982) definem como uma investigação aprofundada de um indivíduo, grupo, evento, ação, organização, programa de serviços, comunidade, instituição ou sistema real. Pode focalizar investigações detalhadas e profundas em um único caso específico ou em um número pequeno de casos. O objetivo aqui, foi o de nos aprofundarmos no que foi estabelecido nos objetivos da pesquisa e, a partir desse aprofundamento, fornecer conhecimento detalhado, contextualizado e significativo do fenômeno estudado.

O **objetivo geral** desta pesquisa foi analisar e compreender a escola pública como um espaço de convergência de tecnologias sociais voltadas para a educação, prevenção e combate ao uso de drogas. Dele decorreram outros assuntos de extrema importância, como identificar os atores que atuam na prevenção, educação e combate ao uso de drogas nas escolas públicas, assim como analisar e compreender como várias organizações da sociedade atuam nas instituições escolares visando esse objetivo. Além da elaboração de um insumo teórico para a formação de professores que poderão trabalhar com questões relacionadas às drogas no ambiente escolar.

Estabelecemos, portanto, como **objetivos específicos**: identificar atores que atuam na prevenção ao uso de drogas nas escolas públicas da regional metropolitana norte de Belo Horizonte; analisar e compreender como as instituições que atuam na educação, prevenção e combate ao uso de drogas concebem a escola pública; elaborar insumo teórico para a formação de professores que irão trabalhar com material educativo de prevenção e combate ao uso de drogas.

A pesquisa, conforme dissemos, é de natureza qualitativa, compreendendo o objeto de estudo a partir de dados dimensionados pelo pesquisador de forma subjetiva, com o apoio de toda a documentação e bibliografia consultada, qualificando as respostas dos questionários realizados. Em alguns momentos, no entanto, trabalhamos com a abordagem quantitativa, que implica a mensuração estatística de dados analisados. (Gil, 2002) Realizamos, ainda, pesquisa exploratória, que supõe a consulta a referências bibliográficas selecionadas para compor o escopo teórico da investigação. Essa consulta e seleção de material bibliográfico permite ao pesquisador uma maior aproximação com o objeto de estudo. Empreendemos também uma análise documental e, para tanto, abordamos conteúdos de sites, jornais, revistas e relatórios, bem como materiais didáticos usados pelos atores (ou instituições), em suas ações no âmbito da escola pública. O estudo envolveu, ainda, pesquisas em leis, regulamentos, decretos, regras e normas técnicas.

De acordo com Gil (2002) as pesquisas qualitativas podem ser exploratórias, descritivas e explicativas. Nas pesquisas exploratórias o objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, ou seja, explicitá-lo. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado, assumindo em geral, a forma de pesquisa bibliográfica e estudos de caso. Já nas pesquisas descritivas, o propósito é caracterizar um determinado fenômeno

que estabelece relações entre variáveis, envolvendo técnica de coletas de dados padronizados, como técnicas de observação sistemática e questionários. Por fim, as pesquisas explicativas visam identificar os fatores determinantes de fenômenos e explicar a razão das coisas. No nosso caso, iniciamos com um estudo exploratório sobre o tema abordado.

3.1 O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Reconhecemos que existem pesquisas sobre o tema “prevenção ao uso de drogas na escola”, mas pouco se estuda a escola como uma rede de convergência de atores que tratam deste assunto. Esse foi um desafio enfrentado na busca de referências bibliográficas que pudessem subsidiar a pesquisa que realizamos. A primeira etapa da pesquisa envolveu um estudo exploratório do referencial teórico com o qual iríamos trabalhar. Nessa etapa foi necessário pesquisar no banco de teses e dissertações da CAPES as pesquisas que abordavam ou se aproximavam do tema que nos propúnhamos pesquisar. Paralelamente, pesquisamos no Scielo e no portal de periódicos da CAPES as publicações com temáticas que se aproximavam do nosso objeto de pesquisa.

Na rede Scielo usamos os descritores “prevenção”, “drogas” e “escola”, com os seguintes filtros: produção de artigo - idioma português - área ciências humanas/educação - anos de 2010 a 2021. Encontramos apenas quatro artigos que se aproximavam do tema pesquisado. Eles foram incorporados, posteriormente, nas análises que fizemos dos dados coletados.

No Portal de Periódicos da CAPES foi realizada uma busca com os mesmos descritores. O recorte temporal foi dos anos de 2011 a 2021. Encontramos a dissertação "Campo minado: a prevenção ao abuso de drogas em escolas de territórios socialmente vulneráveis" (SANTOS, 2016) e doze teses, a maioria delas realizada no campo da saúde, com poucos estudos na educação, principalmente na área de educação física. No Banco de Teses e Dissertações da CAPES, foram encontradas, por meio dos descritores citados, várias dissertações (72433 resultados) e teses (27567 resultados), que foram previamente filtradas e analisadas para que avaliássemos a possibilidade de sua utilização como subsídio para nosso trabalho.

Além dessas buscas, nos debruçamos na leitura de autores que nos eram familiares e outros que tivemos de estudar em profundidade, como no caso de Bruno Latour (2001). Essa leitura foi desafiadora porque foi o nosso primeiro contato com as ideias de Latour, mas aceitamos o desafio e os possíveis riscos consequentes.

Procuramos realizar uma abordagem de forma sistemática e cuidadosa para atingir os objetivos da pesquisa. Conforme veremos adiante, trabalhamos com questionários e os dados destes questionários foram representados em gráficos e estatísticas. Assim, em alguns momentos, foi necessária a abordagem quantitativa, e mensuração estatística de alguns dados analisados. Mas a

pesquisa teve intenção de compreender e estudar a relação dos atores que atuam na prevenção ao uso de drogas entre alunos da rede estadual de ensino a partir de dados dimensionados pelo pesquisador de forma subjetiva, com o apoio de toda a documentação e bibliografia consultada, qualificando as respostas dos questionários.

3.2 DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada durante a pandemia de COVID-19. Como é sabido, dia 6 de março de 2020, com a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no estado de Minas Gerais, iniciava-se a pandemia que veio assolar toda a população do Brasil e que perdura até os dias atuais. A chegada do novo coronavírus (COVID-19) foi um fator que provocou mudanças nas escolas e estimulou o uso de tecnologias para intermediar a aprendizagem, a partir da adesão ao ensino remoto emergencial em todo o território Brasileiro.

Notadamente, a primeira forma de ação de prevenção com respaldo científico para o enfrentamento ao vírus foi o distanciamento social, que impôs à educação brasileira a tarefa de elaborar estratégias para superar as consequências desse distanciamento, com práticas educativas que fossem capazes de garantir os direitos das crianças, adolescentes e jovens do país, estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Constituição Federal de 1988.

Para um país como o Brasil, que possui dimensões continentais e distintas realidades socioeconômicas, foram utilizadas estratégias diferenciadas para enfrentar os desafios impostos pela pandemia COVID-19. No estado de Minas Gerais, foram tomadas várias ações pelo poder público, determinando medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento à pandemia, também para garantir o direito à educação nas escolas da rede pública estadual.

Foi necessário promover adaptações para os modelos educacionais intermediados pela internet, seguindo recomendações de ordem sanitária e ética, como as sugeridas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais e pelo Ministério da Saúde, além da reorganização dos procedimentos quando do retorno parcial das aulas no modelo presencial.

As adaptações e estabelecimento de novos modelos na área educacional foram grandes desafios a serem enfrentados durante a realização da nossa pesquisa. Martins (2020) afirma que a pandemia de COVID-19 e a consequente conversão de várias atividades em trabalho remoto, dentre elas a pesquisa científica, trouxe muitas complexidades e consequências para o trabalho do pesquisador. Dentre os desafios por nós enfrentados, destacamos:

1. Desafios logísticos: foi preciso reconfigurar a pesquisa para que ela se adequasse às restrições de distanciamento social. Além disso, tivemos de encontrar maneiras de conduzir de forma ética as pesquisas à distância.

2. Desafios de acesso: o acesso aos participantes foi um dilema. À medida que as restrições de distanciamento social se tornaram mais rigorosas, tivemos que encontrar maneiras de obter acesso aos participantes de forma segura e ética. Optamos, então, pela coleta de dados por meio de questionários aplicados de forma online, abandonando o projeto da realização de entrevistas semiestruturadas.

3. Desafios de qualidade: era preciso garantir que os dados coletados durante a pandemia fossem confiáveis e válidos.

4. Desafios do mundo do trabalho: o pesquisador atua como Técnico em Assuntos Educacionais na SEE-MG. Essa secretaria ficou sobrecarregada durante a pandemia e mesmo após o fim do isolamento social. Consequentemente, o pesquisador ficou sobrecarregado e foi necessário muito esforço para concluir a pesquisa com a qualidade necessária. Não foram raras as vezes em que a produção acadêmica ficou comprometida pelo cansaço (físico e intelectual) originado no trabalho.

O contato *online* prevaleceu. Ressaltamos que mesmo com o fim da pandemia a necessidade desse contato online ainda se colocava para pesquisadores e pesquisados - em função da recente reorganização do mundo do trabalho pós isolamento social. Assim, nossa coleta de dados não foi realizada conforme havíamos planejado inicialmente. Anteriormente, planejávamos entrevistar professores, gestores, alunos e outros profissionais envolvidos na rede que supúnhamos convergir para a escola, também com esse propósito de prevenção e combate ao uso de drogas.

Mas a organização da escola no ensino remoto e a retomada das aulas presenciais deixaram a escola acumulada de demandas, trazendo a necessidade de adaptar a pesquisa a esta realidade. Dessa forma, as dificuldades encontradas na realização da pesquisa, em virtude dos tempos pandêmicos, fizeram com que optássemos por não realizar as entrevistas, deixando esse diálogo e interação para um estudo futuro. Priorizamos, então, o envio de questionários, de forma remota, para os participantes da pesquisa. E como produto final, procedemos à elaboração de um recurso educacional para a formação de professores que se propõem a trabalhar nas salas de aula, com o apoio das tecnologias sociais, essa prevenção e combate ao uso de drogas. No caso, um livreto, ou cartilha educativa, intitulada “Tecnologias Sociais na prevenção ao uso de drogas na sala de aula”, em Apêndice neste trabalho.

3.3 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Enquanto trabalhávamos na pesquisa bibliográfica, procuramos também definir como faríamos a coleta de dados. Um primeiro desafio foi atingir toda a região onde se concentravam as escolas públicas que iríamos pesquisar. Tentamos estabelecer o seguinte cronograma de ações:

1. Selecionar a região e as escolas públicas para onde convergem diferentes atores que abordem questões relativas à educação, prevenção e combate ao uso de drogas;
2. Uma vez selecionadas a região e as escolas, identificar quem são esses atores e como eles atuam na escola. Para tanto, planejamos abordar gestores, professores e outros envolvidos por meio de questionários;
3. Como pauta dos questionários, tentar compreender a percepção que esses atores têm da comunidade escolar e as razões de verem a escola pública como um espaço privilegiado para a sua atuação.

Tomadas essas decisões iniciais, nos organizamos para elaboração do questionário que seria enviado para as escolas públicas. Procurando atender aos objetivos propostos na pesquisa, adotamos a abordagem autobiográfica como referencial teórico-metodológico, desenvolvida por meio de pesquisa-ação com diretores e professores de escolas da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais. Assim, para a triangulação das informações e análise dos dados coletados foram utilizados os questionários, respondidos por gestores escolares colaboradores desta investigação.

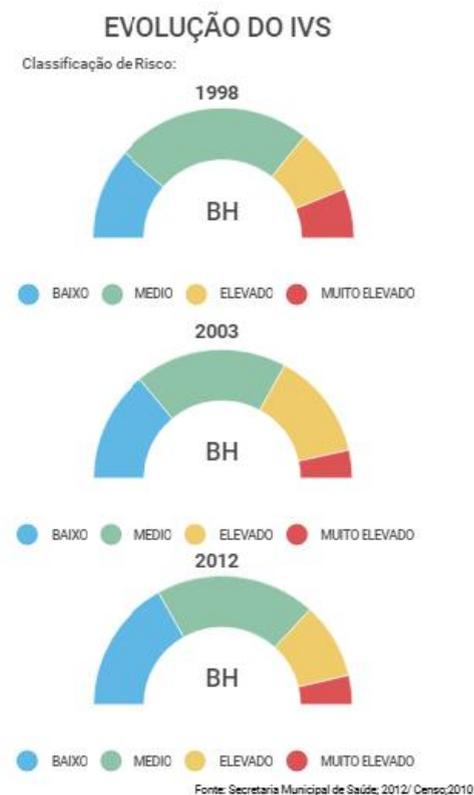
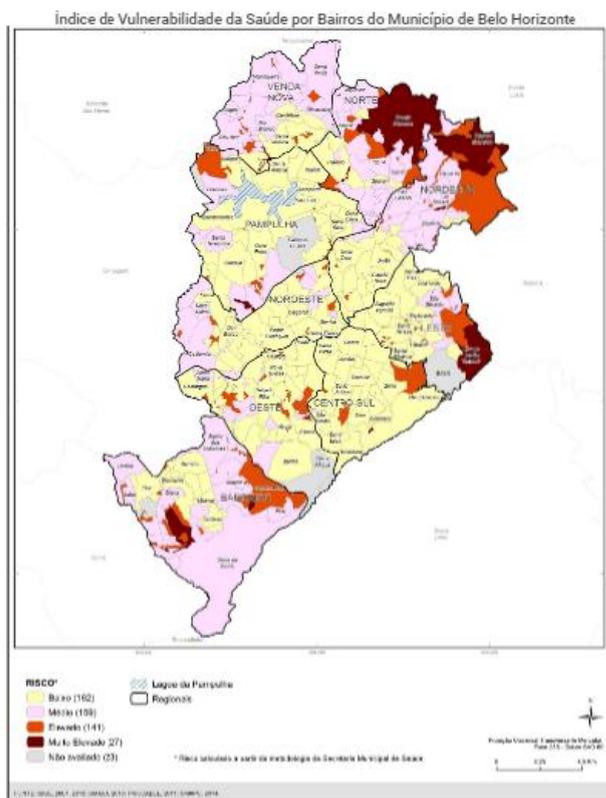
A partir desses procedimentos, tentamos abordar o problema da pesquisa por meio das categorias de análise estabelecidas. O questionário compreendeu, portanto, a análise da função social da escola, como um espaço de convergência de TS voltadas para ações educativas de prevenção ao uso e abuso de drogas. Mas para entendermos melhor o processo de coleta de dados, apresentamos os locais e participantes escolhidos para a realização deste trabalho.

3.2.1 Municípios e escolas participantes da pesquisa

A Região Metropolitana de Belo Horizonte é composta pelos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ibirité, Santa Luzia, Sabará, Nova Lima, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Lagoa Santa, Barbacena, Juatuba, Raposos, Santa Rita de Caldas, Conselheiro Lafaiete, Moema, Sarzedo, Sete Lagoas, Pedro Leopoldo, Esmeraldas, Mateus Leme, Conceição do Mato Dentro, Itaguara, Capim Branco, Matozinhos, Itauna, Bom Despacho, Santa Bárbara, Divinópolis, Ipatinga, Timóteo, Alfenas, Governador Valadares, Desterro de Entre Rios, Itabirito, Ouro Branco e Carangola.

Esses municípios têm Índice de Vulnerabilidade da Saúde (IVS) elevado ou muito elevado e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerados médios, sendo que um dos municípios se aproxima do baixo índice de IDH. Conforme a Secretaria Municipal de Saúde da prefeitura de Belo Horizonte (2018), o índice é utilizado para apontar áreas prioritárias para intervenção, por se tratar de um indicador que aponta uma combinação de variáveis socioeconômicas.

Figura 1 – Índice de Vulnerabilidade de Saúde (IVS) por bairros de Belo Horizonte



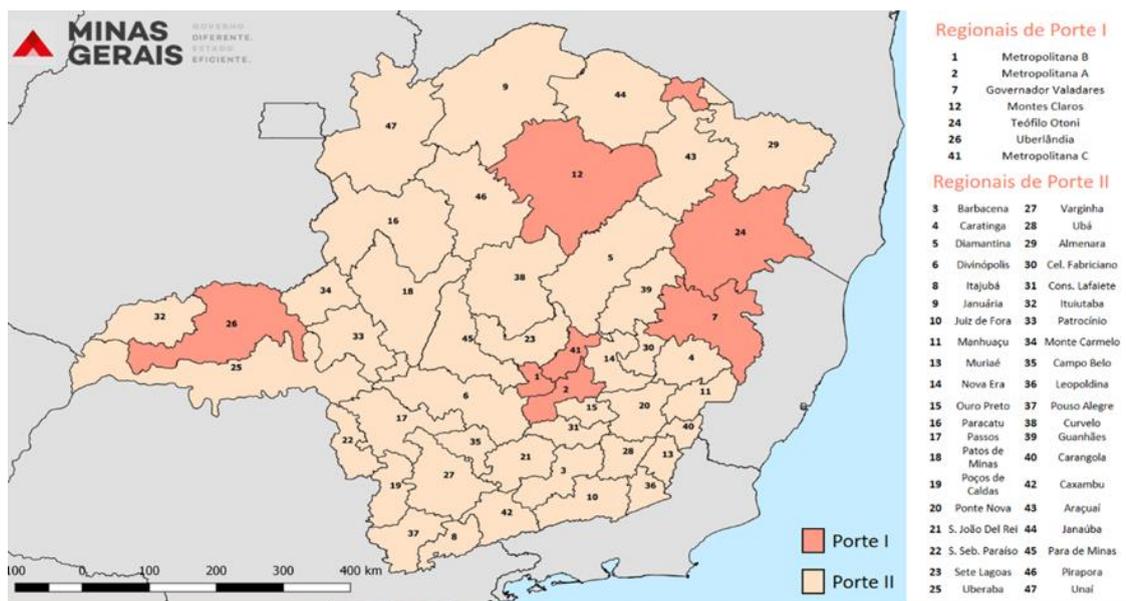
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte

Esclarecemos que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (2008) define o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como uma medida que compara indicadores de educação, alfabetização, esperança de vida, natalidade riqueza e outros, com o objetivo de avaliar o bem-estar das crianças e da população em geral. O IDH é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual e varia de zero (0) a um (1). O IDH é considerado de desenvolvimento humano baixo, quando medido até 0,499; médio, se as cidades têm índices entre 0,50 e 0,799; e os municípios acima do índice 0,80 passam a integrar o grupo com IDH elevado, que é o caso da cidade de Belo Horizonte com índice de 0,810 (IBGE, 20..)

A rede de instituições de ensino participantes da pesquisa foi selecionada, então, a partir da região metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, também conhecida como Grande BH, que hoje possui um “colar” Metropolitano composto por 16 municípios, pertencentes à Superintendência Regional de Ensino Metropolitana Norte (C). Destes, foram selecionados, no recorte da pesquisa, 12 municípios. Além de Belo Horizonte, foram coletados dados de escolas dos municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Confins, São José da Lapa, Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar e Taquaraçu de Minas.

O mapa abaixo mostra as regionais do Estado de Minas Gerais, divididas conforme o porte. A Regional Metropolitana C, estudada nesta pesquisa, está representada pelo número 41 na figura.

Figura 2 – Mapa com as secretarias regionais de educação do Estado de MG



Fonte: SEE/MG - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

No quadro 1, abaixo, o ranqueamento do IDH dos municípios onde foram coletados os dados. No quadro II, o mesmo ranking, acrescido do número de escolas estaduais de cada um dos municípios.

Figura 3 – Ranking IDH dos 12 municípios selecionados para a pesquisa



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Figura 2 – Ranking IDH dos municípios, com número de escolas de cada município

Município	IDH	Ranking IDH MG	Escolas
Belo Horizonte	0,810	2°	52
Lagoa Santa	0,777	9°	5
Pedro Leopoldo	0,757	30°	9
Confins	0,747	44°	1
São José da Lapa	0,729	87°	2
Santa Luzia	0,715	145°	21
Vespasiano	0,688	300°	13
Ribeirão das Neves	0,684	323°	53
Jaboticatubas	0,681	348°	3
Santana do Riacho I	0,665	457°	2
Taquaraçu de Minas	0,651	536°	1
Morro do Pilar	0,597	784°	2
Total de Escolas Estaduais			164

Fonte: Dados da Pesquisa

Belo Horizonte desponta como 2° no Ranking de Minas Gerais, sendo o 20° colocado no Ranking nacional de IDH. Sendo que o Morro do Pilar, último colocado, entre os 12 municípios selecionados, se encontra próximo do IDH considerado baixo. Nota-se também que o número de escolas estaduais não é propriamente sinal de IDH alto, pois o número de escolas de Ribeirão das Neves (53) é maior que o número de escolas de Belo Horizonte (52), mas se mantém na posição de 323° entre os municípios de Minas Gerais. Na tabela abaixo, a posição do IDH de Belo Horizonte em relação a algumas cidades de Minas Gerais:

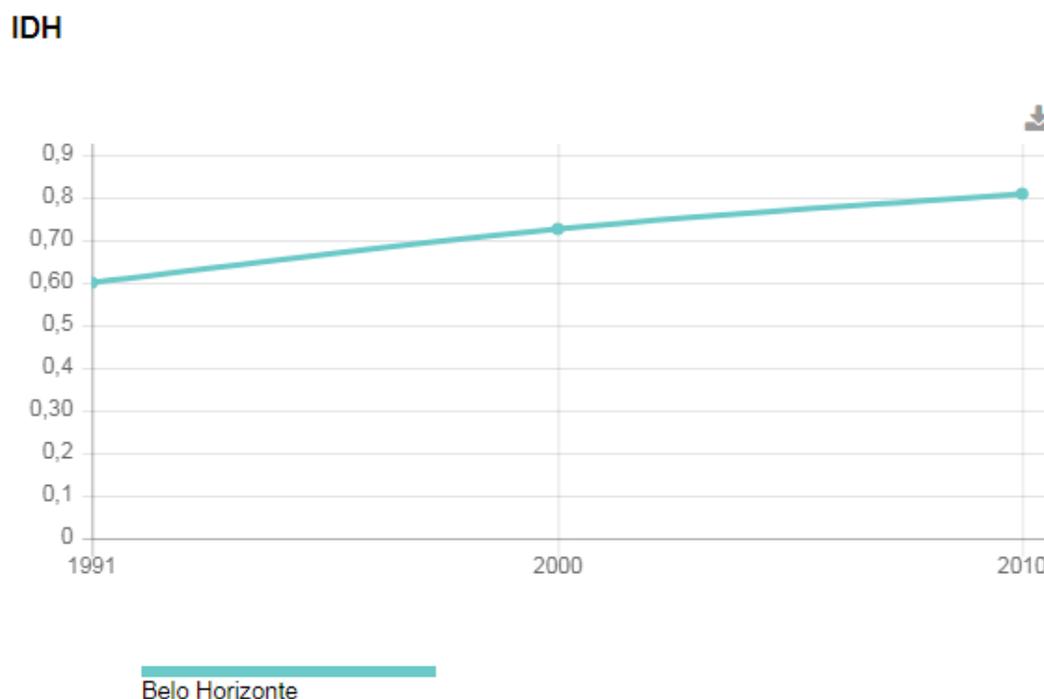
Tabela 1 – Posição do IDH de Belo Horizonte em relação a cidades de Minas Gerais**BELO HORIZONTE NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

1º	Nova Lima	0,813
2º	Belo Horizonte	0,810
3º	Uberlândia	0,789
4º	Itajubá	0,787
5º	Lavras	0,782
...		
848º	Ladainha	0,541
...		
850º	Catuji	0,540
851º	Bonito de Minas	0,537
852º	Araponga	0,536
853º	São João das Missões	0,529

A Tabela mostra que Nova Lima, cidade que também pertence à Grande BH, mas que não foi selecionada para a pesquisa, ocupa o 1º lugar do IDH entre as cidades de Minas Gerais, enquanto as últimas posições são ocupadas predominantemente por cidades do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

O gráfico abaixo indica o grande desenvolvimento observado no IDH de Belo Horizonte em duas décadas, de 1991 a 2010, passando de um nível médio para baixo do IDH, com índice de 0,60, para um nível bem alto, de 0,81, que corresponde à 20ª posição entre todos os municípios brasileiros.

Figura 6 - Gráfico – Evolução do IDH de Belo Horizonte, entre 1991 e 2010



Fonte: IBGE, 2010

3.2.2 Elaboração e aplicação do questionário

Segundo MURRAY (1999), a criação de um questionário é um processo complexo que abarca a redação das questões, sua ordenação, apresentação, aplicação e coleta. O questionário pode ser definido como um instrumento composto por um conjunto de perguntas, questões ou itens padronizados e pré-definidos, desenvolvido para coletar dados por meio de métodos técnico-científicos, visando mensurar atributos ou características relacionadas a pessoas, organizações, processos ou fenômenos, com o pressuposto principal de garantir acurácia e precisão na verificação dos objetos de investigação. (MURRAY, 1999)

Com base nesse conceito, criamos uma primeira versão do questionário a ser enviado para as escolas da Superintendência de Ensino que abrange a região metropolitana de Belo Horizonte. Entretanto, antes de enviá-lo, era importante testá-lo e verificar eventuais falhas, para corrigi-las em uma versão final.

Um pré-teste do questionário foi confeccionado (elaborado no *google forms*) para que pudessemos verificar sua viabilidade. Enviamos o questionário para 5 diretores de escolas públicas estaduais previamente selecionados, que aceitaram serem nossos primeiros respondentes. Os diretores responderam ao questionário e opinaram sobre sua eficiência e/ou deficiência, contribuindo

com acréscimos nas alternativas de respostas, apontando que várias perguntas poderiam ter mais de uma resposta, além de outras sugestões de organização, sempre de acordo com os objetivos propostos para a pesquisa.

A partir das sugestões dadas por esses 5 respondentes, refizemos o questionário e após os ajustes finais foi preparada a versão final, através do aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google em 2018, o Google Forms, utilizado gratuitamente para coletar as informações necessárias ao andamento da pesquisa. Posteriormente, os registros das respostas dadas foram transformados em gráficos/tabelas, que são apresentados e analisados no próximo tópico, da Análise de Dados.

O questionário contém 25 (vinte e cinco) perguntas, com o tempo estimado de resposta de 15 a 25 minutos. Ele foi enviado para 165 (cento e sessenta e cinco) escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, a diretores(as) das escolas da rede estadual de ensino da regional metropolitana norte de Belo Horizonte, situados nos municípios de Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Morro do Pilar, Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Santana do Riacho, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Santana do Riacho, Taquaraçu de Minas, Vespasiano. O questionário foi enviado no dia 17/03/2022 e foi dado aos respondentes o prazo de 15 dias para devolvê-lo preenchido, prazo posteriormente estendido por mais 15 dias. Ao todo, obtivemos 40 respondentes.

As respostas ao questionário foram dispostas em gráficos, cuja visualização possibilita conhecer os percentuais das respostas dadas pelos gestores a cada questão aplicada. Ressaltando novamente que, devido às medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento à COVID-19, fez-se necessária a reorganização dos procedimentos, que inicialmente seriam de forma presencial, e promover adaptações para modelos intermediados pela internet, seguindo as recomendações de ordem sanitária e ética sugeridas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais e pelo Ministério da Saúde.

3.2.3 Coleta e Análise de dados

A segunda etapa da pesquisa envolveu a análise dos dados do questionário, possibilitando contextualizar as percepções das escolas (por meio das respostas de seus gestores) em relação ao que foi apresentado nos capítulos anteriores. Nessa etapa foi necessário ilustrar os conceitos elaborados na pesquisa e a ordem das perguntas foi elaborada propositalmente de forma a organizar melhor os dados coletados, e sua relação com os conceitos.

Num primeiro momento, foram enviados 52 (cinquenta e dois) e-mails para os diretores das escolas de Belo Horizonte, por intermédio do Diretor Educacional da Superintendência Regional de Ensino - Metropolitana C, com convites formais para participarem da pesquisa. Com a baixa adesão dos convidados nos primeiros 4 dias, gerando apenas 9 respostas positivas, foi intensificado o

processo de envio de convites, enviados a outros 112 (cento e doze) gestores de escolas, agora de forma separada por região. Por fim, no último envio, foi reiterado o e-mail para 165 escolas da região Metropolitana. Ao final, responderam positivamente e participaram da pesquisa 40 gestores/diretores de 40 escolas, com representação de todos os 12 municípios selecionados.

Julgamos necessário, inicialmente, fazer um compêndio geral de todos os dados levantados, para em seguida analisar profundamente cada uma das informações colhidas e construir subseções de acordo com os objetivos da pesquisa. Ressaltamos que os dados gerados estão contextualizados à situação a que se referem, para exemplificar ou justificar um determinado resultado, e que não sofreram qualquer tipo de alteração. Isso para preservar a confidencialidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Questão 1 – Caracterização da Escola

QUESTÃO 1 - A SUA ESCOLA É:

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

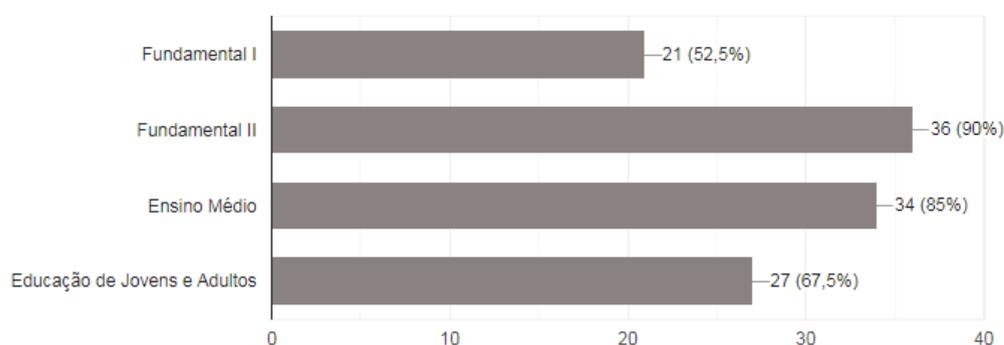
Embora fosse prevista essa unanimidade da resposta, pelo questionário ser destinado a escolas da rede pública estadual de ensino, as 40 respostas vieram reafirmar a esfera pública estadual como foco inicial deste estudo. No entanto, existe a possibilidade de expandir futuramente a pesquisa para outras esferas.

Questão 2 – Modalidades de ensino

QUESTÃO 2 - AS MODALIDADES DE ENSINO PRESENTES NA SUA ESCOLA SÃO:
(pode marcar mais de uma opção)

 Copiar

40 respostas



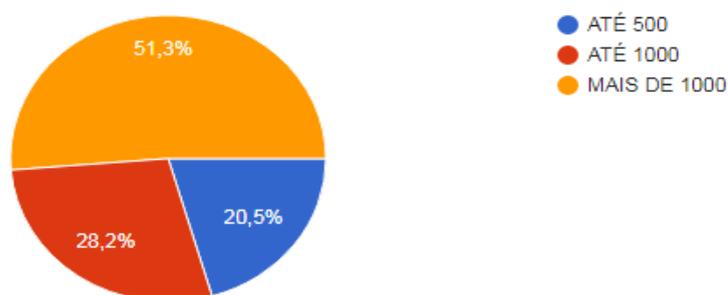
Fonte: Dados da pesquisa

Dentre as modalidades de ensino apresentadas, as respostas puderam ser categorizadas em 4 grupos. Verifica-se, aqui, que 90% dos participantes atuam em escolas que oferecem o Ensino Fundamental II, 85% em escolas que oferecem a modalidade de Ensino Médio, 67,5% atuam onde há a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 52,5% onde há a modalidade de Ensino Fundamental I. Nesta questão, observamos que as escolas, comumente, oferecem mais uma modalidade de Ensino, sendo que é mais predominante o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio.

Questão 3 – Número de alunos atendidos nas escolas

QUESTÃO 3 - QUANTO AO NÚMERO DE ALUNOS A SUA ESCOLA ATENDE:

39 respostas



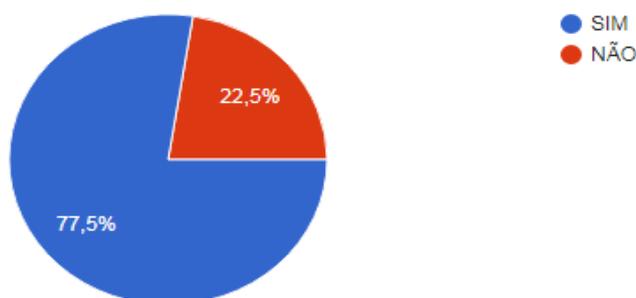
Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à quantidade de alunos, as respostas puderam ser caracterizadas por 3 grupos distintos. De 39 respostas (um participante não respondeu), coletou-se a informação de que 51,3% das escolas, número correspondente a 20 escolas, possuem mais de 1.000 alunos, 11 escolas (28,2%) possuem entre 500 e 1000 alunos, e 8 escolas (20,5%), até 500 alunos.

Questão 4 – A prevenção ao uso de drogas no Projeto Político Pedagógico da Escola

QUESTÃO 4 - O PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DA ESCOLA CONTEMPLA A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS?

40 respostas



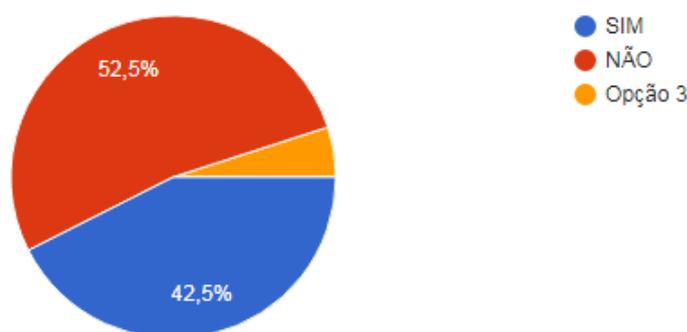
Fonte: Dados da Pesquisa

Sobre a presença ou não da prevenção ao uso de drogas no Projeto Político e Pedagógico (PPP) das escolas, 77,5% dos participantes responderam que não está previsto no PPC da sua escola essa abordagem, enquanto 22,5 % responderam que sim, que a sua escola contempla no PPC esse tema da prevenção ao uso de drogas. Esse resultado demonstra como o enfrentamento ao uso de drogas através de trabalhos educativos ainda está distante da realidade escolar em boa parte do universo pesquisado, mostrando também, indiretamente, a relevância desta pesquisa para a transformação dessa realidade.

Questão 5 – Projetos de autoria própria da escola relativos à prevenção ao uso de drogas

QUESTÃO 5 - A ESCOLA TEM PROGRAMAS, PROJETOS OU AÇÕES DE AUTORIA PRÓPRIA RELATIVOS À PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS?

40 respostas



Fonte:
Dados
da
pesquisa

Quanto a projetos de autoria própria que abordem a prevenção ao uso de drogas, a maioria (52%), correspondente a 21 participantes, afirmaram que em sua escola há programas, projetos ou ações de iniciativa própria, o que contrasta com a ausência do tema no PPC da maioria das escolas, que foi relatado na questão anterior. Ou seja, mesmo não existindo no PPC, grande parte dos professores/gestores assumem voluntariamente essa incumbência. O que condiz com o que afirmamos na pesquisa, daqueles que convivem mais de perto com os alunos deveria também partir

a iniciativa dos programas de prevenção e combate ao uso de drogas.

QUESTÃO 6 - Se você Respondeu "Sim" à **Questão 5**, favor especificar. Se Respondeu "Não", pule para a **Questão 7**. 13 respostas

A pergunta acima foi direcionada apenas para os participantes que responderam afirmativamente à pergunta anterior. Dessa forma, lhes foi possível detalhar a resposta dada, dizendo que programas/projetos/ações de prevenção ao uso de drogas, de autoria própria, existiam em suas respectivas escolas. Para isso, usamos a opção de resposta aberta que o formulário *Google Forms* oferece. Mas dos 21 participantes que haviam respondido afirmativamente, apenas 13 se dispuseram a especificar as ações. A seguir, apresentamos as respostas que consideramos mais representativas, para o trabalho de prevenção:

- Semana de combate às drogas
- PPP da escola determina a igualdade e o respeito. Determinando a valorização do indivíduo, através dos valores do coletivo "direito e deveres".
- Projeto Drogas, com o intuito de esclarecimento sobre os efeitos das drogas
- PROERD - Parceria com a Polícia Militar
- Sala de convivência - parceria com faculdades e PM com palestras e acompanhamento com psicólogos pra usuários de drogas e demais necessidades de alunos, pais e servidores da escola.
- Trabalhamos a semana de prevenção às drogas
- Palestras
- Abordagem pedagógica e interdisciplinar, palestras educativas.
- Ações de combate, palestras.
- Projetos
- A escola faz um trabalho de conscientização sobre o uso de drogas
- Jogando limpo
- PROERD e Palestras

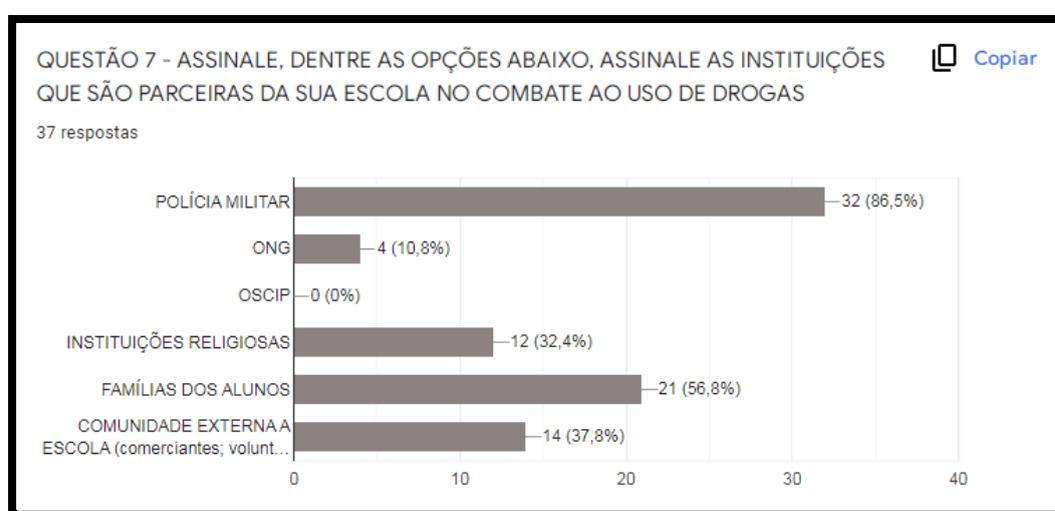
Pensamos que a Semana de combate às drogas pode servir como uma boa plataforma para alertar os alunos sobre os perigos das drogas, assim como para reforçar os conceitos de saúde e bem-estar. As escolas também podem trabalhar em estreita colaboração com as famílias, para garantir que todos os alunos recebam as informações e o apoio de que precisam para resistir às drogas.

Já o Projeto Político Pedagógico (PPP) é de extrema importância para as escolas públicas, pois ele fornece aos gestores e professores diretrizes essenciais para a implementação de um currículo adequado e para a melhoria da qualidade do ensino, o que é ainda mais importante em locais de maior vulnerabilidade social. Além disso, o Projeto Político Pedagógico ajuda a garantir que as escolas estejam alinhadas com as diretrizes e políticas educacionais do país, ajudando assim a melhorar os resultados dos alunos. Ele também oferece meios para avaliar a qualidade do ensino e, assim, ajudar as escolas a serem mais eficazes e a oferecer uma educação de qualidade às suas

comunidades. EM relação à questão abordada nesta pesquisa, o PPP é um instrumento que pode garantir que as ações de prevenção e combate ao uso de drogas incorporem ao currículo e às disciplinas.

Observamos que as ações do PROERD se assemelham ou complementam e/ou são complementadas pelas iniciativas que vemos nas escolas. O Proerd, assim como outras ações, tem o objetivo de ensinar crianças e jovens sobre os efeitos danosos das drogas e as consequências da violência que gira em torno delas. Assim busca atingir seu objetivo principal que é contribuir para a redução do índice de consumo de drogas entre os jovens brasileiros.

Gráfico 7 – Instituições parceiras das escolas no combate ao uso de drogas



Em relação às parcerias realizadas com projetos ou ações relativos à prevenção ao uso de drogas nas escolas, dos 37 participantes que responderam, 32 (86,5%) disseram ter as escolas parceria com a Polícia Militar e 21 participantes (56,8%) disseram que as parcerias eram feitas com as próprias famílias dos estudantes. Outras 14 respostas (37,8%) mencionaram parcerias com a comunidade externa (comerciantes, voluntários), 12 gestores (32%) optaram por assinalar instituições religiosas como parceiras, e apenas 4 participantes (10,8%) mencionaram as Organizações não governamentais (ONG). Não foi identificada nenhuma resposta para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

QUESTÃO 8 - Escreva o nome dos projetos ou ações de combate ao uso de drogas de instituições que vão até a sua escola. Se não houver, siga para a questão 9.

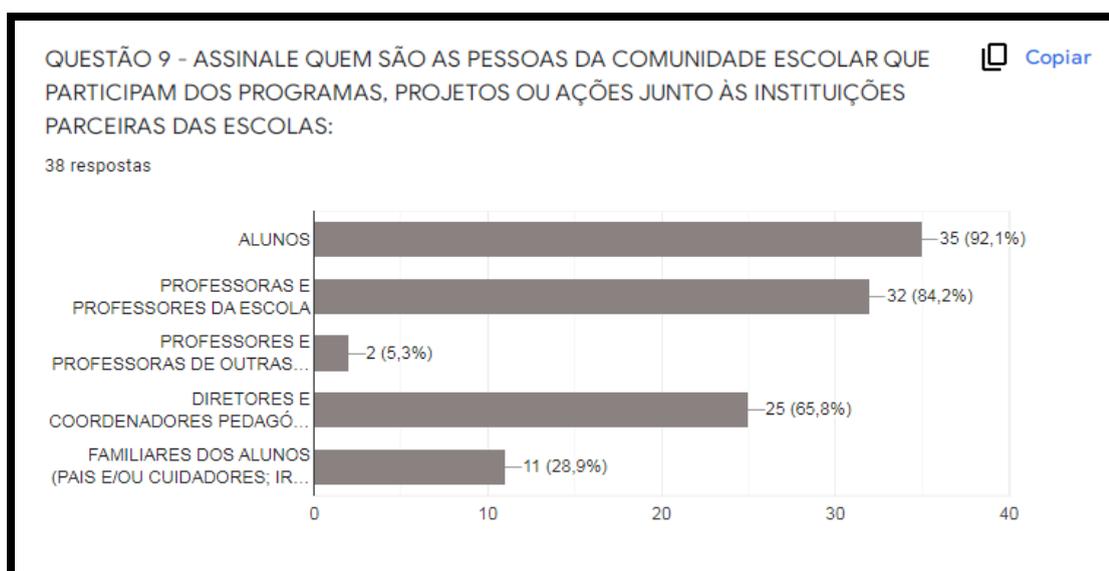
Para essa questão houve 22 respostas, em que apareceram indicações do nome dos seguintes projetos, programas ou ações:

- PROERD – Programa de Enfrentamento das Drogas (Polícia Militar) e palestras com Policiais Civis;
- Fica Vivo;
- Encontro de jovens;

- Palestras;
- Testemunhos de ex-usuários de drogas;
- Diga não às drogas;
- Semana de prevenção ao uso de drogas e na semana de educação para a vida.

Informamos que o “Projeto Fica Vivo” é um programa de educação para a saúde oferecido nas escolas públicas de Minas Gerais. O programa é desenvolvido pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, com apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O projeto visa promover a saúde e a qualidade de vida dos alunos das escolas públicas do Estado, por meio de atividades lúdicas e educativas. O objetivo é aumentar o conhecimento dos alunos sobre saúde, alimentação saudável, prevenção de doenças e hábitos saudáveis.

Gráfico 8 – Pessoas da comunidade escolar que participam da parceria com as instituições que atuam nas escolas.



Fonte: Dados da pesquisa

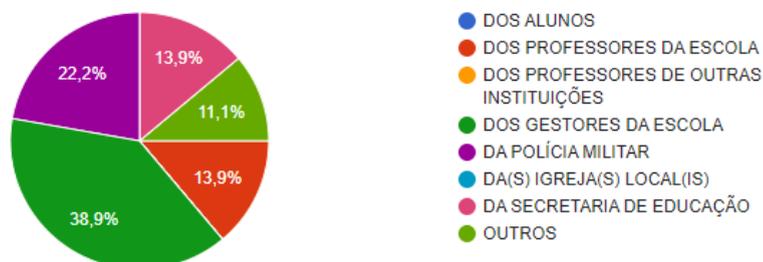
38 participantes responderam à questão proposta, especificando quem, da comunidade escolar, participava dos programas frutos da parceria da escola com outras instituições. Logicamente, a questão permitia que se mencionasse mais de um representante da comunidade escolar. Os alunos lideraram as respostas, com 92,1% das menções, seguidos dos professores(as), com 84,2%. Já os Gestores, representados por Diretores e Coordenadores Pedagógicos, obtiveram 65,8% das sinalizações e familiares dos alunos (pais, cuidadores ou irmãos) 28,9%. Também foram mencionados professores e professoras de outras escolas, com 5,3% das indicações.

Gráfico 9 – De quem partiu na escola a iniciativa de ações de prevenção

QUESTÃO 10 - AS AÇÕES DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NA ESCOLA INICIARAM POR INICIATIVA: (se não houver, passe para a questão 11)

 Copiar

36 respostas



Fonte:

Dados da pesquisa

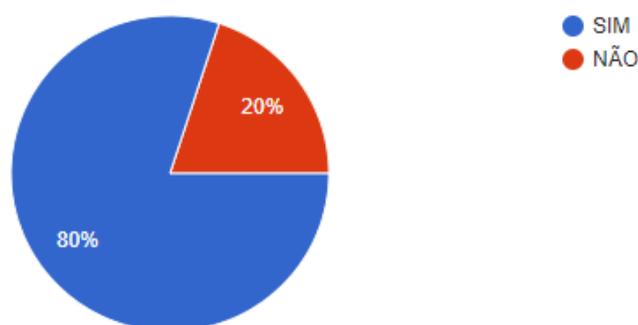
Sobre as ações de prevenção ao uso de drogas desenvolvidas

na escola, a pesquisa quis saber de quem partiu a iniciativa. Os gestores obtiveram a maioria das menções (38,9%), com 14 respostas. A Polícia Militar veio em segundo lugar (22,2% das respostas), seguida da Secretaria de Educação e dos professores da escola, ambos com 13,9%, e “outros” com 11,1% das respostas. Os alunos, professores de outras instituições e igrejas locais não receberam nenhuma menção. Mais uma vez observamos o predomínio da iniciativa da própria escola, se somarmos a menção aos gestores e professores, e a intervenção positiva também da Secretaria Estadual de Educação.

Gráfico 10 – Casos comprovados de alunos (as) que fazem uso de drogas

QUESTÃO 11 - A ESCOLA TEM CASOS COMPROVADOS DE ALUNOS E/OU ALUNAS QUE FAZEM USO E/OU ABUSAM DE DROGAS

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Os números retratados pelo gráfico 10 são muito significantes, em relação ao número de alunos(as) que fazem uso ou abusam de drogas. Os participantes responderam maciçamente que 80% dos alunos(as) de suas escolas fazem sim, uso de drogas, e apenas 20% responderam que não. Essas respostas indicam o nível de gravidade do problema de que estamos tratado, e a necessidade absoluta

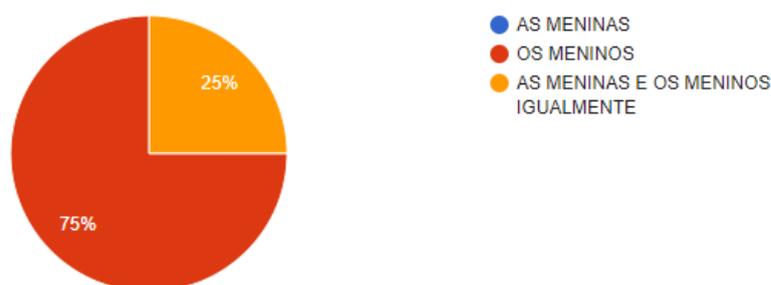
de ações de prevenção e combate às drogas na sala de aula, como propomos nesta pesquisa.

Gráfico 11 – Vulnerabilidade ao uso de drogas, em proporção ao gênero dos alunos

QUESTÃO 12 - NA SUA OPINIÃO, DENTRE OS ALUNOS DA ESCOLA, OS MAIS VULNERÁVEIS AO USO E ABUSO DE DROGAS SÃO:

 Copiar

40 respostas



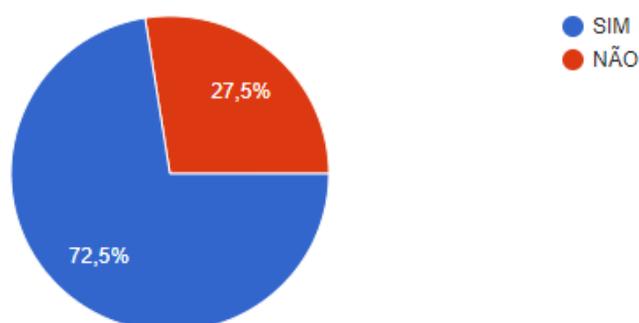
Fonte: Dados da pesquisa

Quando foi perguntado aos participantes da pesquisa sobre qual gênero, na sua opinião, seria mais vulnerável ao uso e abuso de drogas, 75% deles respondeu que eram os meninos, e 25% respondeu que meninos e meninas eram igualmente vulneráveis. Chama-nos atenção o fato de que nenhum dos participantes tenha indicado as meninas como mais vulneráveis que os meninos. Seria realmente o problema de uso e abuso de drogas mais recorrente nos meninos? É uma questão a se aprofundar.

Gráfico 12 – Estabelecimento ou não de parceria entre a Escola e a comunidade escolar

QUESTÃO 13 - A ESCOLA ESTABELECE ALGUM TIPO DE PARCERIA A COMUNIDADE ESCOLAR PARA TRATAR DE TEMAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

No questionamento sobre o estabelecimento de algum tipo de parceria da Escola com a própria comunidade escolar, para tratar de temas relacionadas à prevenção ao uso de drogas, 72,5%

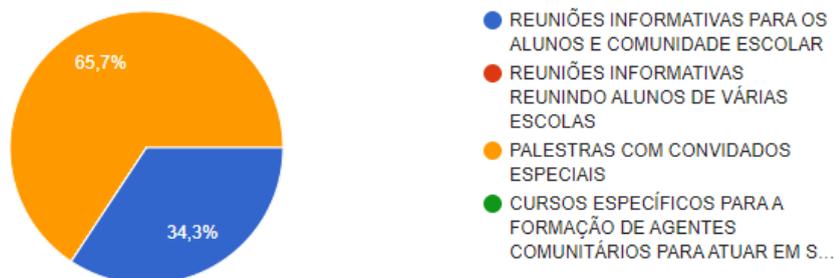
das respostas (29 professores/gestores) foram positivas e 27,5% das respostas (11 professores/gestores) foram negativas.

Gráfico 13 – Tipos de parcerias estabelecidas pela Escola com a comunidade

QUESTÃO 14 - AS PARCERIAS ESTABELECIDAS PELA ESCOLA PODEM SER RESUMIDAS COMO:



35 respostas



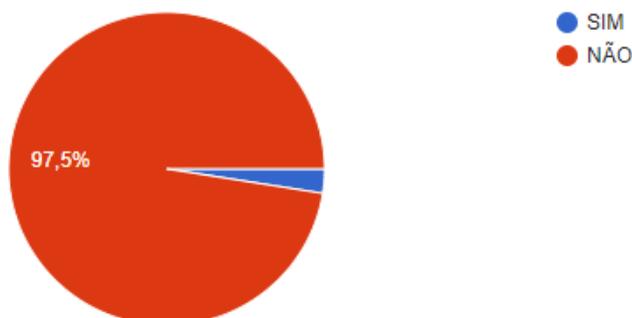
Fonte: Dados da pesquisa

Na questão relativa aos tipos de parcerias estabelecidas pela escola com a comunidade, os 35 participantes que responderam se dividiram em dois grupos de respostas, das 4 opções que foram propostas. 65,7% deles responderam que as parcerias consistiam em Palestras com convidados especiais, e 34,3% indicaram as Reuniões Informativas para alunos e comunidade escolar como modelo de parceria. A opção de abertura das reuniões para alunos de diferentes escolas, assim como a opção da oferta de cursos de formação de agentes comunitários, para atuarem em situações de exposição de crianças e jovens às drogas, não foram escolhidas por nenhum dos participantes. A ausência de escolha dessas opções caracteriza uma deficiência no modelo de ações de prevenção e combate ao uso de drogas adotado, que deveria procurar se estender para toda a comunidade em que vivem os alunos.

Gráfico 14 – Estabelecimento, nos últimos 5 anos, de parcerias com universidades públicas

QUESTÃO 15 - A ESCOLA ESTABELECE OU ESTABELECEU, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, PARCERIAS COM UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO AO USO E ABUSO DE DROGAS?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

A ausência quase absoluta de parcerias entre as escolas e as universidades públicas foi detectada na resposta à Questão 15. Apenas 1 participante, entre os 40 que responderam à questão, afirmou a existência de alguma parceria, nos últimos 5 anos, entre sua escola e alguma universidade pública, para ações de prevenção ao uso e abuso de drogas.

QUESTÃO 16: Qual a parceria que a sua escola estabeleceu com a universidade pública? (Se for o caso, pule para a questão 17)

- Nenhuma
- Estabelecemos parceria com universidade pública para palestra sobre dengue
- No momento não temos parceria, hoje só relação de estágio
- Estagiários de psicologia atuando dentro da escola

Na questão acima, que pedia para discriminar o tipo de parceria estabelecido com da escola com a universidade pública, além do único respondente a afirmar a existência dessa parceira, na questão anterior, outros 3 professores responderam. Os dois únicos tipo de parceria relatadas foram: palestra sobre dengue (que não tem a ver com a prevenção ao uso de drogas) e a atuação de estagiários de psicologia dentro da escola.

QUESTÃO 17: Você conhece alguma pesquisa desenvolvida pela UFMG que tenha como objetivo prevenir o uso ou abuso de drogas? Se sim, escreva qual ou quais.

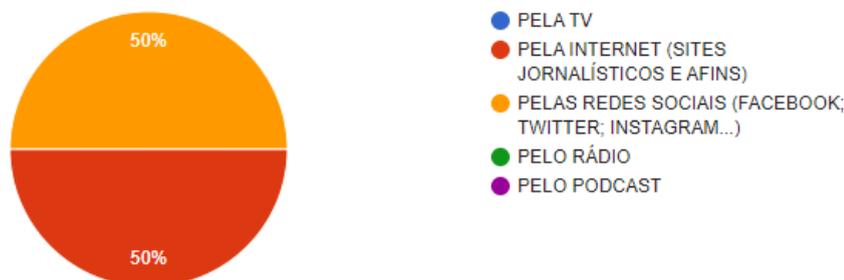
Para a questão acima, houve 20 respostas. Apenas um respondente revelou conhecer pesquisa desenvolvida pela UFMG com foco na prevenção ao uso e abuso de drogas.

Gráfico 15 – Meio de conhecimento sobre ações da UFMG

QUESTÃO 18: SE VOCÊ RESPONDEU SIM À QUESTÃO 17, RESPONDA: COMO VOCÊ FICOU SABENDO DAS AÇÕES DA UFMG?

 Copiar

2 respostas



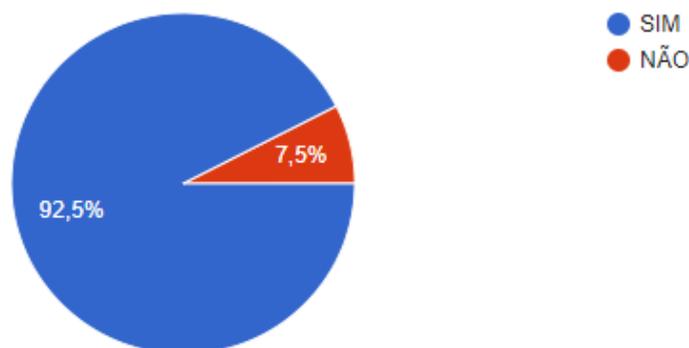
Fonte: Dados da pesquisa

A questão 18 teve duas respostas. As respostas revelaram o conhecimento de ações da UFMG através da internet e das redes sociais.

Gráfico 16 – Sobre o desejo/expectativa de que a UFMG se torne parceira da Escola

QUESTÃO 19: VOCÊ GOSTARIA QUE A UFMG SE TORNASSE PARCEIRA DA SUA ESCOLA PARA PROMOVER A PREVENÇÃO AO USO OU ABUSO DE DROGAS?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

92,5% dos participantes expressaram o gosto de que a UFMG se tornasse parceira da sua escola, para promover a prevenção ao uso ou abuso de drogas, e apenas 7,5%, que corresponde a 3 participantes, responderam negativamente quanto a este gosto ou expectativa.

QUESTÃO 20. Se você respondeu **Sim** à **Questão 19**, esclareça os tipos de parceria seriam importantes para existirem entre a UFMG e a sua escola.

Das 34 respostas dadas a estada questão 20, listamos os seguintes tipos de parceria indicados pelos professores/gestores:

- Desenvolvimento de projetos que contemplem rodas de conversa e palestras.

- Palestras alusivas à prevenção ao uso e abuso de drogas, tanto para os estudantes pais e comunidade
- Estagiários para acompanhamento e reforço escolar
- Atendimento na área de psicologia e assistência social
- Cursos, oficinas, rodas de conversa, com especialistas
- Programas via internet
- Visitas, ações pedagógicas, reuniões com a comunidade...
- Aconselhamento e assistência às famílias
- Oficinas de danças, músicas e teatro
- Contribuições psicológicas à comunidade envolvida nesse cenário.
- Oficinas educativas com os alunos
- Projetos com eficiência comprovada de resultados
- Projetos e campanhas de prevenção
- Ações educativas e informativas sobre prevenção e uso de drogas, auto estima e promoção humana
- Cursos específicos para a formação de agentes para atuar em situações de combate ao uso de drogas.
- Respostas genéricas, como desse participante: “As possibilidades de parcerias entre UFMG e escola pública são imensuráveis. Pense em algo e com certeza encontrará alguma correspondência na UFMG, basta estabelecer como será executada”

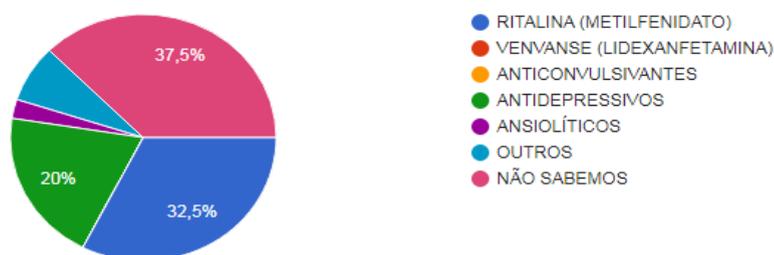
O amplo leque de sugestões dadas pelos participantes da pesquisa indica que o enfrentamento ao uso e abuso de drogas das crianças, adolescentes e jovens alunos pode se dar em diferentes frentes e áreas, em parceria com a Universidade Pública.

Gráfico 17 – Medicações prescritas pelos médicos para os alunos da escola

QUESTÃO 21 - ASSINALE, DENTRE AS MEDICAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS, AS QUE SÃO PRESCRITAS POR MÉDICOS PARA OS ALUNOS DA ESCOLA:

 Copiar

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

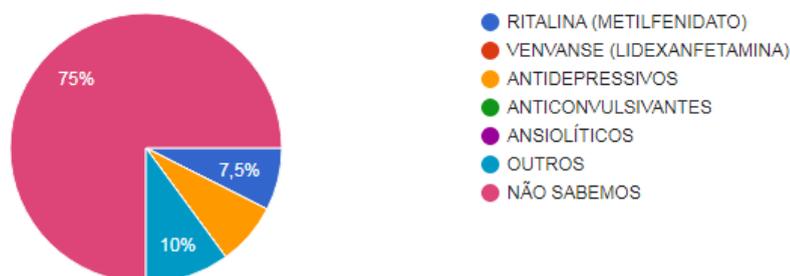
Quanto à medicação prescrita para os alunos na escola, dos 40 participantes que responderam à questão, 15 (37,5%) disseram não saber, 13 (32,5%) optaram por marcar Ritalina (metilfenidato), seguido por antidepressivos com 8 indicações (20%), “Outros” com 3 indicações (7,5%) e ansiolíticos, indicados por apenas 1 participante. Venvanse (lidexanfetamina) e anticonvulsivantes não obtiveram nenhuma indicação nas respostas.

Gráfico 18 – Medicações que os alunos consomem sem receita médica

QUESTÃO 22 - ASSINALE, DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, AS MEDICAÇÕES QUE OS ALUNOS DA ESCOLA CONSOMEM SEM RECEITA MÉDICA:



40 respostas



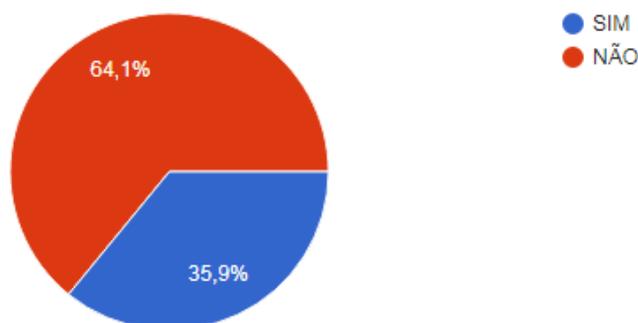
Fonte: Dados da pesquisa

Para essa questão, 75% dos respondentes indicaram não saber se alunos consumiam ou que medicações consumiam sem receita médica. Para os que expressaram saber, 7,5% das respostas citaram a Ritalina, o mesmo número dos que citaram antidepressivos, enquanto 10% citaram outros medicamentos, que não os selecionados.

Gráfico 19 – Conhecimento de episódios de alunos assistindo aulas alcoolizados

QUESTÃO 23: HÁ EPISÓDIOS EM QUE PROFESSORES OU EQUIPE PEDAGÓGICA FOI INFORMADA DE QUE ALUNOS ESTAVAM PARTICIPANDO DE AULAS ALCOOLIZADOS?

39 respostas



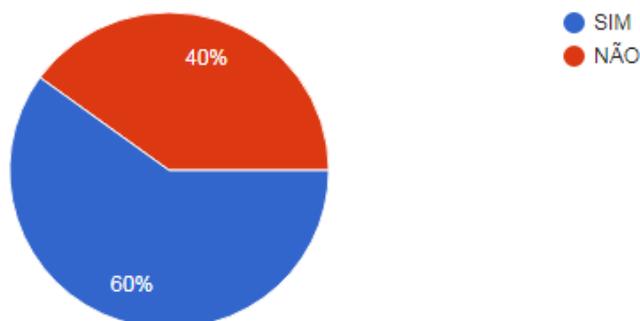
Fonte: Dados da pesquisa

Dos participantes, em 39 respostas, 25 (64,1%) responderam que professores ou equipe pedagógica não foram informados de episódios em e alunos estavam participando de aulas alcoolizados, enquanto 35,9% responderam que sim, apontando que houve informação de que estudantes estavam participando de aulas alcoolizados.

Gráfico 20 - Conhecimento de episódios de alunos assistindo aulas sob efeito de drogas

QUESTÃO 24: HÁ EPISÓDIOS EM QUE PROFESSORES OU EQUIPE PEDAGÓGICA FOI INFORMADA SOBRE ALUNOS QUE ESTAVAM PARTICIPANDO DAS AULAS SOB O EFEITO DE DROGAS?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Dos 40 respondentes, 24 (60%) responderam que professores ou equipe pedagógica não foram informados de episódios em que alunos estavam participando de aulas sob efeito de drogas, enquanto 40% responderam que sim, apontando que houve informação de que estudantes estavam participando de aulas sob efeito de drogas.

QUESTÃO 25: Você gostaria de fazer alguma pergunta para o pesquisador? use esse espaço para isso!

Apenas 7 professores/gestores responderam à questão, constando as seguintes respostas:

- Não
- Como fazer parceria com a UFMG?
- Somente agradecer a oportunidade.
- Qual a maneira mais eficaz de se combater o uso de drogas por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, visto que muitas vezes tais comportamentos vêm da própria família?
- Como conseguir uma parceria com a UFMG para alcançarmos a proposta da questão 20?
- Gostaria da parceria da UFMG com várias profissionais para atender meus alunos. Pois estamos instalados na periferia, a demanda é grande e o poder econômico muito escasso.

Como podemos ver, houve apenas 4 perguntas objetivas ao pesquisador: três delas indagando sobre a parceria com a UFMG, expressando sua necessidade e querendo saber como fazer, e uma delas indagando sobre a maneira mais eficaz de combater o uso de drogas com alunos em situação de vulnerabilidade, visto que os problemas viriam da própria família.

Você precisava responder isso.

4 PROPOSTA DE RECURSO EDUCACIONAL (INSUMO TEÓRICO/EDUCATIVO)

4.1 AS ESCOLAS COMO PORTAS DE ENTRADA DOS PROJETOS DE PREVENÇÃO

Consideramos a escola como um equipamento público potente, que se relaciona tanto com aqueles que estão diretamente vinculados a ela, como também com toda a comunidade em seu entorno. É uma instituição que tem capilaridade e estabilidade, em serviços reconhecidos pela comunidade. Com isso, nessa perspectiva comunitária, partimos da escola como ponto de análise dos problemas, base da atuação de mapear, diagnosticar e conhecer a realidade local, visando o enfrentamento de tudo o que envolve a violência social, especialmente no que afeta as crianças e adolescente.

O território deve ser tomado como base para política municipal de prevenção. A territorialidade torna-se uma variável relevante no desenho e na implementação de programas governamentais, devendo ser avaliada como uma dimensão significativa na concepção de uma intervenção que busque romper com a segmentação existente entre as políticas sociais e urbanas, produzindo resultados mais efetivos e duradouros.

A territorialidade é elemento fundamental e catalisador de potenciais e de reinvenção da cidadania. As intervenções com foco no território, com ações dirigidas e gestão por proximidade, levam-nos a perceber a força do estabelecimento de vínculos sociais entre os agentes da política e os beneficiários da mesma. No caso da pauta da violência urbana, por exemplo, há uma demanda grave e urgente, pela emergência com que dever ser tratada a luta pela preservação da vida.

Uma ação eficaz exige tanto a especialidade da formação, quanto a valorização do saber popular, das vivências que se constroem na comunidade. Perceber esta dimensão, que caracteriza o local como espaço educativo e constituído de relações sociais, abre a possibilidade para outras ações impulsionadoras de inovações no processo de emancipação, mitigação de violências e proteção das pessoas mais vulneráveis.

4.2 LIVRETO EDUCATIVO - PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

O recurso educativo por nós proposto, intitulado “Tecnologias Sociais na prevenção ao uso de drogas na Sala de Aula” é um material textual que será disponibilizado inicialmente em formato de e-book, em repositórios de objetos educacionais digitais (Promestre e Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais) e verificaremos também a possibilidade de publicá-lo em uma página on-line. Posteriormente, para o alcance máximo de educadores nos diversos níveis de ensino, o produto será disponibilizado em formato impresso, em parceria com Secretarias de Educação e eventos/ congressos. Ela poderá servir de referência para pais e professores (comunidade escolar) das redes públicas de ensino. O conteúdo tem a ver com as descobertas realizadas durante o processo de pesquisa e tem a intenção de integrar, em um só suporte, informações que se encontram dispersas.

Partindo do pressuposto que o conhecimento não é produzido apenas em sala de aula, que deve ultrapassar os limites da escola, por meio de diferentes ferramentas de aprendizagem e novos ambientes, para que possa envolver a participação coletiva e individual dos alunos, é que foi elaborado este produto educacional. Um aporte teórico/prático, dentro do contexto do ensino híbrido, aliado à tecnologia. A finalidade é apresentar uma prática pedagógica que promova o uso de ferramentas tecnológicas no contexto escolar e mediada pela relação professor-aluno-conhecimento.

Este recurso educacional foi idealizado como um guia para docentes, gestores, coordenadores e formadores de professores que estejam interessados em práticas pedagógicas inovadoras, contendo extenso material referente às tecnologias sociais, com informações, programas e ferramentas para utilização de professores e gestores educacionais, no intuito de prevenir e combater o consumo de drogas, principalmente entre crianças e adolescentes das escolas públicas de Minas Gerais.

Figura 3 – Capa do Recurso Educacional



Fonte: Acervo do pesquisador

Neste trabalho buscamos contribuir com a sociedade através de uma investigação que busca analisar e compreender a função social da escola, como um espaço de convergência de tecnologias sociais voltadas para ações educativas de prevenção e combate ao uso de drogas e suas consequências, por meio de Tecnologias Sociais que possam ser aplicadas ou reaplicadas em diversas instituições de ensino. Escolhemos também, propor reflexões em relação ao tema principal, o uso de drogas por parte de alunos das escolas estaduais, buscando identificar atores que atuam na prevenção nas escolas públicas.

Este trabalho partiu de um problema percebido, não apenas nas escolas estaduais da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C e vetor norte da região metropolitana de Belo Horizonte, como em tantas outras escolas públicas do Estado de Minas Gerais, e também espalhadas pelo Brasil, acerca da utilização de drogas por estudantes. Daí a necessidade de pesquisar as ações em sala de aula ou das tecnologias sociais associadas às práticas pedagógicas, pertinentes ao processo educativo e à prevenção.

Abordando as conclusões finais desta investigação, consideramos que a nossa inquietação primordial percorreu todo o programa de mestrado: refletir sobre a função social da escola pública, compreendida como um espaço de convergência de tecnologias sociais voltadas para ações educativas de prevenção e combate ao uso de drogas.

Constatamos, com os estudos teóricos iniciais, que as tecnologias, ao longo dos tempos, provocaram grandes transformações na sociedade em diversos contextos, influenciando o modo de agir e fazer, desde de ações cotidianas até os meios de trabalho e formas de aprendizagem. Podemos perceber as grandes mudanças, ao analisarmos as comunicações estabelecidas por mensagens *on-line* instantâneas, por exemplo, que hoje estão facilitadas devido aos avanços digitais, em relação aos meios de comunicação mais antigos.

O século XXI trouxe evolução dos meios de comunicação para, além da rapidez, também revolucionar as formas de interação e comunicação ubíquas, principalmente com o surgimento das redes sociais *on-line* e dos espaços de sociabilidade virtual. Com o advento da Pandemia COVID-19, em 2020, essas redes, por estabelecerem a interação entre todos, tornaram-se ainda maiores espaços de comunicação, proporcionando aos usuários a facilidade de se expressar a qualquer lugar e momento de forma rápida e fácil, disseminando informação e gerando conhecimentos.

Por essa perspectiva de mudanças e produção de conhecimentos, neste estudo defendemos que o conhecimento não é produzido somente na escola e acreditamos que as tecnologias sociais podem expandir os limites das salas de aula se combinadas a metodologias de ensino que promovam o processo educativo mais significativo.

O trabalho foi realizado com o intuito de contribuir na busca de práticas significativas, ao investigar os efeitos das tecnologias sociais com a interface de rede, em escolas da Rede Pública Estadual da Educação Básica da região norte de Belo Horizonte e municípios vizinhos em Minas

Gerais. Tratou-se, portanto, de caracterizar a construção de uma rede sociotécnica capaz de oportunizar melhorias ao processo educativo, mediante tecnologias sociais baseadas na integração dos atores em ambientes escolares e comunitários que compõem a sociedade.

Nesse sentido, o estudo buscou investigar a escola, por seu potencial de convergir diferentes atores e instituições que lidam com a prevenção, que acaba por assumir um protagonismo nas ações educativas de enfrentamento ao uso de drogas. Para isso, tornou-se necessário buscar um alinhamento da escola com outras instituições sociais, para que se possa, inclusive, evitar o início do processo de uso de drogas e de dependência dessas substâncias.

Para tanto, trazemos para as reflexões os seguintes aspectos específicos: (1) identificar atores que atuam na prevenção ao uso de drogas nas escolas públicas da regional metropolitana norte; (2) analisar e compreender como as instituições que atuam na educação, prevenção e combate ao uso de drogas concebem a escola pública e (3) elaborar insumo teórico para a formação de professores que irão trabalhar com o material educativo de prevenção e combate ao uso de drogas. Consideramos que, apesar de todos os problemas, esses objetivos foram em muita medida alcançados.

Ressaltamos que nesta experiência, por se tratar de um estudo de caso, as considerações levantadas e respostas, além do aporte teórico de autores que refletiram sobre o objeto de estudo, estabeleceram a investigação como um processo primordial, pois envolveu informações diretas sobre os alunos e professores, coletadas a partir dos gestores escolares relacionados no desenvolvimento e atuação nas atividades ao longo do trabalho.

Com base nos relatos dos participantes envolvidos, percebemos que as tecnologias sociais existem e contribuem para o fortalecimento e enriquecimento do conhecimento, ao observar a participação dos alunos, mas notamos a falta de uma tecnologia própria da educação com profissionais e professores preparados para oferecerem as informações necessárias, uma vez que a dinâmica da abordagem preventiva permite ao professor atender as necessidades dos alunos e estes gerenciarem seus conhecimentos.

Segundo relatos dos gestores e professores participantes, quanto às ferramentas de tecnologias sociais, elas são meios poderosos de aproximar dos alunos e expandir o espaço da aula, abordando outros aspectos como forma de complementar a aprendizagem e transformar o consumidor em construtor do conhecimento.

No processo de pesquisa e coleta de dados e a partir das percepções dos envolvidos, foram reveladas algumas realidades assustadoras em relação ao uso ou abuso de drogas por parte de alunos das escolas públicas brasileiras, com a constatação, por exemplo, de que o início do consumo de drogas pelos alunos é cada vez mais precoce, de que é grande e veloz a difusão de novas drogas entre os alunos.

Essas realidades podem ser usadas como parâmetros para outras pesquisas em relação à utilização das tecnologias sociais, como instrumentos metodológicos educativos que podem ser adaptadas e replicadas de acordo com as circunstâncias e necessidades diversas do país. Sendo assim,

esperamos que a proposta de investigação sirva de referência para estudos futuros, uma vez que a temática sobre as tecnologias sociais é pioneira nesta linha de pesquisa e está aos poucos difundida em espaços escolares ou nos estudos acerca de práticas pedagógicas.

Para encerrar, devo minha eterna gratidão a cada professor e professora que se dispôs a participar deste trabalho, num momento tão difícil que passamos. Sobreviver a uma pandemia, confinamento, viver em quarentena, trabalhar e ainda estudar sempre foi e sempre será difícil. Esta experiência única foi desenvolvida, quase em sua totalidade, num contexto de uma pandemia mundial que vitimou milhões de pessoas, dentre as quais vizinhos, amigos e familiares de cada participante.

Findamos com a certeza que ser professor é uma das tarefas mais difíceis. Por outro lado, é a profissão mais nobre, já que temos a incrível missão de fornecer conhecimentos para todas as outras profissões, em meio a tantas adversidades, sofremos a cada dia com nossos problemas e problemas dos outros, com os salários cada vez mais baixos, com a desigualdade social, pela qual também sofrem os alunos.

Mas seguimos firmes na busca por novas perspectivas, novos olhares, novas experiências, novos horizontes, que a troca de conhecimento sempre haverá de nos proporcionar. Todavia, ainda há um longo caminho a percorrer pela longa estrada do conhecimento e da conscientização, quanto às potencialidades das tecnologias sociais na educação, em busca de uma condição melhor de vida e maior desenvolvimento social para todos.

6 REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. T. P. A função educativa na prevenção do consumo abusivo de drogas. In: MEYER, Dagmar (org.). *Saúde na Escola*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BELO HORIZONTE. *Índice de vulnerabilidade da saúde (IVS-BH)*. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-vulnerabilidade-da-saude>. Acesso em: 18/04/2022.

BITTAR, M. *Dicionário Crítico de Educação e Tecnologia e de Educação a Distância - Educação*. Campinas, SP: Papyrus, 2018.

BRANDÃO, C. R. *A educação na escola cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

BRANDÃO, F. C. *Programa de apoio às Tecnologias Apropriadas - PTA: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, 2001.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11/12/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Passo a passo PSE: *Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade* / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação.

– Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 46 p. : il. – (Série C. Projetos, programas e relatórios)

BUNGE, M. *Epistemologia*: curso de atualização. São Paulo: EDUSP, 1980.

CASTRO, F. N. *Librário*: Libras na Escola e na Vida. Fundação Transforma! Rede de de Tecnologias Sociais. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/librario-libras-na-escola-e-na-vida> Acesso em: 25/04/2020.

CATELLI & BANDEIRA. *Indicadores da Qualidade na Educação*. Fundação Transforma! Rede de Tecnologias Sociais. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/indicadores-da-qualidade-na-educacao> Acesso em: 25/4/2020.

CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo 2010. SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília – SENAD. *VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras – 2010*/ E. A. Carlini (supervisão) [et. al.]. São Paulo, 2010.

CHRISPINO, A. *Introdução ao estudo das Políticas Públicas*: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

DAGNINO, R. *Ciência e Tecnologia no Brasil*: o processo decisório e a comunidade de pesquisa. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

DAGNINO, R. *Tecnologia Social*: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: Insular, 2014.

DAGNINO, R., BRANDÃO, F. C., & NOVAES, H. Sobre o Marco analítico- conceitual da tecnologia social. In: DE PAULO, Antonio et al. *Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64

DELLAGNELO, L. *A tecnologia como aliada da educação*. Entrevista a H. Dantas, 16/12/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I7katADp-08> Acesso em: 5/12/2020.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

FERREIRA, M. G., & TAVARES, H.. Estudo epidemiológico sobre drogas em Belo Horizonte, Brasil. *Saúde Pública*, 2003 ;39(1), 67-75.

FRANCO, A. *Transformando Realidades por meio da Mobilização e Organização Comunitária*. Fundação Transforma! Rede de Tecnologias Sociais. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/transformando-realidades-por-meio-da-mobilizacao-e-organizacao-comunitaria> Acesso em: 25/04/2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

_____. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. O Papel da Educação na Humanização. *Revista Paz e Terra*, Ano IV, nº 9, Outubro 1969, p. 123-132.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Estatuto da Fundação Banco do Brasil: inclusão que transforma*. Brasília (DF), Fundação Banco do Brasil, 2018.

GARCIA, Frederico Duarte (Organizador). *Manual de abordagem de dependências químicas*. Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2014.

GIL, Antônio Carlos, 1946-. *Como elaborar projetos de pesquisa*. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOMIDE, U. & NEVES, I. *Dicionário de Educação e Tecnologia e de Educação a Distância: tecnologia social*. Campinas, SP: Papirus, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18/04/2022.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *O que é Tecnologia Social*. São Paulo: Raiz, 2004.
_____. *Tecnologia Social no Brasil*. São Paulo: ITS, 2004.

_____. *Conhecimento e Cidadania 1. Tecnologia Social*. São Paulo, Brasil, 2007.

JÚNIOR, A., & PEDREIRA, J. (2004). *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

LATOURETTE, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2013.

MACHADO, M. H. (2021) *Prevenção e combate às drogas ilícitas pela família como fator fundamental de diminuição da violência doméstica*. Disponível em: jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/105/988/A_prevencao_e_o_combate_as_drogas_ilicitas_pela_familia_como_fator_fundamental_de_diminuicao_da_violencia_domestica.pdf. Acesso em 15/07/2021.

MARTINS, Brenda. Potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. Rio Grande do Sul. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, vol. 8, núm. 4, pp. 960-966, 2020.

MARTINS, M. V., & GUIMARÃES, S. B. (2013). Inovação tecnológica na educação: uma análise dos avanços e desafios no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 18(52), 531-551.

MILL, D., & BERTOLDO, H. *Dicionário Crítico de Educação e Tecnologia e de Educação a Distância*. Campinas, SP: Papirus, 2018.

MORAES, M. F. *Programa Bem Maior: Geração de Renda e Inclusão Social por meio do Design*. Fundação Transforma! Rede de Tecnologias Sociais. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/programa-bem-maior-geracao-de-renda-e-inclusao-social-por-meio-do-design> Acesso em: 25/4/2020.

OLIVEIRA, B. *Tecnologias Sociais sob a perspectiva da ação Pública: Conexão com o campo da Educação*. Vídeo publicado pelo Canal Educação, Tecnologia e Sociedade do Promestre, FAE - UFMG. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zP1eCF3L8ak> Acesso em 26 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, Kaio e PORTO, Cristiane. *Educação e teoria ator-rede: fluxos heterogêneos e conexões híbridas*. Ilhéus, Ba: Editus, 2016.

PAIVA V., PUPOLI L., & BARBOZA R. O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV/AIDS no Brasil. *Rev Saúde Pública*, 40, 109-119. Out. 2006.

PARREIRA, G. (2009). *A Célula ao Alcance da Mão*. Fundação Transforma! Rede de Tecnologias Sociais. Disponível em <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/a-celula-ao-alcance-da-mao> Acesso em em 25/4/2020.

SILVA, M. C., & MEDEIROS, M. A. Tecnologias e inovação na educação brasileira: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Inovação*, 12(1), 83-101, 2013.

SOFFNER, R. K. Tecnologias sociais e práxis educativa. *Revista de Educação*, PUC - Campinas, 58, 2014.

_____. Tecnologia e Educação. Um diálogo Freire-Papert. *Tópicos Educacionais* - UFPE, Recife, v.19, n.1, jan/jun. 2013.

_____. *Estratégia, Conhecimento e Competências: Visão Integrada do Potencial Humano*. Piracicaba – SP: Degaspari, 2007.

SPOSATI, Aldáza. Assistência Social: de ação individual a direito social. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n.10, p.435-458, jul./dez. 2007.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). United Nations (UN). *International Standards on Drug Use Prevention*. Viena, Austria. 2021. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/>. Acesso em 23 de maio de 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) _____ está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“TECNOLOGIA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA COMO REDE DE CONVERGÊNCIA PARA O ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS”**. Nesta pesquisa pretendemos compreender e contextualizar Tecnologias Sociais de prevenção ao uso de drogas entre crianças, adolescentes e jovens do primeiro das escolas da rede pública do estado de Minas Gerais. O projeto será realizado com diretores e gestores, por meio de questionário e entrevista.

O trabalho de investigação sobre os memes é de relevância fundamental para a compreensão das tecnologias sociais dentro e fora da escola relacionadas à prevenção ao uso de drogas entre estudantes das escolas da rede estadual. Para isso, os resultados da pesquisa serão disponibilizados para as escolas, sendo eles favoráveis ou não, com finalidade pedagógica propiciando aos gestores escolares e professores um banco de dados e informações que os permitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

A abordagem metodológica adotada será a qualitativa, tanto pelo seu caráter subjetivo e interpretativo quanto pela possibilidade de obter uma visão ampla do processo investigado. Entretanto, para que o estudo ofereça uma ideia mais precisa serão utilizados também recursos de viés quantitativo, através de dados numéricos que serão essenciais no norteamto das análises.

A pesquisa apresenta riscos mínimos à saúde e ao bem estar de seus participantes, porém o pesquisador estará atento e disposto a diminuir ao máximo esses riscos e desconfortos. Os riscos envolvidos na

pesquisa consistem no possível desconforto que o entrevistado poderá sentir em compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou em alguns tópicos que ele possa se sentir incômodo em falar. A pesquisa contribuirá para futuras reflexões acerca do tema podendo converter-se em ações que proporcione melhorias no ensino educacional.

Essa pesquisa não é promovida ou financiada por nenhum órgão de fomento, todo o custeio é de responsabilidade exclusiva do pesquisador. Para participar deste estudo o Senhor (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Senhor (a) tem assegurado o direito a indenização. O Senhor (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Senhor (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

A duração da pesquisa seguirá o seguinte cronograma: os trabalhos de campo referentes a observação, aplicação de questionários e entrevistas terão início no mês de março de 2022, com o Parecer do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) UFMG, com previsão de conclusão da parte de campo (questionários e entrevistas e observações) em maio de 2022, seguindo o trabalho de análises dos dados, escrita e conclusão com a defesa na Banca Avaliativa no mês de setembro de 2022. Porém, a pesquisa poderá ser encerrada em qualquer momento diante das seguintes situações: a) por manifestação da instituição concedente e/ou pelos colaboradores participantes da pesquisa, b) perceber algum risco ou dano decorrente da mesma, a qualquer um dos sujeitos participantes, c) solicitado pelo Comitê que aprovou ou pelo CONEP, d) solicitado pela instituição de vínculo do pesquisado, orientado pelo (a) orientador (a). Em tais situações não acarretará nenhum prejuízo financeiro ou quaisquer penalidades de natureza jurídicas para as partes citadas.

O (A) Senhor (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador, no seguinte endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - COMISSÃO DE PESQUISA Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, e a outra será fornecida ao Senhor (a). Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução No 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“TECNOLOGIA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA COMO REDE DE CONVERGÊNCIA PARA O ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

() Concordo e autorizo a realização da pesquisa, com gravação de áudio e vídeo, nos termos propostos.

() Discordo e desautorizo a realização da pesquisa.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2022.

Nome Assinatura participante Data

Nome Assinatura pesquisador Data

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Endereço: Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
O CEP por intermédio do telefone (31) 3499.3738.

Danilo Ornelas de Souza:

Endereço: Rua Joinville, 381, apto 201, Copacabana, Belo Horizonte/MG

Fone: (31) 97547-0966 E-mail: daniolos@ufmg.br

APÊNDICE 2: TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR

Eu, Danilo Ornelas de Souza, responsável pela pesquisa intitulada **“TECNOLOGIA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA COMO REDE DE CONVERGÊNCIA PARA O ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS”** na categoria de Pós-Graduação - Mestrado, comprometo-me a:

zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações que serão obtidas e utilizadas no desenvolvimento da presente pesquisa;

preservar a identidade dos participantes, assim como da instituição concedente;

utilizar os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho apenas para fins de pesquisa e para atingir seus objetivo(s); zelar pelos materiais e dados obtidos ao final da pesquisa os quais serão arquivados sob minha responsabilidade; tornar público os resultados da pesquisa (quer sejam favoráveis ou não) em site interativo e/ou em encontros, respeitando sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa, não havendo qualquer acordo restritivo à divulgação; comunicar ao CEP/UFMG da suspensão ou do encerramento da pesquisa, por meio de relatório apresentado na ocasião da interrupção da pesquisa;

suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano, previsto ou não no termo de consentimento livre e esclarecido, decorrente à mesma, a qualquer um dos sujeitos participantes.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2022

Pesquisador-Danilo Ornelas de Souza RG: MG.10.890.823 - CPF 012.493.876-04

APÊNDICE 3: QUESTIONÁRIO

Foi elaborado um questionário com 25 (vinte e cinco) perguntas para ser enviado para 165 (cento e sessenta e cinco) escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais. O objetivo do questionário foi levantar dados relativos a 2021/2022. Ele foi direcionado à diretores(as) das escolas

da rede estadual de ensino da regional norte da região metropolitana de Belo Horizonte e municípios vizinhos.

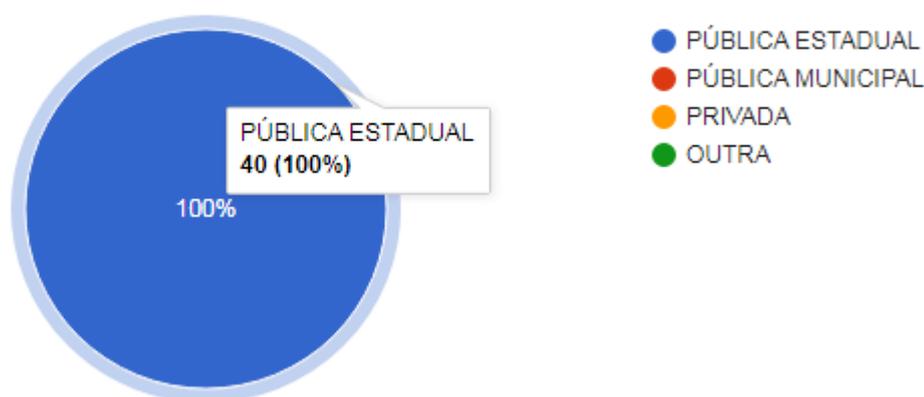
Realizamos alterações no questionário e, finalmente, enviamos para ser respondido por 165 diretores de 165 escolas da rede estadual de ensino de Belo Horizonte, Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Morro do Pilar, Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Santana do Riacho, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Santana do Riacho, Taquaraçu de Minas, Vespasiano. O questionário foi enviado no dia 17/03/2022 e foi dado aos respondentes o prazo de 15 dias para devolvê-lo preenchido, estendendo por mais 15 dias. Dos 165 questionários enviados, 40 foram respondidos de forma satisfatória. O baixo número de respostas ao questionário se deu em parte, pelo impacto causado por conta da pandemia do COVID 19, que afetou diretamente a produção da pesquisa científica, quando foi adotado o sistema emergencial de ensino remoto e parte da pesquisa e produção acadêmica foi feita de forma de virtual.

Antes de enviar o questionário (elaborado no google forms) realizamos um pré-teste. Enviamos o questionário para 5 diretores de escolas públicas. Eles responderam o questionário e opinaram sua eficiência, de acordo com os objetivos propostos para a pesquisa. Realizamos envio do questionário e, finalmente, enviamos para diretores(as) de escolas da rede estadual de ensino da região metropolitana de Belo Horizonte em 2022, obtivemos 40 respostas e todas as escolas pertencentes à rede estadual de ensino.

Antes de perguntar sobre o uso de drogas, os gestores e gestoras puderam responder sobre as escolas, modalidades de ensino e quantidade de alunos. Assim, as perguntas foram sendo externadas de modo a apresentar um aprofundamento dos conceitos, partindo do geral até o específico.

QUESTÃO 1 - A SUA ESCOLA É:

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

PERGUNTA 1: A sua escola é:

40 respostas

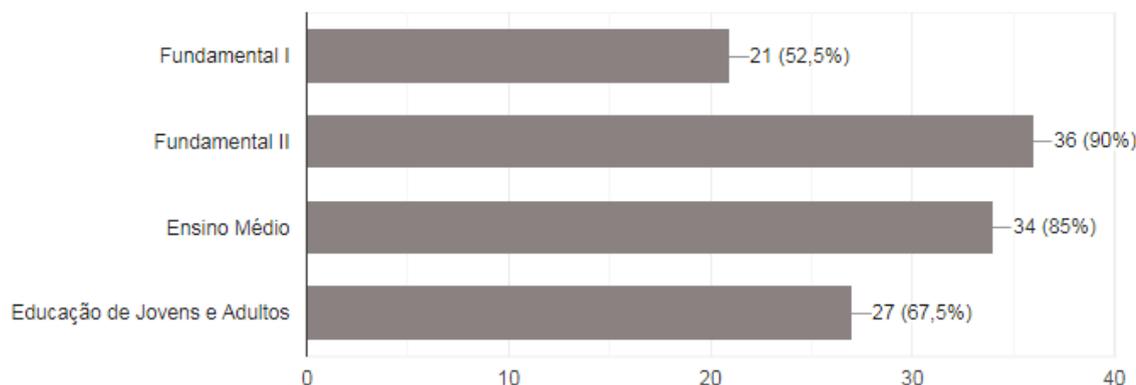
Embora fosse previsto unanimidade por ser destinado para escolas da rede pública estadual de ensino, as 40 respostas demonstraram 100% de respostas da esfera Pública Estadual que é o foco inicial deste estudo. No entanto, existe a possibilidade de expandir a pesquisa para outras esferas.

Fonte: Dados da pesquisa

QUESTÃO 2 - AS MODALIDADES DE ENSINO PRESENTES NA SUA ESCOLA SÃO:
(pode marcar mais de uma opção)



40 respostas

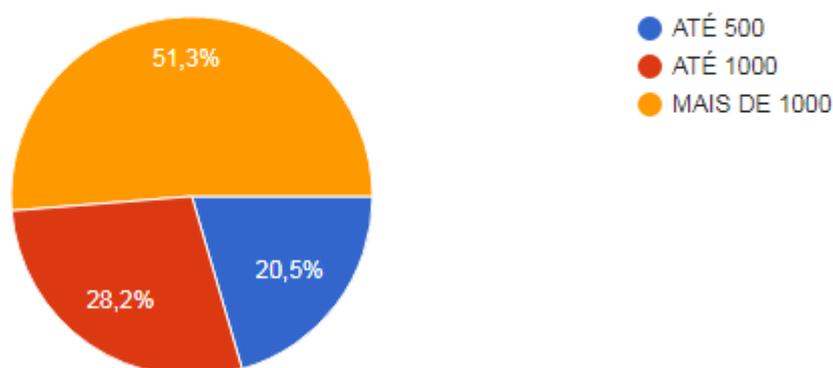


PERGUNTA 2: As modalidades de ensino presentes na sua escola são: (pode marcar mais de uma opção) **40 respostas**

Dentre as modalidades de ensino apresentadas, as respostas puderam ser categorizadas em 4 grupos. Verifica-se, aqui, que das 40 respostas, 36 (90%) representam a modalidade Fundamental II, 34 (85%) das respostas representam alunos do Ensino Médio, 27 (67,5%) das respostas representam a educação de jovens e adultos e, 21 (52,5%) retratam a modalidade Fundamental I. Nesta questão foi permitido marcar mais de uma resposta.

QUESTÃO 3 - QUANTO AO NÚMERO DE ALUNOS A SUA ESCOLA ATENDE:

39 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

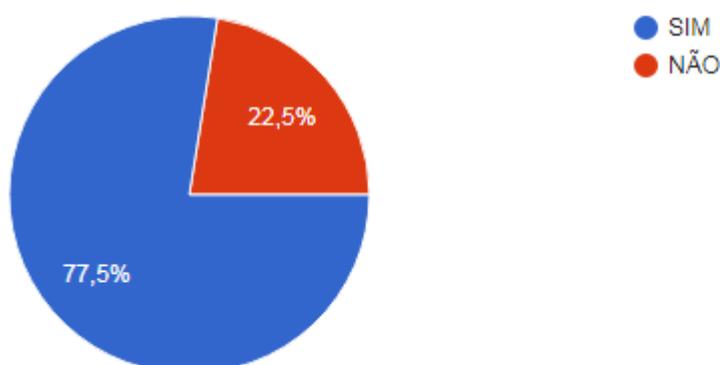
PERGUNTA 3: Quanto ao número de alunos a sua escola atende:

39 respostas

Em relação a quantidade de alunos, as respostas puderam ser caracterizadas por 3 grupos distintos. De 39 respostas obteve-se 20 (51,3%) das escolas com **mais de 1.000 (mil) alunos**, com **até 1.000 (mil) alunos**, 11 das escolas questionadas resultaram em 28,2% e 08 escolas representando 20,5% com **até 500 (quinhentos) alunos**.

QUESTÃO 4 - O PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DA ESCOLA CONTEMPLA A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

PERGUNTA 4: O Projeto Político e Pedagógico da escola contempla a prevenção ao uso de drogas? **40 respostas**

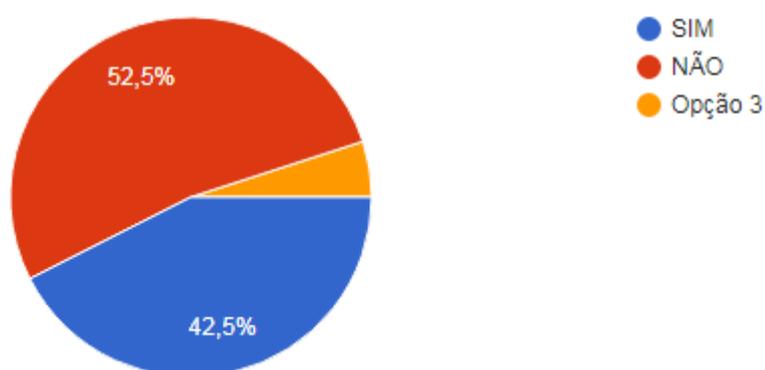
Sobre o Projeto Político e Pedagógico (PPP) das escolas, se contemplam a prevenção ao uso de drogas, as respostas puderam demonstrar 2 grupos. Das 40 respostas, 31 (75,5%) das escolas

responderam SIM e 9 gestores (22,5%) responderam NÃO constar no PPP prevenção ao uso de drogas.

Fonte: Dados da pesquisa

QUESTÃO 5 - A ESCOLA TEM PROGRAMAS, PROJETOS OU AÇÕES DE AUTORIA PRÓPRIA RELATIVOS À PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS?

40 respostas



PERGUNTA 5: A escola tem programas, projetos ou ações de autoria própria relativos à prevenção ao uso de drogas? **40 respostas**

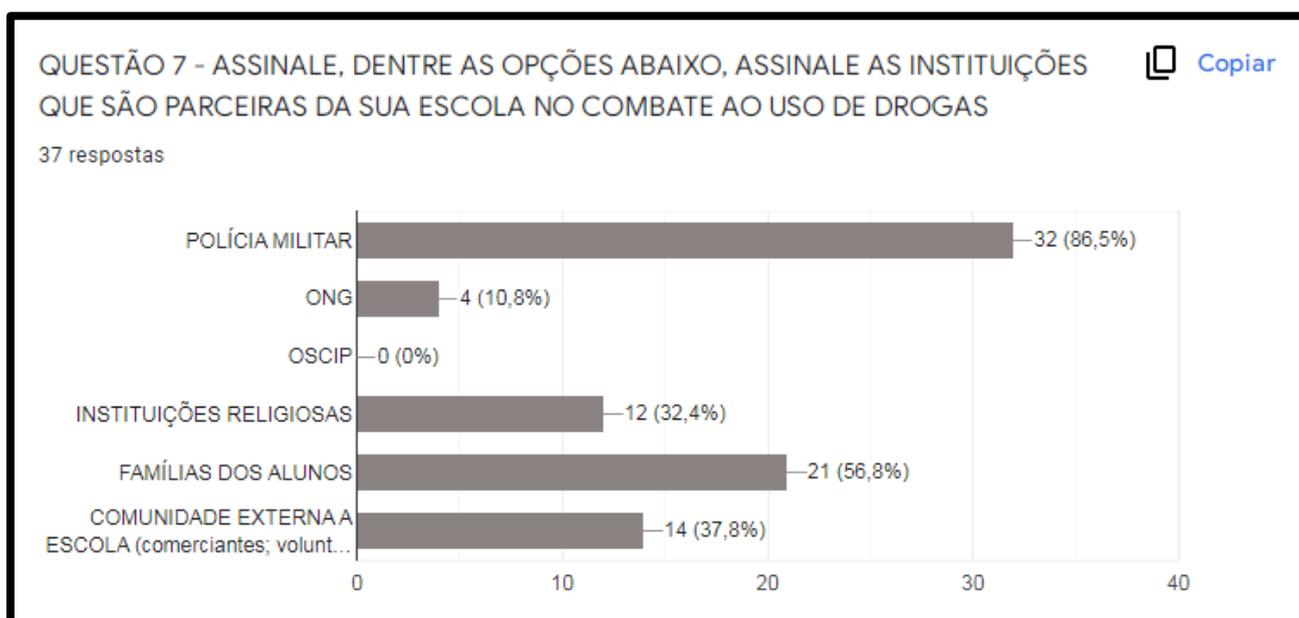
Em relação aos programas, projetos ou ações de autoria própria relativos à prevenção ao uso de drogas, de 40 respostas obteve-se 21 (52,5%) das escolas responderam SIM e 17 escolas representando 42,5% com respostas negativas ao enunciado e 2 escolas, 5% optaram por outra alternativa.

PERGUNTA 6: Se Você Respondeu "Sim" À Questão 5 - Favor Especificar Se Respondeu " Não" Pule Para A Questão 7. **13 respostas**

A pergunta 6 foi direcionada apenas para quem respondeu afirmativamente à pergunta anterior. Dessa forma foi possível detalhar alguns pontos da resposta com a opção de resposta aberta dada pelo formulário. Dentre as 13 respostas apresentadas, várias trouxeram ideias relacionadas a pontos importantes para o trabalho de prevenção, sendo apresentadas como as mais representativas:

- Semana de combate às drogas
- PPP da escola determina a igualdade e o respeito. Determinado a valorização do indivíduo, através dos valores do coletivo "direito e deveres".
- Projeto Drogas, com o intuito de esclarecimento sobre os efeitos das drogas
- PROERD - Parceria com a Polícia Militar

- Sala de convivência - parceria com faculdades e PM com palestras e acompanhamento com psicólogos pra usuários de drogas e demais necessidades de alunos, pais e servidores da escola.
- Trabalhamos a semana de prevenção às drogas
- Palestras
- Abordagem pedagógica e interdisciplinar, palestras educativas.
- Ações de combate, palestras.
- Projetos
- A escola faz um trabalho de conscientização sobre o uso de drogas
- Jogando limpo
- PROERD e Palestras



Fonte: Dados da pesquisa

PERGUNTA 7: Assinale, dentre as opções abaixo, assinale as instituições que são parceiras da sua escola no combate ao uso de drogas. **37 respostas**

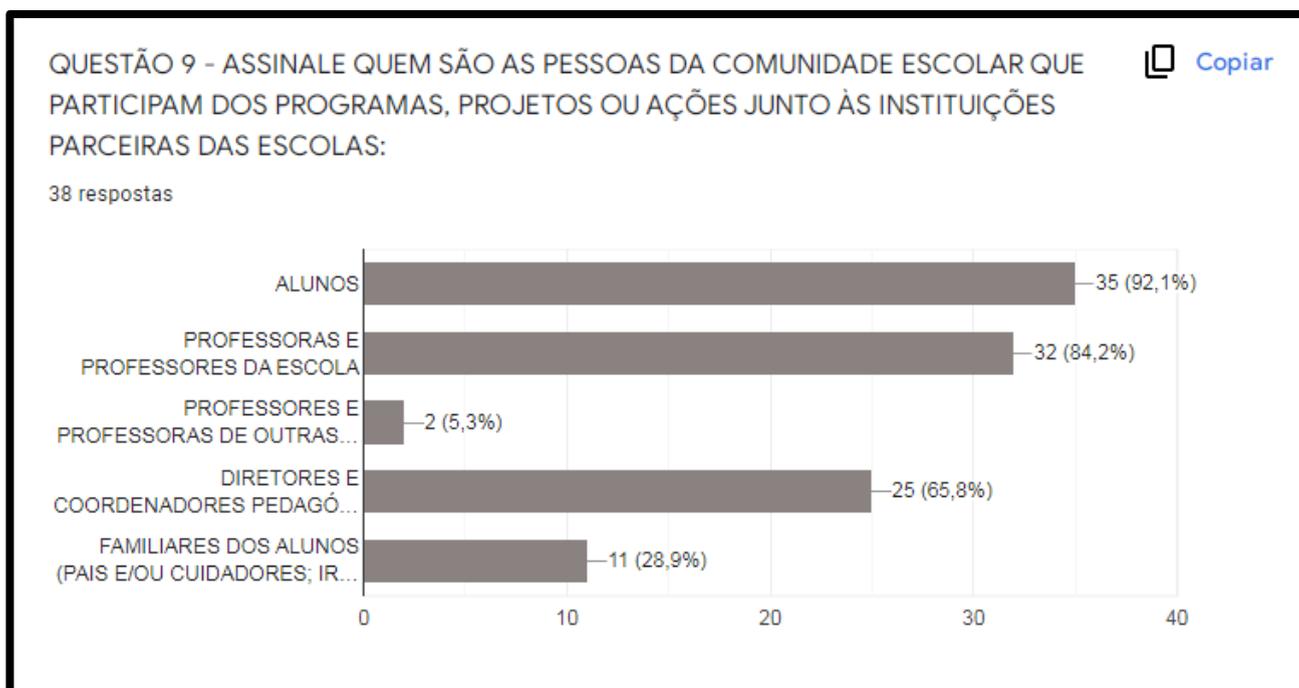
Em relação as parcerias, projetos ou ações de autoria própria relativos à prevenção ao uso de drogas nas escolas, de 37 respostas, obteve-se 32 (86,5%) das escolas responderam ter parceria coma a Polícia Militar e 21 escolas representando 56,8% com respostas para famílias dos alunos. Já para o grupo da comunidade externa (comerciantes, voluntários), 14 respostas ao enunciado, 37,8% e 12 gestores optaram por assinalar que instituições religiosas, 32,4% são parceiras e 4 (10,8) para as Organizações não governamentais (ONG). Não foi identificada nenhuma resposta para Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

QUESTÃO 8 - Escreva o nome os projetos ou ações de combate ao uso de drogas das instituições que vão até a sua escola: (se não houver vá para a questão 9) **22 respostas**

Ainda em relação a projetos ou ações relativos à prevenção ao uso de drogas nas escolas, foram apresentadas 22 respostas, sendo:

- PROERD – Programa de Enfrentamento das Drogas (Polícia Militar) e palestras com Policiais Civis;
- Fica Vivo;
- Encontro de jovens;
- Fica vivo;
- Palestras;
- Testemunhos de ex-usuários de drogas;
- Diga não às drogas;
- Semana de prevenção ao uso de drogas e na semana de educação para a vida.

Fonte: Dados da pesquisa



QUESTÃO 9 - Assinale quem são as pessoas da comunidade escolar que participam dos programas, projetos ou ações junto às instituições parceiras das escolas: **38 respostas**

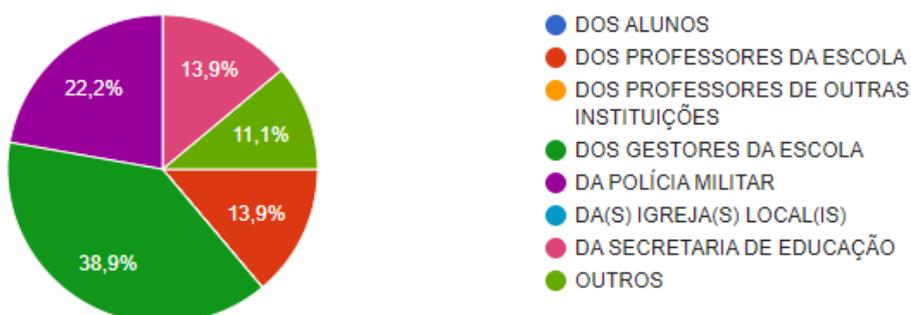
No que diz respeito às pessoas da comunidade escolar que participam dos programas, projetos ou ações junto às instituições parceiras das escolas, foram demonstradas na figura 38 respostas. Desses atores, os alunos com 35 respostas (92,1%) lideram o gráfico seguidos por 32 professores e professoras da escola, com 84,2%. Já os Gestores, representados por Diretores e Coordenadores Pedagógicos, obtiveram 25 sinalizações (65,8%) e professores e professoras de outras escolas, com

2 respostas (5,3%). Também aparece no gráfico, os familiares dos alunos (pais, cuidadores ou irmãos) que ficaram com 11 respostas (28,9%).

QUESTÃO 10 - AS AÇÕES DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NA ESCOLA INICIARAM POR INICIATIVA: (se não houver, passe para a questão 11)



36 respostas



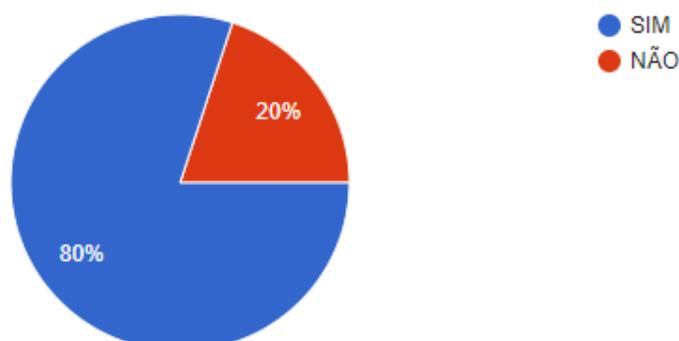
Fonte: Dados da pesquisa

QUESTÃO 10 - As ações de prevenção ao uso de drogas na escola iniciaram por iniciativa: (se não houver, passe para a questão 11) **36 respostas**

Sobre iniciativa por parte de atores que desenvolveram ações de prevenção ao uso de drogas na escola, a pesquisa demonstra que os gestores tiveram 14 respostas (38,9%), a Polícia Militar obteve 8 respostas (22,2%), 5 respostas para a Secretaria de Educação (13,9%), os professores com 5 das respostas (13,9%), e “outros” com 4 respostas (11,1%). Os alunos, professores de outras instituições e igrejas locais não tiveram respostas.

QUESTÃO 11 - A ESCOLA TEM CASOS COMPROVADOS DE ALUNOS E/OU ALUNAS QUE FAZEM USO E/OU ABUSAM DE DROGAS

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

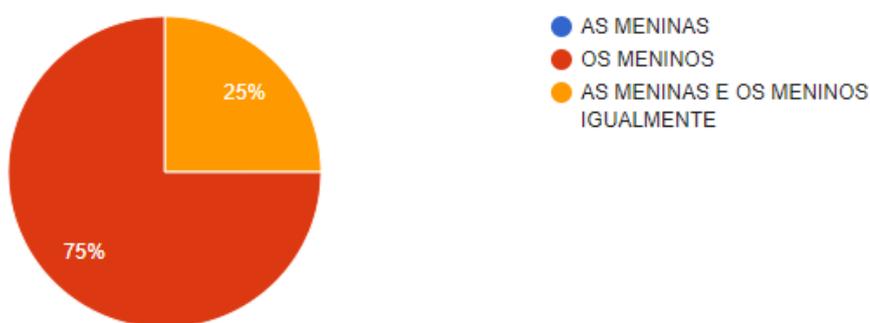
QUESTÃO 11 - A escola tem casos comprovados de alunos e/ou alunas que fazem uso e/ou abusam de drogas. **40 respostas**

Em relação aos casos de alunos e/ou alunas que fazem uso ou abuso de drogas, de 40 respostas obteve-se 32 (80%) das escolhas foi SIM e 8 respostas foram NÃO, representando 20% com respostas negativas ao enunciado.

QUESTÃO 12 - NA SUA OPINIÃO, DENTRE OS ALUNOS DA ESCOLA, OS MAIS VULNERÁVEIS AO USO E ABUSO DE DROGAS SÃO:



40 respostas



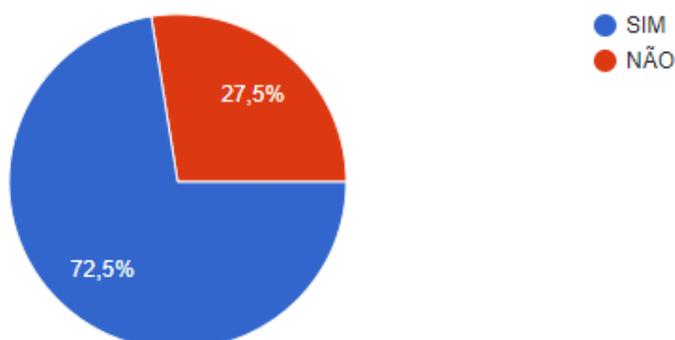
Fonte: Dados da pesquisa

QUESTÃO 12 - Na sua opinião, dentre os alunos da escola, os mais vulneráveis ao uso e abuso de drogas são: **40 respostas**

Na opinião dos entrevistados na pesquisa sobre os alunos da escola, quais seriam os mais vulneráveis ao uso e abuso de drogas, das 40 respostas notou-se 30 (75%) das escolhas para os meninos e 10 respostas foram direcionadas para as meninas, representando 25%.

QUESTÃO 13 - A ESCOLA ESTABELECE ALGUM TIPO DE PARCERIA A COMUNIDADE ESCOLAR PARA TRATAR DE TEMAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

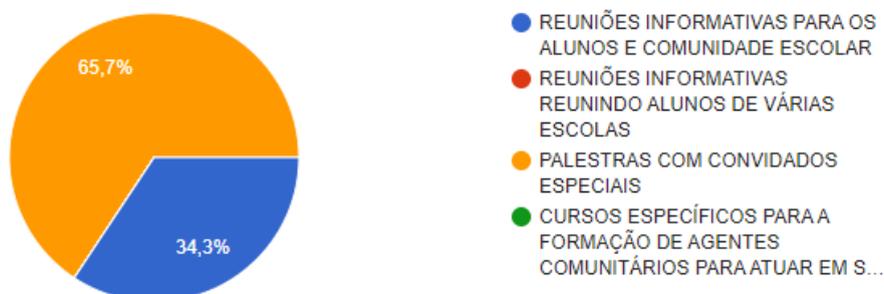
QUESTÃO 13 - A escola estabelece algum tipo de parceria com a comunidade escolar para tratar de temas relacionados à prevenção ao uso de drogas? **40 respostas**

No questionamento sobre estabelecer algum tipo de parceria com a comunidade escolar para tratar de temas relacionadas à prevenção ao uso de drogas, 72,5% das respostas foram positivas e 29 gestores responderam SIM, restando 27,5% das negativas e 11 respostas NÃO.

QUESTÃO 14 - AS PARCERIAS ESTABELECIDAS PELA ESCOLA PODEM SER RESUMIDAS COMO:

 Copiar

35 respostas



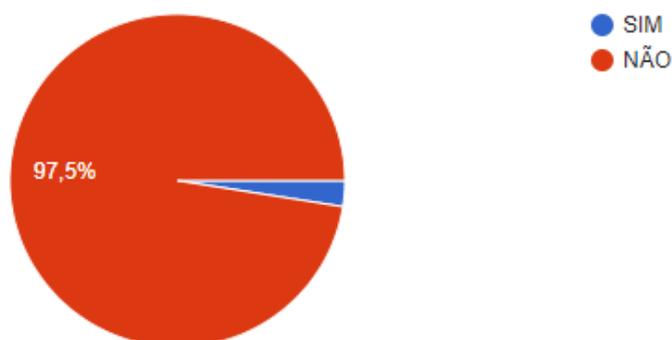
Fonte: Dados da pesquisa

QUESTÃO 14 - As parcerias estabelecidas pela escola podem ser resumidas como: **35 respostas**

Na questão 14 relativa às parcerias estabelecidas pela escola percebe-se dois grupos de respostas das 4 opções. 65,7% das respostas foram direcionadas para Palestras com conveniados especiais, representadas por 23 respostas dos gestores e 12 das escolhas 34,3% das 35 questões respondidas indicaram Reuniões Informativas para os alunos e comunidade escolar. Reuniões informativas reunindo alunos de várias escolas e cursos específicos para a formação de agentes comunitários para atuar em situações de exposição de crianças e jovens às drogas não foram escolhidas como opção.

QUESTÃO 15 - A ESCOLA ESTABELECE OU ESTABELECEU, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, PARCERIAS COM UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO AO USO E ABUSO DE DROGAS?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

QUESTÃO 15 - A escola estabelece ou estabeleceu, nos últimos 5 anos, parcerias com universidades públicas para ações de prevenção ao uso e abuso de drogas?

A pergunta 15 do questionário revelou que 97,5% das escolas não estabelece ou estabeleceu, nos últimos 5 anos, parcerias com universidades públicas para ações de prevenção ao uso e abuso de drogas. Das 40 respostas, 39 optaram pela resposta negativa e apenas 1 resposta positiva assinalou SIM, cerca de 2,5%.

QUESTÃO 16: Qual a parceria que a sua escola estabeleceu com a universidade pública? (se for o caso, pule para a questão 17) 4 respostas

- Nenhuma
- Estabelecemos parceria com universidade pública para palestra sobre dengue
- No momento não temos parceria, hoje só relação de estágio
- Estagiários de psicologia atuando dentro da escola

A questão 16 mostrou apenas 4 respostas, revelando que poucas escolas estabeleceram parcerias com universidades públicas para ações de prevenção ao uso e abuso de drogas.

QUESTÃO 17: Você conhece alguma pesquisa desenvolvida pela UFMG que tenha como objetivo prevenir o uso ou abuso de drogas? se sim, escreva qual ou quais. 20 respostas

Não
 Não
 Não
 Não
 Sim
 Não

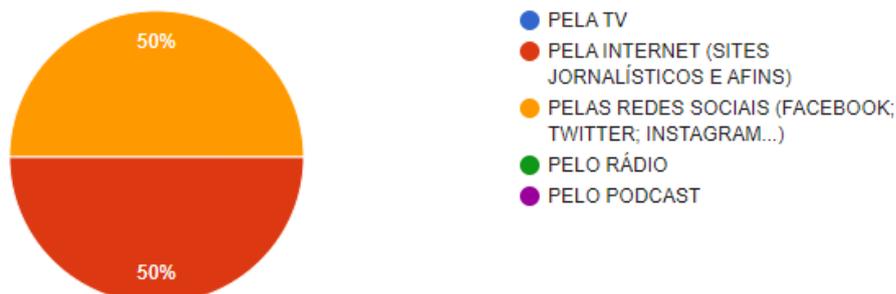
Já na questão 17, representada por 20 respostas, foi revelado que apenas uma escola demonstrou conhecer alguma pesquisa desenvolvida pela UFMG que tivesse foco na prevenção ao

uso e abuso de drogas.

QUESTÃO 18: SE VOCÊ RESPONDEU SIM À QUESTÃO 17, RESPONDA: COMO VOCÊ FICOU SABENDO DAS AÇÕES DA UFMG?



2 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

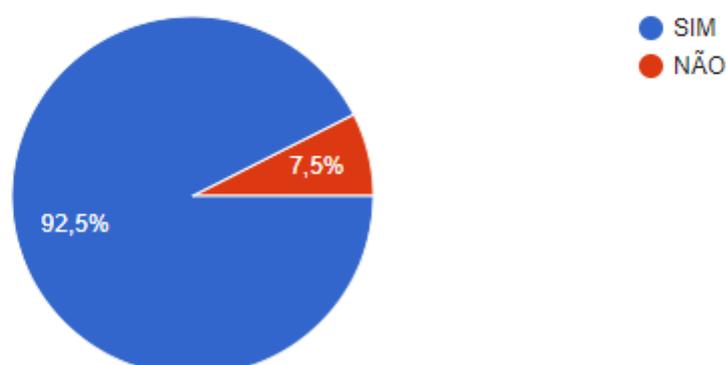
QUESTÃO 18: Se você respondeu sim à questão 17, responda: como você ficou sabendo das ações da UFMG?

- Pela Tv
- Pela Internet (Sites jornalísticos e afins)
- Pelas Redes Sociais (Facebook; Twitter; Instagram...)
- Pelo Rádio
- Pelo Podcast

A questão 18 revela que os gestores escolares ficaram sabendo das ações da UFMG com foco na prevenção ao uso e abuso de drogas pela Internet e pelas Redes Sociais como Facebook, Twitter, Instagram, etc.

QUESTÃO 19: VOCÊ GOSTARIA QUE A UFMG SE TORNASSE PARCEIRA DA SUA ESCOLA PARA PROMOVER A PREVENÇÃO AO USO OU ABUSO DE DROGAS?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

QUESTÃO 19: Você gostaria que a UFMG se tornasse parceira da sua escola para promover a prevenção ao uso ou abuso de drogas? **40 respostas**

Os entrevistados responderam que 92,5% gostariam que a UFMG se tornasse parceira da sua escola para promover a prevenção ao uso ou abuso de drogas, isso representa 37 respostas escolhidas das 40 e 3 responderam negativamente ao enunciado chegando ao percentual de 7,5%.

QUESTÃO 20. Se você respondeu sim a questão 19 esclareça os tipos de parceria serem importantes para existirem entre a UFMG e a sua escola: **34 respostas**

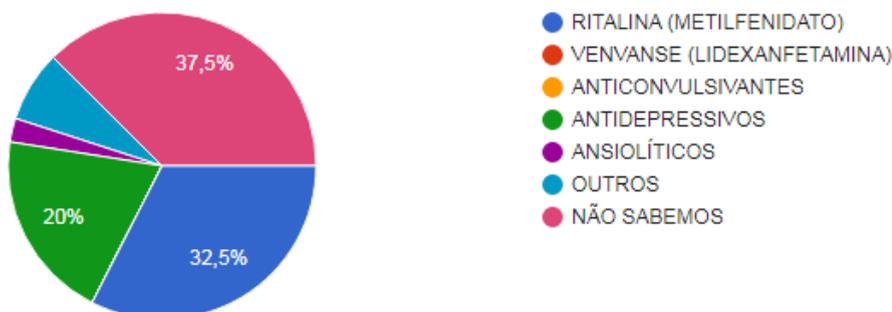
Das 34 respostas da questão 20 podemos apresentar:

- Desenvolver projetos que contemple rodas de conversa e palestras.
- As possibilidades de parcerias entre ufmg e escola pública são imensuráveis. Pense em algo e com certeza encontrará alguma correspondência na ufmg bastas estabelecer como será executada.
- Psicólogos, assistência social, saúde
- Palestras alusivas ao assunto
- Estagiários para acompanhamento e reforço escolar, atendimento na área de psicologia e assistente social
- Palestras, projetos de prevenção
- Diversos
- Palestras, encontros, etc....
- Palestras, oficinas, roda de conversa,
- Pela internet
- Palestras, visitas, ações pedagógicas, reuniões com a comunidade...
- Atendimento psicológico
- Aconselhamento e assistência as famílias
- Palestras
- Cursos, palestra entre outra ações.
- Estagiários de psicologia; oficinas de danças, músicas e teatro (temos espaços adequados e alguns instrumentos musicais)
- Contribuições psicológicas a comunidade envolvida nesse cenário. Palestras sobre o tema com pessoal especializado
- Palestras, oficinas
- Oficinas educativas com os alunos, palestras para pais
- Projetos com eficiência comprovada de resultados
- Palestras, rodas de conversa, orientações de especialistas e outros
- Campanhas de prevenção
- Com ações educativas e informativas sobre prevenção e uso de drogas, auto estima e promoção humana
- Esclarecimentos, interação.
- Cursos específicos para a formação de agentes para atuar em situações de combate ao uso de drogas.
- Palestras para os professores e alunos
- Principalmente prevenção de drogas

QUESTÃO 21 - ASSINALE, DENTRE AS MEDICAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS, AS QUE SÃO PRESCRITAS POR MÉDICOS PARA OS ALUNOS DA ESCOLA:



40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

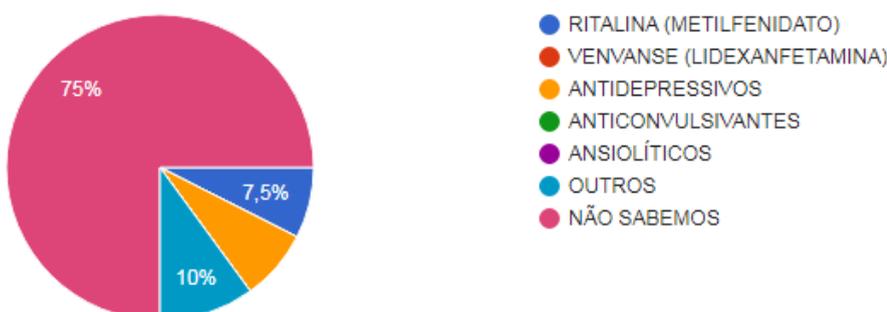
QUESTÃO 21 - Assinale, dentre as medicações abaixo relacionadas, as que são prescritas por médicos para os alunos da escola:

Das 40 respostas, com 15 para “Não sabemos” (37,5%), 13 (32,5%) optaram por marcar ritalina (metilfenidato), seguido por antidepressivos com 8 (20%), “Outros” com 3 (7,5%) e ansiolíticos com apenas uma marcação, ou seja, 1 equivalente a 2,5% das opções que completam 100%. E por fim, venvanse (lidexanfetamina) e anticonvulsivantes não tiveram nem mesmo uma escolha de resposta.

QUESTÃO 22 - ASSINALE, DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, AS MEDICAÇÕES QUE OS ALUNOS DA ESCOLA CONSOMEM SEM RECEITA MÉDICA:



40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

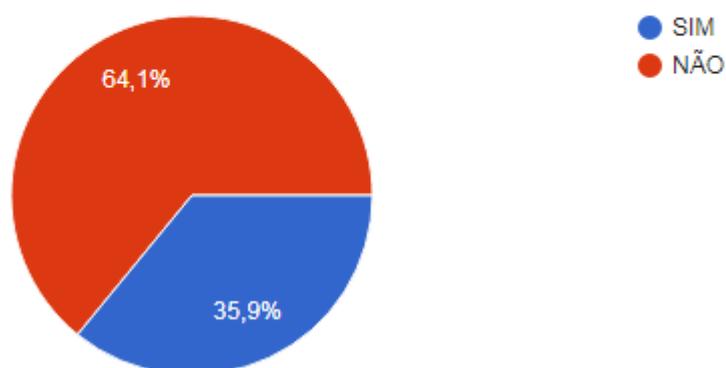
QUESTÃO 22 - Assinale, dentre as opções abaixo, as medicações que os alunos da escola consomem sem receita médica:

Já na questão 22 das 40 respostas, com 30 (75%) das marcações para “Não sabemos”, com 4 (10%) para “Outros”, 3 respostas (7,5%) para ritalina (metilfenidato) e também 3 respostas (7,5%)

para antidepressivos. Para venxanse (lidexanfetamina), ansiolíticos e anticonvulsivantes, este não tiveram nenhuma resposta.

QUESTÃO 23: HÁ EPISÓDIOS EM QUE PROFESSORES OU EQUIPE PEDAGÓGICA FOI INFORMADA DE QUE ALUNOS ESTAVAM PARTICIPANDO DE AULAS ALCOOLIZADOS?

39 respostas



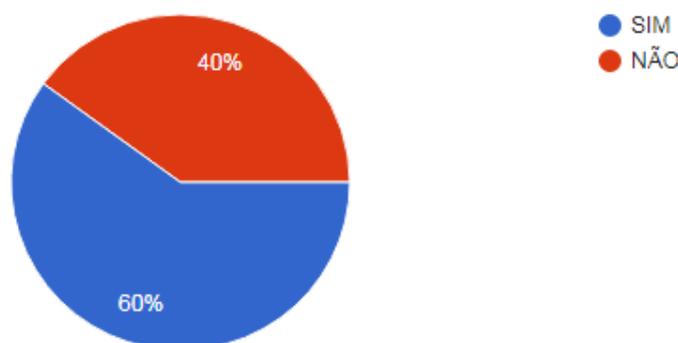
Fonte: Dados da pesquisa

QUESTÃO 23 - Há episódios em que professores ou equipe pedagógica foi informada de que alunos estavam participando de aulas alcoolizados? **39 respostas**

Dos entrevistados, em 39 respostas, 25 responderam que **NÃO** (64,1%), que professores ou equipe pedagógica **NÃO** foi informada de que alunos estavam participando de aulas alcoolizados, e que 35,9% responderam que **SIM**, que 14 respostas escolhidas apontando que houve informação de que estudantes estavam participando de aulas alcoolizados.

QUESTÃO 24: HÁ EPISÓDIOS EM QUE PROFESSORES OU EQUIPE PEDAGÓGICA FOI INFORMADA SOBRE ALUNOS QUE ESTAVAM PARTICIPANDO DAS AULAS SOB O EFEITO DE DROGAS?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

QUESTÃO 24 - Há episódios em que professores ou equipe pedagógica foi informada sobre alunos que estavam participando das aulas sob o efeito de drogas? **40 respostas**

Na questão 24, das 40 respostas, 25 responderam que **NÃO** (60%), que professores ou equipe pedagógica **NÃO** foram informados de que alunos estavam participando de aulas sob o efeito de drogas, e que 40% responderam que **SIM**, que 16 respostas escolhidas apontando que houve informação de que estudantes estavam participando de aulas sob o efeito de drogas.

QUESTÃO 25: Você gostaria de fazer alguma pergunta para o pesquisador? use esse espaço para isso! **7 respostas**

- Não
- Como fazer parceria com a UFMG?
- Somente agradecer a oportunidade.
- Qual a maneira mais eficaz de se combater o uso de drogas por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, visto que muitas vezes tais comportamentos vem da própria família?
- Como conseguir uma parceria com a UFMG para alcançarmos a proposta da questão 20?
- Gostaria da parceria da UFMG com várias profissionais para atender meus alunos. Pois estamos instalados na periferia, a demanda é grande é o poder econômico muito escasso.

APÊNDICE 4: RECURSO EDUCACIONAL



TECNOLOGIAS SOCIAIS
na Prevenção
ao uso de DROGAS
na Sala de Aula

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

FaE
Faculdade de Educação
Danilo Ornelas de Souza

PROMESTRE
MESTRADO PROFISSIONAL
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA



Prezados leitores,

O recurso educacional que ora apresentamos representa o resultado gerado a partir da dissertação de Mestrado Profissional em Educação e Docência do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada: *“Tecnologia Social: um estudo sobre a escola como rede de convergência para o enfrentamento ao uso de drogas”*.

O intuito é oferecer um material que possa apresentar possibilidades de integrar as Tecnologias Sociais ao processo ensino-aprendizagem no contexto da sala de aula, por meio da metodologia do Ensino Híbrido. Não temos intenção de inovar o processo educativo com uma receita pré-definida, mas sim agrupar técnicas, procedimentos metodológicos e materiais criados a partir de necessidades sociais, com o propósito de solucionar os problemas relacionados ao tema proposto.



O Recurso aqui apresentado constitui uma proposta de intervenção com as potencialidades e desafios de uma abordagem pedagógica ativa, o que implica a possibilidade de realização de adaptações, a partir das necessidades ou dificuldades encontradas. Esperamos que esse material contribua para a melhoria da prática docente, no que se refere ao processo educativo significativo, nos diversos níveis de ensino, especificamente quanto às ações que visem à prevenção e combate ao uso de drogas.

O conteúdo tem a ver com as descobertas realizadas durante o processo de pesquisa e tem a intenção de integrar, em um só suporte, informações que se encontram dispersas na dissertação de mestrado. Trata-se de um livreto e-book de prevenção ao uso de drogas, contendo extenso material referente às tecnologias sociais, com informações, programas e ferramentas para utilização de professores e gestores educacionais, no intuito de prevenir e combater o consumo de drogas, principalmente entre crianças e adolescentes das escolas públicas de Minas Gerais.



LISTA DE SIGLAS

APS: Atenção Primária à Saúde

CAPSi: Centro de Referência de Atenção Psicossocial
infantojuvenil

CDC: Convenção sobre os Direitos da Criança

CRAS: Centro de Referência da Assistência

CREAS: Centro de Referência Especializado da Assistência
Social

CT: Conselho Tutelar

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

ESF: Equipes de Saúde da Família

SGDCA: Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do
Adolescente

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

SSP: Sistema de Segurança Pública

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

SUS: Sistema Único de Saúde

UBS: Unidade Básica de Saúde

UPA 24h: Unidade de Pronto Atendimento

Sumário

1	O USO DE DROGAS E A ESCOLA
2	TECNOLOGIA, O QUE É?
3	TECNOLOGIA SOCIAL, O QUE É?
4	TECNOLOGIA SOCIAL E PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS NAS ESCOLAS.....
5	TECNOLOGIAS SOCIAIS E FERRAMENTAS QUE PODEM SER USADAS POR PROFESSORES E GESTORES ESCOLARES NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS
5.1	PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROED).....
5.2	A REDE EDMODO COMO FERRAMENTA DE ENSINO.....
5.3	CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC - PRONATEC) ...
5.4	PROGRAMAS DE ESTUDO NÃO PRESENCIAL DA SEE/MG.....
5.4.1	Plano de estudo tutorado (PET).....
5.4.2	Se liga na Educação.....
5.5	TECNOLOGIAS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO DO BANCO DO BRASIL.....
5.5.1	Programa bem maior: geração de renda e inclusão social por meio do design
5.5.2	Librário: libras na escola e na vida
5.5.3	Transformando realidades por meio da mobilização e organização comunitária
5.6	A FERRAMENTA GOOGLE FORMS
5.7	A FERRAMENTA GO CONQR
6	O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A LEGISLAÇÃO CORRELATA POSTERIOR DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL
6.1	O SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGDCA)
6.2	POSSÍVEIS LACUNAS NA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
6.3	PRINCÍPIOS NORTEADORES DO SGDCA, QUANTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA
6.4	POLÍTICAS E DIRETRIZES SETORIAIS RELACIONADAS AO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
6.5	ÓRGÃOS E DISPOSITIVOS DO PODER PÚBLICO E DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE PODEM INTEGRAR O SGDCA
	REFERÊNCIAS



I O USO DE DROGAS E A ESCOLA

O público mais socialmente vulnerável à dependência das drogas é composto por crianças e adolescentes, pelo fato de se encontrarem menos preparados para resistirem aos muitos apelos e incentivos ao uso de drogas presentes nos meios de comunicação em massa e na ideologia consumista da sociedade contemporânea.

O abuso de drogas constitui-se em ameaça à sociedade porque representa, para o usuário, um comprometimento do futuro e da qualidade de suas relações sociais, com maior propensão ao envolvimento em crimes, violência e ingresso num ciclo de decadência de valores. A principal estratégia contra esses males é a prevenção por meio do diálogo com as pessoas, ainda durante sua infância e adolescência, fases de suas vidas em que se encontram mais naturalmente aptas a receber orientações e assimilar valores.

Compreendemos que a escola, por seu potencial de convergir diferentes atores e instituições que lidam com essas questões, deve assumir um protagonismo nas ações educativas de prevenção e enfrentamento ao uso de drogas. Com isso, nessa perspectiva comunitária, partimos da escola e de toda a rede de instituições que para ela convergem, como ponto de análise dos problemas, base da atuação de mapear, diagnosticar e conhecer a realidade local, visando o enfrentamento de tudo o que envolve a violência social, especialmente no que afeta as crianças e adolescentes.



2 TECNOLOGIA, O QUE É?

A etimologia da palavra tecnologia vem do grego e compreende duas partes: “techné”, que pode ser definida como arte ou técnica, e “logia”, que vem de “lógos”, significando o estudo, o conhecimento racional de algo. Portanto, a tecnologia pode ser definida etimologicamente como o estudo de algo que é feito com arte, ou seja, com técnica, com esmero, em benefício do desenvolvimento da capacidade humana e da transformação do mundo natural (BERTOLDO & MILL, 2018, p.598).

Em outras palavras, tecnologia seria o uso da ciência para a concepção, construção e uso de ferramentas, máquinas e sistemas para servir às necessidades humanas. Ou, ainda, o conjunto de habilidades, conhecimentos e métodos utilizados para produzir bens e serviços para satisfazer essas necessidades. Enfim, o uso eficaz e consciente da tecnologia é visto como um meio de melhorar a qualidade de vida dos seres humanos.





3 TECNOLOGIA SOCIAL, O QUE É?

A tecnologia tem revolucionado nossa forma de relacionar, buscar informações e adquirir conhecimentos. Entretanto, também se mostra muito útil para o enfrentamento e minimização de problemas sociais. Trata-se da tecnologia social, que tem conseguido, em muitas circunstâncias e lugares, melhorar a qualidade de vida da humanidade.

Tecnologia social, pode ser compreendida como técnicas, procedimentos e metodologias (participativas e transformadoras) desenvolvidas por uma comunidade ou por instituições (acadêmicas ou não) para a geração de produtos aplicáveis no processo de interação com grupos de pessoas e/ou comunidades e que apresentem de forma concreta soluções efetivas para a sua transformação social (GOMIDE & NEVES, 2018).





3 TECNOLOGIA SOCIAL, O QUE É?

Para Júnior e Pereira (2004) as Tecnologias Sociais (TS) podem ser definidas, sucintamente, como sendo procedimentos metodológicos, técnicas e materiais criados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionarem problemas, considerando aí as realidades locais e suas formas de organização coletiva, no intuito de alcançar a inclusão social e melhoria da qualidade de vida (JÚNIOR & PEREIRA, 2004).



As TS estão voltadas, portanto, a demandas e carências concretas, na área da educação, alimentação, saúde, meio ambiente, dentre outras, sendo práticas efetivas e reaplicáveis que podem propiciar o desenvolvimento social em larga escala.



4 TECNOLOGIA SOCIAL E PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS NAS ESCOLAS

As tecnologias relacionadas à informática e ao universo digital há algum tempo já estão incorporadas ao processo de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras. Mas ainda consideramos muito incipiente a aplicabilidade da tecnologia social a projetos na área da prevenção e combate ao uso de drogas por crianças e adolescentes, por meio de parcerias com outras instituições, programas ou aplicativos.

Compreendemos que essa convergência de interesses e recursos, com diferentes atores e instituições, só pode beneficiar o protagonismo da rede escolar nas ações educativas de prevenção e enfrentamento ao uso de drogas. Nesse sentido, torna-se necessário sempre buscar um alinhamento da escola com outras instituições sociais, buscando evitar o início do processo de consumo e dependência química das drogas por parte dos jovens estudantes brasileiros.



4 TECNOLOGIA SOCIAL E PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS NAS ESCOLAS

A escola pública brasileira tem um papel importante na prevenção e combate ao uso de drogas. O ensino de qualidade e a oferta de atividades extracurriculares que incentivem o desenvolvimento de habilidades para ocupar o tempo livre são fundamentais para assegurar que os jovens não caiam na tentação de recorrer às drogas, sendo um local seguro e confiável para que aqueles que estejam passando por problemas relacionados às drogas possam procurar apoio e fortalecimento.

Enfim, a escola tem um papel fundamental na prevenção e combate ao uso de drogas, seja por meio de programas educativos, campanhas informativas e a oferta de atividades extracurriculares, contribuindo para que os jovens tenham acesso a informações corretas e possam, assim, tomar decisões conscientes sobre o uso de drogas. Não podendo prescindir, nesse processo, de toda uma rede de recursos tecnológicos que para a escola convergem, por meio de vários programas e instituições

**5 TECNOLOGIAS SOCIAIS E FERRAMENTAS QUE
PODEM SER USADAS POR PROFESSORES E GESTORES
ESCOLARES NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO
USO DE DROGAS**



Proerd

Nossas crianças longe das drogas
Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência

**POLÍCIA
MILITAR**
DE MINAS GERAIS



GoConqr

Google forms



5. 1 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROED)



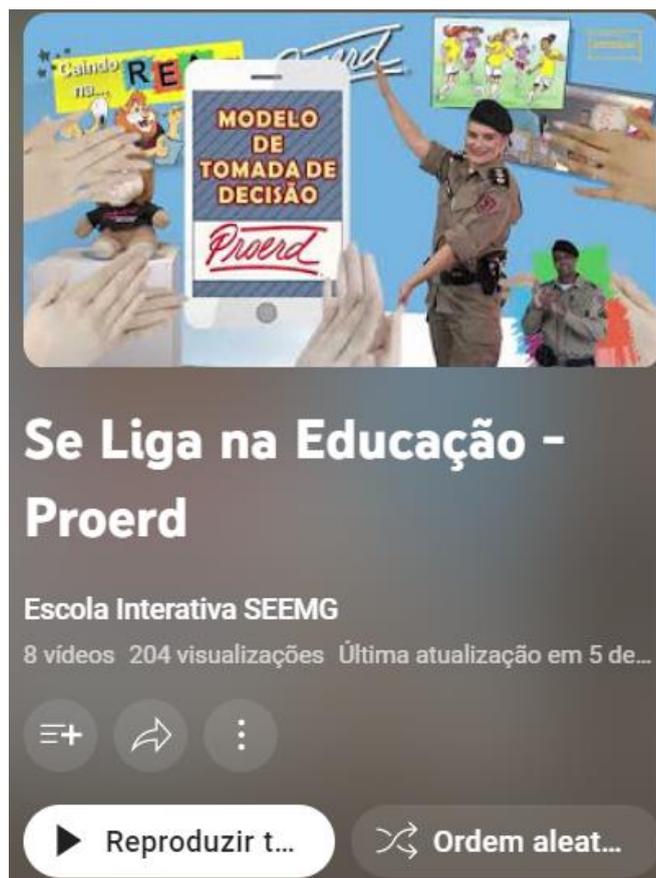
<https://www.proerdbrasil.com.br/>

Descrição: O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) consiste num esforço cooperativo da Polícia Militar, Escola e Família, visando preparar crianças e adolescentes para fazerem escolhas seguras e responsáveis condução de suas vidas, a partir de um modelo de tomada de decisão. Por meio de atividades educacionais em sala de aula, o policial militar devidamente capacitado fornece aos jovens as estratégias adequadas para tornarem-se bons cidadãos, resistir à oferta de drogas e ao apelo da violência. Com ações direcionadas a toda a comunidade escolar e aos pais/responsáveis, o Proerd também promove a inclusão da família no processo educacional e de prevenção.

As aulas acontecem no *YouTube*, no canal do Proerd, e as próprias famílias podem acessar a ferramenta e assistirem de forma sistemática junto com os filhos.



https://youtube.com/playlist?list=PLBL2PsXF5RI_QeSS-G7rkNu50dFgQdC1S



<https://www.youtube.com/user/proerdminas/videos>

O programa possibilita à escola complementar seu projeto pedagógico pelo desenvolvimento da cidadania, segundo o que prescreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 2º, *in verbis*: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, o programa confirma que os objetivos das lições do Proerd são consonantes ao proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, definidos pelo Ministério da Educação (MEC).

O Programa Educacional de Resistência às Drogas de Minas Gerais (Proerd-Minas), na tentativa de integrar a Polícia Militar, as instituições escolares e as famílias dos estudantes, num esforço comum, estabelece princípios e objetivos, através do seu site oficial (<https://policiamilitar.mg.gov.br/site/proerd/item/1561/url>):

- Missão: ensinar aos estudantes habilidades para tomada de boas decisões, para ajudá-los a conduzir suas vidas de maneira segura e saudável.
- Visão: construir um mundo no qual os jovens de todos os lugares estejam capacitados para respeitar os outros e para escolherem conduzir suas vidas livres do abuso de drogas, da violência e de outros comportamentos perigosos.
- Objetivos específicos:
 - Desenvolver nos jovens estudantes habilidades que lhes permitam evitar influências negativas em questões afetas às drogas e violência, promovendo os fatores de proteção;

- Estabelecer relações positivas entre alunos e policiais militares, professores, pais, responsáveis legais e outros líderes da comunidade escolar;
- Permitir aos estudantes enxergarem os policiais militares como servidores, transcendendo a atividade de policiamento tradicional e estabelecendo um relacionamento fundamentado na confiança e humanização;
- Estabelecer uma linha de comunicação entre a Polícia Militar e os jovens estudantes;
- Abrir um diálogo permanente entre a Escola, a Polícia Militar e a Família, para discutir questões correlatas à formação cidadã de crianças e adolescentes.

Ao investirem institucionalmente no Proerd, as escolas podem interferir positivamente no processo desencadeador do fortalecimento individual dos futuros condutores da sociedade, contra as investidas de criminosos e de outras formas de chamamento ao abuso de drogas e à prática de ações antissociais.



5.2 A REDE EDMODO COMO FERRAMENTA DE ENSINO

<https://porvir.org/como-criar-um-ambiente-virtual-de-aprendizagem-com-o-edmodo>

- Passo a passo para utilizar o Edmodo

- 1 – Acesse <https://www.edmodo.com/>
- 2 – Desça a página e mude o idioma para o português
- 3 – Crie uma nova conta. Você deve escolher uma entre três opções:
 - Sou um (a) professor
 - Sou um (a) aluno
 - Sou um (a) pai/mãe/responsável
- 4 – Faça o login
- 5 – Preencha seu perfil: adicione uma foto, informações pessoais, conecte-se a outros professores. O Edmodo também funciona como uma rede social de professores e meio de comunicação entre professor e pai/mãe/responsável.
- 6 – No menu superior, clique em “salas”. No ícone “+” você pode escolher a opção “criar sala” ou “juntar-se a uma classe”. Caso opte pela última opção, você deverá digitar um código que costuma ser compartilhado pelo professor dono de uma sala/classe. Se optar pela opção “criar sala”, você será encaminhado para um formulário. Preencha as informações básicas como nome, descrição, ano, assunto e cor do ícone que representará sua sala dentre outras que foram criadas.
- 7 – Adicione os alunos via código ou e-mail.
- 8 – Pronto. Sua sala está pronta. No mural, você já pode iniciar uma discussão, compartilhar materiais, criar enquetes e até agendar suas postagens.
- 9 – Na biblioteca, você pode integrá-la ao seu Google Drive ou OneDrive, permitindo o acesso rápido aos seus arquivos, ou então, pode fazer o upload diretamente do seu computador.
- 10 – Na página da sala, você já pode criar uma tarefa, um teste ou carregar um teste existente.

Veja mais em: <https://porvir.org/como-criar-um-ambiente-virtual-de-aprendizagem-com-o-edmodo/>



5.2 EDMODO como ferramenta de ensino

O **Edmodo** é uma rede social educativa que permite a comunicação entre alunos e professores de forma segura e gratuita, não se limitando apenas a sala de aula, que por possuir uma interface semelhante ao do Facebook pode atrair a atenção dos alunos. Costa (2013) considera que o Edmodo é uma plataforma com características de uma rede social, os usuários podem sentir-se pertencendo a um grupo e mais próximos em relação a outros utilizadores. Tratando-se de uma rede social interna, compõe uma comunidade fechada, composta por um grupo de pessoas a que só é possível aceder por convite.

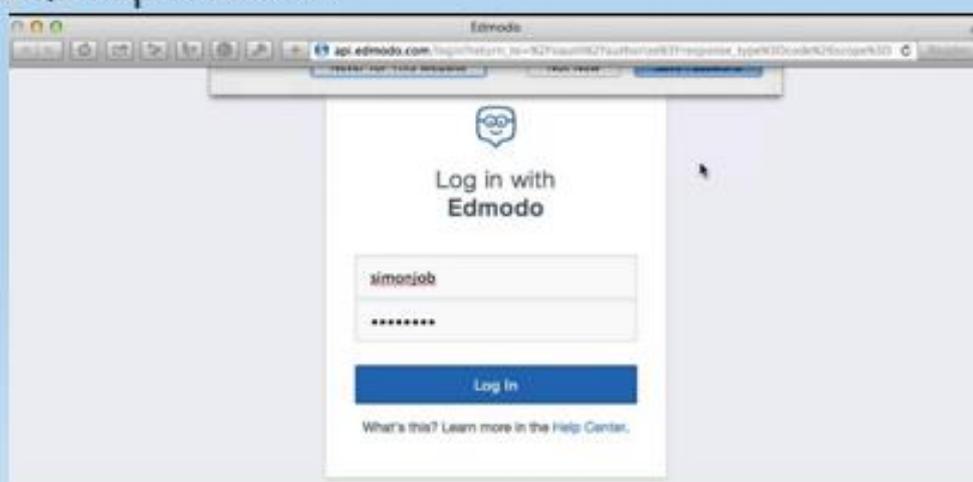




EDMODO e as tecnologias sociais em sala de aula: sugestão de plano

PASSO A PASSO

- 1 – Acesse www.edmodo.com
- 2 – Desça a página e mude o idioma para o português
- 3 – Crie uma nova conta. Você deve escolher uma entre três opções:
 - Sou um (a) professor
 - Sou um (a) aluno
 - Sou um (a) pai/mãe/responsável
- 4 – Faça o login
- 5 – Preencha seu perfil: adicione uma foto, informações pessoais, conecte-se a outros professores. O Edmodo também funciona como uma rede social de professores e meio de comunicação entre professor e pai/mãe/responsável.



Fonte: <https://porvir.org/como-criar-um-ambiente-virtual-de-aprendizagem-com-o-edmodo/>



EDMODO e as tecnologias sociais em sala de aula: sugestão de plano

PASSO A PASSO

6 – No menu superior, clique em “salas”. No ícone “+” você pode escolher a opção “criar sala” ou “juntar-se a uma classe”. Caso opte pela última opção, você deverá digitar um código que costuma ser compartilhado pelo professor dono de uma sala/classe. Se optar pela opção “criar sala”, você será encaminhado para um formulário. Preencha as informações básicas como nome, descrição, ano, assunto e cor do ícone que representará sua sala dentre outras que criadas.

7 – Adicione os alunos via código ou e-mail.

8 – Pronto. Sua sala está pronta. No mural, você já pode iniciar uma discussão, compartilhar materiais, criar enquetes e até agendar suas postagens.

9 – Na biblioteca você pode integrá-la ao seu Google Drive ou OneDrive, permitindo o acesso rápido aos seus arquivos, ou então, pode fazer o upload diretamente do seu computador.

10 – Na página da sala, você já pode criar uma tarefa, um teste ou carregar um teste existente.



5.3 CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC - PRONATEC)

Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) visam suprir demandas imediatas de qualificação profissional orientada para o mercado de trabalho. São cursos com carga horária de 160 a 250 horas que exigem escolaridade mínima do ensino fundamental ou médio incompleto, conforme o curso. São cerca de 12.720 vagas para os cursos de FIC, distribuídas em 318 municípios.

O Pronatec Oferta Voluntária é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que disponibiliza vagas gratuitas em cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional e também cursos técnicos de nível médio, sem transferência de recursos por parte do MEC, mas com recursos próprios das instituições privadas de educação que atuam na educação profissional e tecnológica (EPT). Tudo com vistas à expansão, ampliação e democratização da oferta de cursos de formação profissional.



5.4 PROGRAMAS DE ESTUDO NÃO PRESENCIAL DA SEE/MG

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), após o cenário de distanciamento social causado pela pandemia da Covid-19, elaborou o Regime de Estudo não Presencial para alunos das escolas estaduais mineiras, como forma de garantir que não haja interrupção total das atividades escolares.

A ação tem três frentes de atuação: Plano de Estudo Tutorado (PET), programa de TV “Se Liga na Educação”, e reforço educativo na disseminação das informações do site e redes sociais da SEE/MG. As atividades são realizadas a distância de modo a garantir a inclusão e participação dos estudantes da rede estadual de ensino que se encontram fechadas.



UF *m* G
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

FaE
Faculdade de Educação

PROMESTRE
MESTRADO PROFISSIONAL
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA



5.4.1 Plano de estudo tutorado (PET)

O PET é uma das ferramentas do Regime de Estudo não Presencial, que consiste em apostilas mensais de orientação de estudo e atividades por ano de escolaridade (1º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio). Os conteúdos foram baseados no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A distribuição é feita por meios virtuais (site da SEE/MG, e-mail e WhatsApp dos pais cadastrados nas escolas) e teve início no dia 4 de maio de 2020.

Para estudantes que não têm acesso à internet, as escolas e Superintendências Regionais de Ensino (SREs) identificam a melhor forma de distribuição do material, sempre levando em consideração todas as orientações de prevenção à Covid-19 determinadas pela [Secretaria de Estado de Saúde \(SES-MG\)](#).



5.4.2 Se liga na Educação

O programa de TV “Se Liga na Educação” foi desenvolvido em parceria com a emissora de canal aberto Rede Minas e tem transmissão em Belo Horizonte e Região Metropolitana, de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 12:30. São apresentados conteúdos em que os estudantes têm mais dificuldades, além de debates específicos sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).



UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

FaE
Faculdade de Educação

PROMESTRE
MESTRADO PROFISSIONAL
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA



5.5 TECNOLOGIAS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO DO BANCO DO BRASIL

A Fundação Banco do Brasil foi criada em 1985 e suas ações buscam a inclusão socioprodutiva dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. O objetivo é disseminar programas e projetos por todo o Brasil, com foco na educação, geração de trabalho e renda e preservação do meio ambiente, ações criadas pela articulação de parceria com instituições de apoio social. O Regimento Interno da Fundação do Banco do Brasil (FBB) contempla, no Art. 2º, as diretrizes fundamentais da FBB, em sua missão social:

[...] melhorar a vida das pessoas, promovendo a inclusão socioprodutiva, o desenvolvimento sustentável e as tecnologias sociais, mediante ações de promoção, apoio, incentivo e patrocínio nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2018, p. 5)

A seguir, resumos dos programas que utilizam tecnologias sociais voltadas para área de educação, encontradas no banco de tecnologias da Fundação Banco do Brasil em Minas Gerais, executados em parceria com diferentes instituições.





5.5.1 Programa bem maior: geração de renda e inclusão social por meio do design

Instituição: Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Temas: [Educação](#), [Renda](#). Ano: 2019.

Resumo: Programa Extensionista da Escola de Design da UEMG que, por meio de sua abordagem metodológica propõe, simultaneamente, a capacitação em um ofício (que pode ser variável) e a geração de renda de jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da venda de produtos desenvolvidos ao longo do processo de capacitação. Para isso, baseia-se no potencial criativo da comunidade onde o trabalho é desenvolvido, tendo como base do processo a cultura local. Desse modo, contribui também para a valorização do território e melhoria da auto-estima dos jovens.

Objetivo: Oferecer capacitação (desenvolvimento de habilidades técnicas em um ofício e noções de empreendedorismo) e geração de renda dentro do escopo do programa, gerando autonomia criativa e valorização do território por meio do repertório cultural de cada indivíduo ou grupo. (Moraes, 2019)



5.5.2 Librário: libras na escola e na vida

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais.

Temas: [Educação](#), [Renda](#). Ano: 2015

Resumo: A tecnologia social do “Librário: Libras na escola e na vida” busca promover a interação entre surdos e ouvintes no contexto escolar e social, propiciando a quebra de barreiras na comunicação. Isto acontece através da realização de oficinas de Libras – Língua Brasileira de Sinais - gratuitas para a comunidade e encontros entre comunidade surda e ouvinte, onde são ministrados cursos e seminários de interesse de ambos, a fim de promover a inclusão. Uma das ferramentas pedagógica desenvolvida é o Librário, o jogo que ensina Libras é constituído de um baralho de pares de cartas, com o sinal da Libras, palavra em Português e imagens que incentivam a aprendizagem da Libras, de forma lúdica.

Objetivo: Promover a valorização e a autonomia do cidadão surdo, reconhecendo seus direitos, através da difusão da sua primeira língua, a Libras – Língua Brasileira de Sinais. (Castro, 2015)



5.5.3 Transformando realidades por meio da mobilização e organização comunitária

Instituição: Rede Internacional de Ação Comunitária Interação.

Temas: **Educação**, Habitação. Formiga, MG. Ano: 2011

Resumo: Desde 2005, dezenas de comunidades de baixa renda brasileiras se mobilizam, se organizam e se fortalecem a partir de uma metodologia desenvolvida na Índia, significativamente difundida na Ásia e na África pelo Slums Dwellers International – SDI e trazida para o Brasil pela Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação.

Objetivo: A metodologia do SDI, adaptada pela INTERAÇÃO à realidade brasileira, visa contribuir para que os moradores de comunidades de baixa renda se mobilizem, se organizem e se fortaleçam, conquistando seus direitos à cidade por meio de um processo que reconhece: a capacidade de seus moradores em definir e protagonizar a transformação de seus próprios contextos; e o potencial multiplicador que estes moradores têm sobre outras comunidades e cidades, contribuindo para cidades mais justas e inclusivas. (Franco, 2011)

5.6 A FERRAMENTA GOOGLE FORMS

<https://docs.google.com/forms/u/0/>



Descrição: Serviço gratuito para criar formulários online de pesquisa e avaliação. Utilizado para produção de pesquisas de múltipla escolha, elaboração de questões discursivas, solicitação de avaliações em escala numérica, entre outras opções.

Você pode usar o app Formulários Google para criar testes e pesquisas on-line e enviar para outras pessoas responderem, obedecendo ao seguinte **passo a passo**:

Etapa 1: configurar um novo teste ou formulário

1. Acesse forms.google.com⁵.
2. Clique em branco.
3. Um novo formulário será aberto.

Etapa 2: editar e formatar um teste ou formulário

Você pode adicionar, editar ou formatar textos, imagens ou vídeos em um formulário.

- [Editar seu formulário](#)
- [Criar um teste com o Formulários Google](#)
- [Escolher onde salvar as respostas ao formulário](#)

Etapa 3: enviar seu formulário para as pessoas preencherem

Quando estiver tudo pronto, [envie o formulário para outras pessoas](#) e colete as respostas.

5.7 A FERRAMENTA GO CONQR



<https://www.goconqr.com/pt-BR>

⁵ Fonte: <https://docs.google.com/forms/u/0/>

Descrição: Plataforma online que auxilia a planejar e executar a melhor forma de estudar para exames, provas, simulados e afins. O serviço busca tornar o processo de aprendizagem mais interessante e produtivo através do uso de uma série de ferramentas diferentes. Auxilia na contextualização do conteúdo, na forma de explicar com as próprias palavras, na absorção e revisão dos elementos-chave, e finalmente, no teste de conhecimento. Para cada etapa, GoConqr tem as ferramentas ideais.

Um dos pontos mais interessantes do aplicativo está na forma utilizada para a criação de um mapa mental. **Basta clicar em “criar”, e selecionar a opção “mapa mental”**. Uma tela de produção será iniciada. A plataforma é autoexplicativa e dá instruções sobre como iniciar e desenvolver a criação do mapa mental.

<https://www.goconqr.com/pt-BR>

6 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A LEGISLAÇÃO CORRELATA POSTERIOR DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado pela Lei 8069/1990, contendo um conjunto de normas visando garantir a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, prescrevendo também medidas jurídicas para punir a violação desses direitos, que incluem o direito à saúde, à educação, a condições dignas de vida social. Á época da sua criação, a internet era totalmente incipiente no Brasil, e toda a tecnologia da informática e do mundo digital levaria ainda mais de duas décadas para chegar ao ambiente escolar das escolas públicas brasileiras.

A questão do uso e abuso de drogas, entretanto, principalmente entre adolescentes, já era uma realidade corrente nas grandes cidades brasileiras, muito devido à desigualdade e ao abandono social. O ECA já lançava os seus olhares para essa situação, mas leis complementares posteriores ampliaram consideravelmente o sistema de apoio e proteção para as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. É o caso da Lei n. 8242/1991, que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); A Resolução 113 do CONANDA, de 2006, que consolida o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD); a Lei n. 12127/2009, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos; a Lei 12318/2010, que dispõe sobre a Alienação Parental; a Lei 12594/2012, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional; e muitas outras.

No quadro a seguir, uma síntese de outras leis correlatas, desde a Constituição de 1988 e a criação do ECA, em 1990:

Quadro 1 – Leis correlatas ao Estatuto da Criança e do Adolescente

Ato normativo	Descritor	Fonte
Art. 227 da Constituição Federal, de 1988.	É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art227
Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990.	Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm
Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art2p
Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016.	Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei n.º 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n.º 12.662, de 5 de junho de 2012.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art18
Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017.	Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm
Decreto n.º 9.603, de 10 de dezembro de 2018.	Regulamenta a Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítimas ou testemunhas de violência.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2018/Decreto/D9603.htm

Como se observa no quadro acima apresentado, o Brasil dispõe de um ordenamento jurídico importante para garantir os direitos da criança e do adolescente. Apresentamos, a seguir, mais detalhadamente, algumas delas, discutindo sua implantação.

6.1 O SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGD)

Criado pela Resolução n. 113/2006 do CONANDA, o SGD surgiu pela tentativa de solucionar as dificuldades então existentes para a implementação do ECA, com a proteção integral prevista às crianças e adolescentes, criando para isso novos órgãos de defesa, ou solidificando aqueles já existentes, através de um sistema que pressupõe a integração e a articulação entre o Estado, as famílias e a sociedade civil.

Três eixos estratégicos compõem, em sua origem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente: Defesa, Promoção e Controle Social.

O **Eixo da Defesa** consiste no “acesso à Justiça para a proteção legal dos direitos humanos

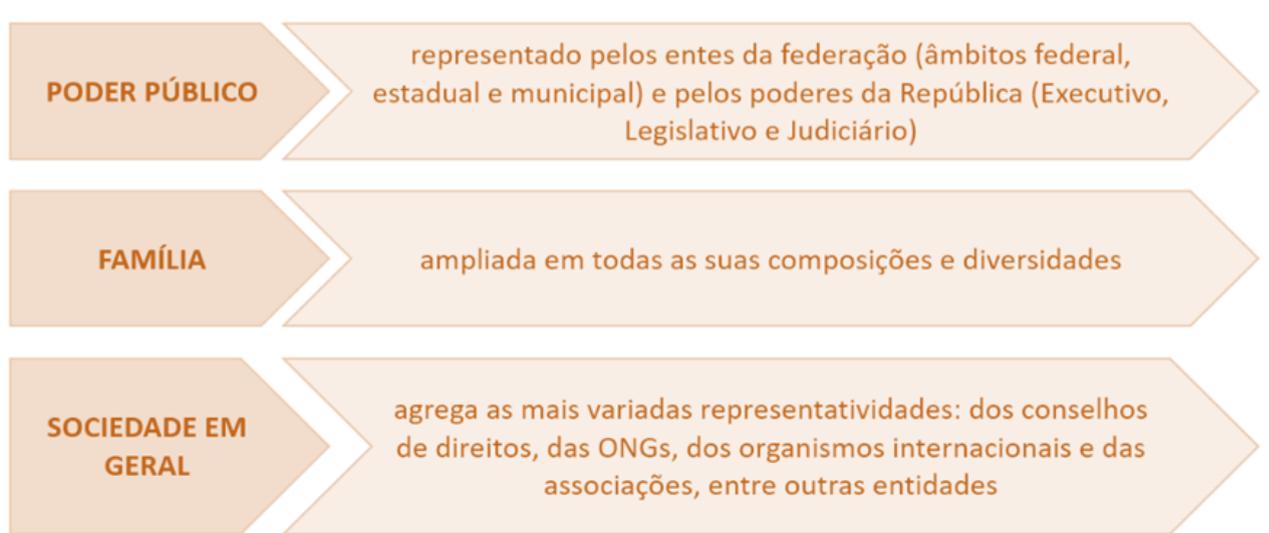
de crianças e adolescentes, assegurando-lhes a reparação de direitos violados e a responsabilização de possíveis violadores”;

O **Eixo de Promoção de Direitos** é responsável por ações práticas que efetivem, de forma transversal e intersetorial, o que está previsto nas leis de proteção às crianças e adolescentes.

O **Eixo de Controle Social e Efetivação de Direitos** contribui na “formação de políticas públicas, deliberando e veiculando normas, orientações, planos e projetos”, além de realizar o “monitoramento e fiscalização das ações de promoção e defesa”.

Conforme informações que se encontram disponíveis no site do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/>), O SGDCa é constituído por “conselhos tutelares, promotores, juízes, defensores públicos, conselheiros de direitos da criança e adolescente, educadores sociais, profissionais que trabalham nas políticas públicas de educação, saúde e assistência social, policiais, profissionais e voluntários de entidades de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes”.

Quadro 2 – Setores envolvidos no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)



6.2 POSSÍVEIS LACUNAS NA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Muitas normas e leis relativas proteção e defesa das crianças e adolescentes padecem de regulamentações complementares, que ficam pendentes durante muitos anos. É o caso, por exemplo, da Lei n.º 13.431/2017, que reafirma e amplia os dispositivos do ECA e do Art. 227 da Constituição Federal (1988) para que sejam asseguradas as condições peculiares da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, garantindo a elas, “com absoluta prioridade”, os direitos fundamentais e uma proteção integral, a partir da normatização e organização do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

A ausência de diretrizes de integração e de organização do SGD fez com que as políticas

públicas setoriais adotassem medidas sanitárias próprias de atendimento e acolhimento, de acordo com as práticas assumidas por cada uma delas. Sendo que até a presente data continua pendente um ato conjunto dos órgãos e das políticas setoriais, especificamente para a integração e a coordenação dos serviços, dos programas, da capacitação e dos equipamentos públicos no atendimento da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Assim, também se constituem enormes desafios a articulação, o engajamento e a união de órgãos e instituições das esferas estadual, distrital e municipal, com o objetivo comum de integrar as políticas de atendimento e de coordenação dos serviços para a proteção integral da criança e do adolescente e suas famílias, a fim de identificar onde eles vivem e a quais formas de violação de direitos estão expostos.

Órgãos setoriais das políticas setoriais, da esfera federal, num esforço para orientar a atuação dos profissionais que atuam nos programas, serviços e equipamentos da rede de proteção do SGS, de forma a evitar a repetição de escutas sucessivas e revitimização da criança e do adolescente em situação de violência, lançaram o documento “Parâmetro de escuta especializada para crianças e adolescentes em situação de violência” (BRASIL, 2017a).

A Escuta especializada de crianças e adolescentes na rede de serviços do SUS tem por finalidade a capacitação de gestores e profissionais de saúde, o que está alinhado aos princípios norteadores do atendimento protetivo. Fundamental, portanto, a integração entre as políticas setoriais e o diálogo com os profissionais das políticas sociais que integram o SGD e assumem funções similares, para que efetivamente aconteça a proteção integral das crianças e adolescentes que usaram ou abusaram de drogas e estão em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, esse esforço de coordenação e integração das políticas setoriais veio positivamente no sentido de suprir a lacuna de uma normativa conjunta desses órgãos, para orientar o atendimento integral e integrado, visando à promoção e à proteção, bem como ao controle e à defesa de direitos desse público.

6.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO SGDCA, QUANTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA

Decreto n. 9603 de 10/12/2018 – “Regulamenta a Lei n. 13341/2017, que estabelece o Sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência”:

Art. 2º - Este Decreto será regido pelos seguintes princípios:

- I - a criança e o adolescente são sujeitos de direito e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e gozam de proteção integral, conforme o disposto no art. 1º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- II - a criança e o adolescente devem receber proteção integral quando os seus direitos forem violados ou ameaçados;

III - a criança e o adolescente têm o direito de ter seus melhores interesses avaliados e considerados nas ações ou nas decisões que lhe dizem respeito, resguardada a sua integridade física e psicológica;

IV - em relação às medidas adotadas pelo Poder Público, a criança e o adolescente têm preferência:

- a) em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) em receber atendimento em serviços públicos ou de relevância pública;
- c) na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) na destinação privilegiada de recursos públicos para a proteção de seus direitos;

V - a criança e o adolescente devem receber intervenção precoce, mínima e urgente das autoridades competentes tão logo a situação de perigo seja conhecida;

VI - a criança e o adolescente têm assegurado o direito de exprimir suas opiniões livremente nos assuntos que lhes digam respeito, inclusive nos procedimentos administrativos e jurídicos, consideradas a sua idade e a sua maturidade, garantido o direito de permanecer em silêncio;

VII - a criança e o adolescente têm o direito de não serem discriminados em função de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou regional, étnica ou social, posição econômica, deficiência, nascimento ou outra condição, de seus pais ou de seus responsáveis legais;

VIII - a criança e o adolescente devem ter sua dignidade individual, suas necessidades, seus interesses e sua privacidade respeitados e protegidos, incluída a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral e a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias, das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais; e

IX - a criança e o adolescente têm direito de serem consultados acerca de sua preferência em serem atendido por profissional do mesmo gênero.

6.4 POLÍTICAS E DIRETRIZES SETORIAIS RELACIONADAS AO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Neste tópico, você vai reconhecer as políticas e diretrizes setoriais implicadas na garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência, que integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente (SGDCA).

Estas receberam do ECA a incumbência de:

- normatizar, organizar e implementar em suas áreas de atuação programas e ações;
- organizar serviços para a promoção e proteção, o controle e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência, os quais, em muitas situações, assumem o lugar de vítimas e de testemunhas.

Abaixo estão relacionadas algumas políticas e diretrizes:

- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA
- Convenção sobre os Direitos da Criança
- Marco Legal da Primeira Infância
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Crianças (PNAISC)
- Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde

Leituras recomendadas:

Portaria n.º 1.130, de 5 agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS):

<https://central3.to.gov.br/arquivo/257921/>

Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Ministério da Saúde, Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem, Brasília: 2010.

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf

PENSE E RESPONDA

O que as políticas setoriais poderão fazer para cumprir as obrigações atribuídas pelo Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, a partir das alterações feitas pela Lei n.º 13.431/2017?

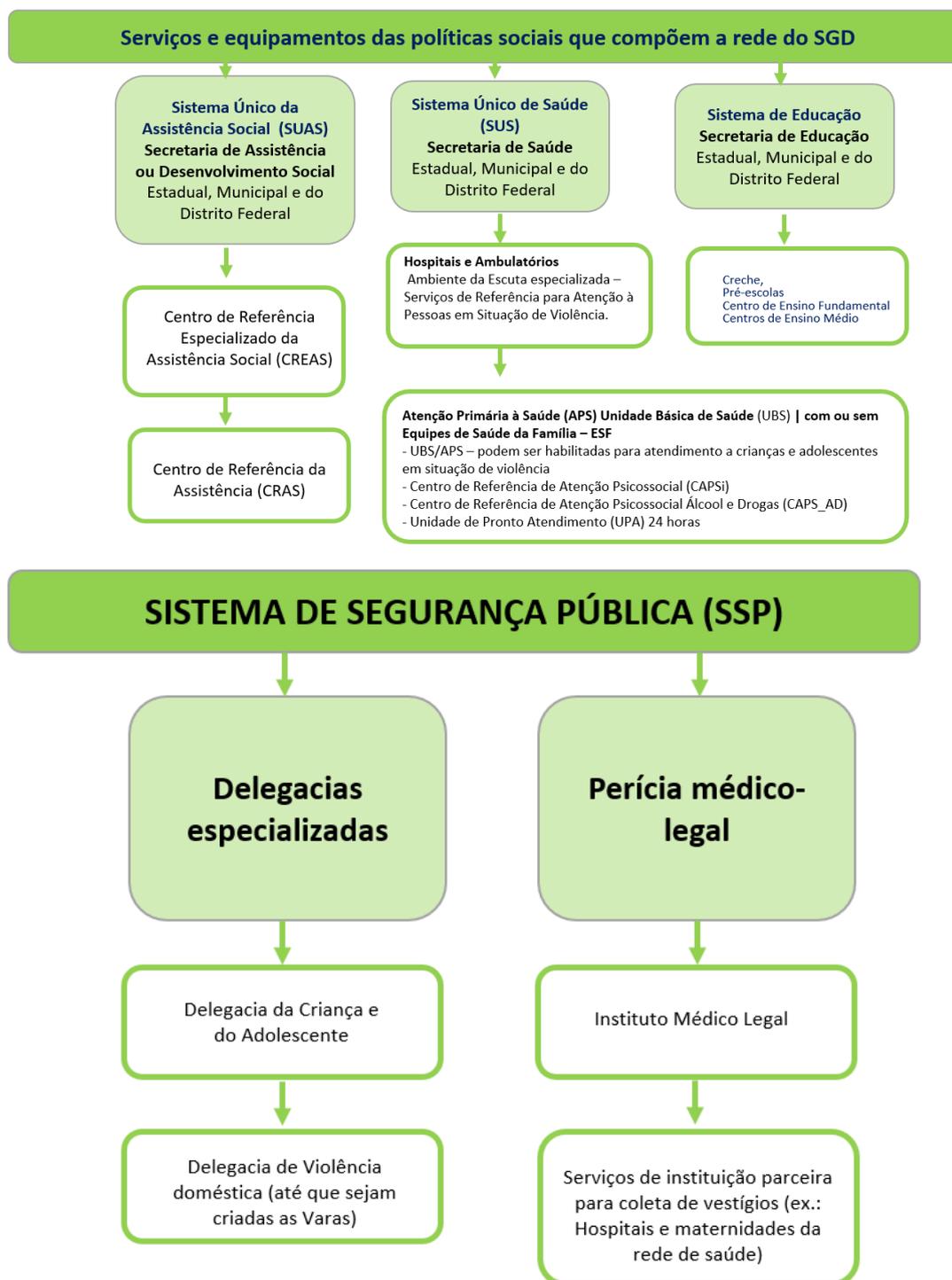
Para cumprir as novas obrigações atribuídas pela Lei n.º 13.431/2017 as políticas setoriais poderão “criar programas, serviços ou equipamentos que proporcionem atenção e atendimento integral e interinstitucional às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência”, assim como estruturar a atuação de “equipes multidisciplinares especializadas”, conforme estipula o Art. 16 da Lei n.º 13.431/2017 (BRASIL, 2017).

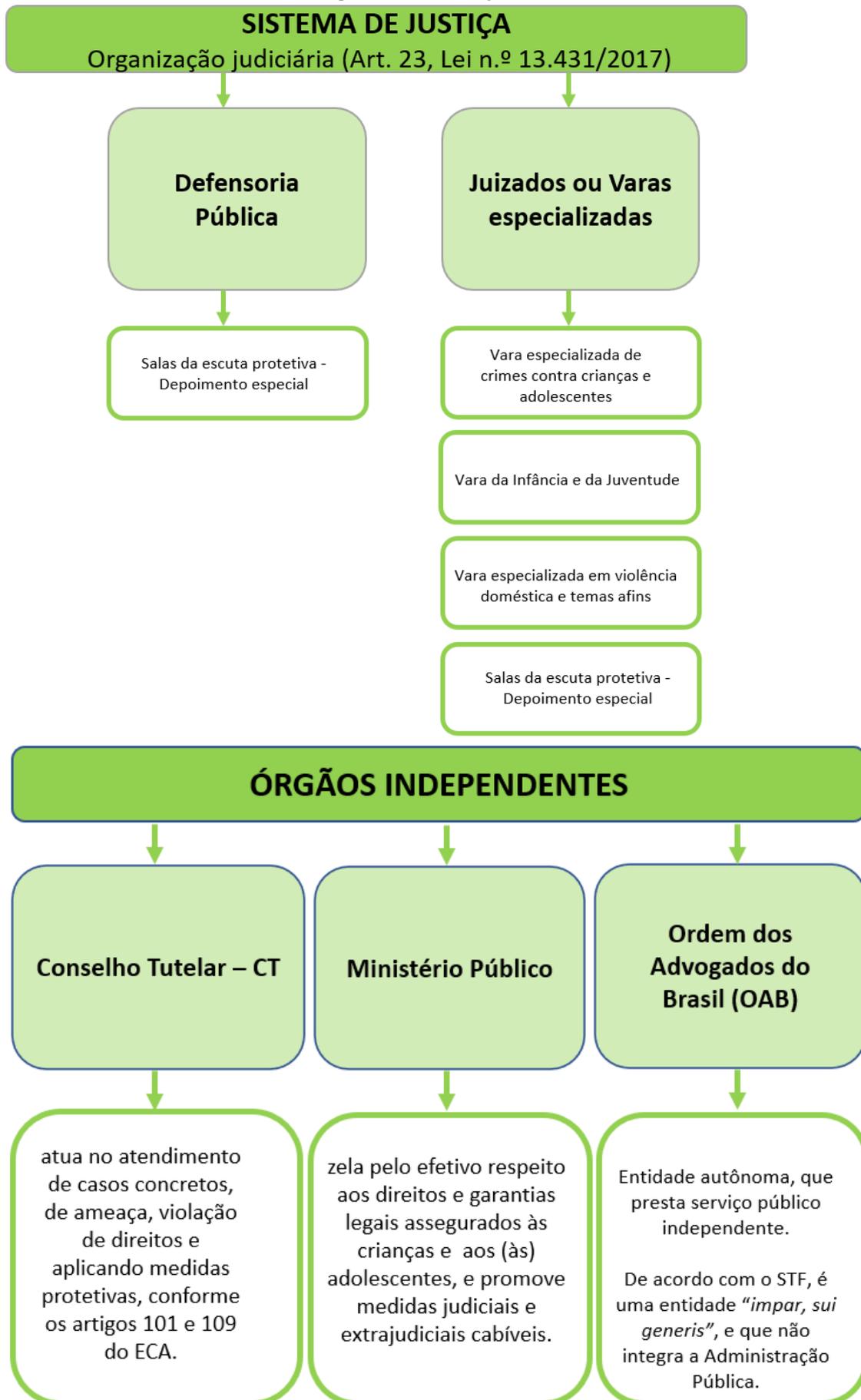
- 1 **Abrangência e integralidade** com avaliação e atenção das necessidades da criança ou do adolescente decorrentes da ofensa sofrida
- 2 **Capacitação interdisciplinar continuada e intersetorial**
- 3 Estabelecimento de mecanismos **de informação, referência, contrarreferência e monitoramento**
- 4 **Planejamento coordenado do atendimento e do acompanhamento**, respeitadas as especificidades da vítima ou da testemunha e das suas famílias
- 5 **Celeridade do atendimento**, devendo ser realizado imediatamente – ou tão logo quanto possível – após a revelação da violência
- 6 **Priorização do atendimento** em razão de idade ou de eventual prejuízo ao desenvolvimento psicossocial, garantida a intervenção preventiva
- 7 **Mínima intervenção dos profissionais** envolvidos
- 8 **Monitoramento e avaliação periódica das políticas de atendimento**

Quadro 3: Diretrizes definidas pela Lei n. 13.431/2017 para a promoção de ações de defesa e proteção das crianças e adolescentes em situação de violência

Fonte: BRASIL, 2017

6.5 ÓRGÃOS E DISPOSITIVOS DO PODER PÚBLICO E DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE PODEM INTEGRAR O SGDCA







Fonte: MAGALHÃES, Maria de Lourdes. Como normatizar e organizar o Sistema de Garantia de Direitos? Unidade 1. *In*: Saúde do Adolescente. **Escuta de crianças e adolescentes na rede de serviços do SUS**, Brasília: UNA-SUS, 2022

REFERÊNCIAS DO RECURSO EDUCACIONAL

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n.º 9.603, de 10 de dezembro de 2018*. Regulamenta a Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Decreto/D9603.htm. Acesso em: 13 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art2p. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017*. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República Secretaria Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016*. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei n.º 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n.º 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art18. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria n.º 1.130, de 5 agosto de 2015*. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do

Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível

em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem *Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível

em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf. Acesso em: 8 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 10 de maio de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em 10 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. *Resolução 113 de 19 de abril de 2006*. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 12.127, de 17 de dezembro de 2009*. Cria o Cadastro Nacional de crianças e adolescentes desaparecidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12127.htm#:~:text=Cria%20o%20Cadastro%20Nacional%20de,de%20Crian%C3%A7as%20e%20Adolescentes%20Desaparecidos. Acesso em 15/2/2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei N. 12318 de 26 de agosto de 2010*. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei N. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12318.htm Acesso em: 15/2/2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm Acesso em: 15/2/2023.

GOMIDE, U. & NEVES, I. *Dicionário de Educação e Tecnologia e de Educação a Distância: tecnologia social*. Campinas, SP: Papyrus, 2018.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. *O que é tecnologia social*. 2018. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>>. Acesso em: 15/07/2022.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. *Tecnologia social*. Caderno conhecimento e cidadania 1. São Paulo: ITS Brasil, 2007. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_5dbe395e82e142caad9baa12765461bb.pdf>. Acesso em: 15/07/2022.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. *Tecnologia social no Brasil*. Caderno de debate. São Paulo: Raiz, 2004. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_2f2b4f97fcb0441191e370e278303b7c.pdf>. Acesso em: 15/07/2022.

JÚNIOR, A., & PEDREIRA, J. (2004). *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

LATOUR. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MILL, D., & BERTOLDO, H. *Dicionário Crítico de Educação e Tecnologia e de Educação a Distância*. Campinas, SP: Papirus, 2018.

PROERD. Programa Educacional de Resistência às Drogas. Disponível em: <https://www.proerdbrasil.com.br/> Acesso em 12/9/2022.

PROERD MINAS. Programa Educacional de Resistência às Drogas de Minas Gerais. Disponível em: <https://policiamilitar.mg.gov.br/site/proerd/item/1561/url> Acesso em: 12/9/2022.

APLICATIVOS E FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

<https://porvir.org/como-criar-um-ambiente-virtual-de-aprendizagem-com-o-edmodo>

<https://docs.google.com/forms/u/0/>

<https://www.goconqr.com/pt-BR>

<https://kahoot.com/>

PRODUÇÕES VIDEOGRÁFICAS

<https://www.youtube.com/watch?v=YcZ9Nzi3do4&t=7s>

https://youtu.be/oDhzM_q2giY

https://www.youtube.com/watch?v=oDhzM_q2giY&list=PLN3vrlnWAJemimiOnM3Kx1dEdgH_YnnY9

<https://www.youtube.com/@estudioeducacaomg8728/videos>

https://youtube.com/playlist?list=PLBL2PsXF5RI_QeSS-G7rkNu50dFgQdC1S

<https://www.youtube.com/@proerdminas/about>